



3 DE FEVEREIRO DE 1874



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

ESCREVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____



LÍNGUA PORTUGUESA

1 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



É correto afirmar que o efeito de humor da tira decorre do fato de que

- A) as senhoras recorrem a um sentido de “andar” diferente daquele que a jovem pretendeu em sua fala.
- B) a jovem compara o mau humor de sua vó com o de Anésia, sem se dar conta de que são humores distintos.
- C) a avó da jovem se sente ofendida porque sua neta não comprehende as suas dores que lhe causam o mau humor.
- D) dona Anésia é comunicada que seu mau humor não é algo exclusivo, para que assim mude sua atitude.
- E) o recado dado por dona Anésia, no último quadro, é uma forma de mostrar que ela não se sentiu intimidada.

2 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) No trecho “Saiba que estou mal-humorada também enquanto tô parada”, a palavra **saiba** foi empregada no mesmo modo verbal que a destacada em:

- A) **Pensava** constantemente em como diria a avó que seu humor estava ficando ácido.
- B) **Gostaria** de poder contar com mais compreensão de meus filhos e netos próximos.
- C) **Escute** aquilo que os mais idosos têm a dizer, pois isso pode melhorar o humor deles.
- D) **Trazia** consigo sempre um amargor que lhe era típico, e todos já até achavam graça.
- E) **Ainda** que minha neta relute em aceitar o meu jeito, não pretendo mudar como eu sou.

3 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 03 a 07.

Tenho lido matérias que defendem a ideia de que viajar não é tão fundamental e que os turistas deveriam parar com tanta andança sem sentido. Alguns italianos concordam. “Não venham mais!”, têm gritado das janelas os nativos que ainda moram em Veneza, cidade que recentemente foi considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) um patrimônio em risco. Não demorará para Veneza ser ocupada só por visitantes, e aí não será mais uma cidade, e sim uma Disney para adultos, uma cenografia.

Ainda que eu concorde que alguns lugares precisam controlar a entrada de tanta gente, como faz Fernando de Noronha, jamais defenderei que viajar é uma banalidade dispensável. Sei que é possível ser muito feliz sem jamais colocar os pés em um aeroporto — não eu.

Por que viajar precisa ser um estado de exceção? Passamos grande parte da vida morando no mesmo endereço, com alguns intervalos de fuga. Imagine o inverso: viajar constantemente, com alguns intervalos de permanência. Eu sei, o ser humano precisa manter vínculos emocionais e ter um emprego a fim de ganhar dinheiro para sobreviver; não é prudente se aventurar (palavrinha tentadora, aventura: injustamente associada a algo temporário).

Não consigo chamar de aventureiro aquele que se dedica a conhecer o planeta em sua vasta representação, em vez de comprar uma geladeira, um fogão e formar família. Como eu fiz, e você, provavelmente, também. Não nos arrependemos, mas, no fundo, sabemos que estamos cumprindo ordens. A sociedade costuma ser intransigente com os nômades.

Não fomos educados para as possibilidades de conexão com etnias variadas, para uma expansão geográfica que nos transforme de fato em cidadãos do mundo. A segurança nos atrai na mesma medida que a liberdade nos assusta. Compensamos nosso comodismo com livros que são mais baratos que passagens aéreas. E, quando dá, fazemos turismo. Cada viagem de 10 dias ou de um mês é um jeito de colocar a cabeça para fora da gaiola. Depois, voltamos para casa ainda mais comprometidos com nossas raízes: condicionados ou não, optamos pelo amor romântico, pela criação de filhos, pelos cuidados com os pais. De tempos em tempos, confirmar que existe muito mais do que isso é nosso ato de bravura. Mas aventura mesmo é ficar.

(Martha Medeiros. Pouso e decolagem. <https://oglobo.globo.com>, 05.11.2023. Adaptado)

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que a sua autora considera o ato de viajar uma

- A) atividade que as pessoas devem evitar, para o bem próprio, por ser dispendiosa.
- B) experiência necessária, mesmo indo de encontro ao que a sociedade espera.
- C) forma de expressar rebeldia e que, por isso, deve ser feito esporadicamente.
- D) necessidade, mas que, por ser perigosa, é compensada com a leitura de livros.
- E) obrigação imposta por uma sociedade movida pelas fotos em lugares paradisíacos.

4 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Quanto à presença excessiva de turistas em certos lugares, é correto afirmar que a autora

- A) argumenta que locais pouco visitados precisam adotar medidas que os tornem atrativos.
- B) entende serem justificáveis medidas que reduzam o turismo desmedido em certas localidades.
- C) tem comum entendimento com alguns italianos de que as cidades não são para os turistas.
- D) defende que a cidade de Veneza pode lucrar significativamente caso se torne cenográfica.
- E) acredita que quem vai a Fernando de Noronha não tem um motivo legítimo para visitar a ilha.

5 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) No trecho “A sociedade costuma ser **intransigente** com os nômades”, a palavra destacada tem como **antônimo** no contexto em que foi empregada:

- A) intolerante.
- B) persecutória.
- C) indiferente.
- D) flexível.
- E) intimidante.

6 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) No texto, foi empregada em sentido figurado a palavra destacada em:

- A) Não demorará para Veneza ser ocupada só por **visitantes**, e aí não será mais uma cidade...
- B) Sei que é possível ser muito feliz sem jamais colocar os pés em um **aeroporto** — não eu.
- C) Passamos grande parte da vida morando no mesmo **endereço**, com alguns intervalos de fuga.
- D) A segurança nos atrai na mesma medida que a **liberdade** nos assusta.
- E) Depois, voltamos para casa ainda mais comprometidos com nossas **raízes**...

7 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que o acréscimo de uma vírgula ao trecho do texto mantém a correção gramatical.

- A) Tenho lido matérias que defendem a ideia de que viajar, não é tão fundamental...
- B) Ainda que eu concorde que, alguns lugares precisam controlar a entrada de tanta gente...
- C) Não fomos educados, para as possibilidades de conexão com etnias variadas...
- D) Compensamos nosso comodismo com livros, que são mais baratos que passagens aéreas.
- E) De tempos em tempos, confirmar que existe muito mais do que isso, é nosso ato de bravura.

8 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que a frase está redigida em conformidade com a norma-padrão de emprego e colocação pronominal.

- A) Há matérias defendendo a ideia de que viajar não é tão fundamental, e a autora tem lido-as.
- B) O planeta é muito vasto, e quem se dedica a conhecer- lhe não deveria ser chamado de aventureiro.
- C) A entrada de visitantes nas cidades normalmente é algo livre, porém algumas delas já controlam-a.
- D) A conexão com etnias diversas transforma, mas não a praticamos, pois não fomos preparados para isso.
- E) Vivemos em uma sociedade que sujeitam-nos a estar por toda a vida presos a um mesmo lugar.

9 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp)

No Brasil, o aumento de turistas em períodos de férias _____ engarrafamentos, blecautes, falta ou encarecimento de insumos e poluição. Porto de Galinhas (PE), Pipa (RN) e outras cidades do litoral paulista, como Santos, Praia Grande e Ilhabela também sofrem.

“A infraestrutura desses lugares não foi projetada para suportar a quantidade de pessoas que _____”, diz Lúcia Silveira Santos, doutoranda em Turismo.

Em 2022, _____ mais de 3,6 milhões de turistas internacionais que visitaram o Brasil. A Ilha de Fernando de Noronha (PE), um dos destinos mais procurados, restringiu o número de visitantes: são no máximo 132 mil por ano e 11 mil por mês. Também em Pernambuco, o número de passageiros para Porto de Galinhas _____ um aumento de 19% em relação a 2022.

(Julia Estanislau. Cidades sofrem com o “overtourism” e turistas enfrentam retaliação de residentes e governos locais. <https://jornal.usp.br>, 22.09.2023. Adaptado)

Quanto à concordância, as lacunas do texto são, correta e respectivamente, completadas por:

- A) gera ... o visita ... houveram ... tiveram
- B) gera ... os visitam ... houve ... teve
- C) geram ... os visita ... houveram ... teve
- D) geram ... o visitam ... houve ... tiveram
- E) geram ... os visitam ... houve ... teve

10 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) O acento indicativo de crase foi corretamente empregado em:

- A) Nos períodos de férias escolares, cidades litorâneas tendem à apresentar maior fluxo de carros.
- B) Tem havido um crescimento no número de visitantes em relação à mesma estação do ano.
- C) Fernando de Noronha é uma ilha pernambucana conhecida pela restrição imposta à turistas.
- D) Turistas que visitam a praia de Porto de Galinhas se dirigem à ela para ter passar momentos de lazer.
- E) Devem-se projetar às cidades para garantir mobilidade e comodidade aos seus habitantes.

11 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 11 a 18.

Sozinhos

Um casal de velhos mora sozinho numa casa. Já criaram os filhos, os netos já estão grandes, só lhes resta implicar um com o outro. Retomam com novo fervor uma discussão antiga. Ela diz que ele ronca quando dorme, ele diz que é mentira.

– Ronca.

– Não ronco.

– Ele diz que não ronca – comenta ela, impaciente, como se falasse com uma terceira pessoa.

Mas não existe outra pessoa na casa. Os filhos raramente visitam os pais. Os netos, nunca. A empregada vem de manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo. Ficam os dois sozinhos.

– Eu devia gravar os seus roncos, pra você se convencer – diz ela. E em seguida tem a ideia infeliz. – É o que eu vou fazer! Essa noite, quando você dormir, vou ligar o gravador e gravar os seus roncos. Vou gravar os seus roncos.

– Humrhm – diz o velho.

Sozinhos. Os velhos sozinhos na casa. Os dois vão para a cama. Quando o velho dorme, a velha liga o gravador. Mas em poucos minutos a velha também dorme. O gravador fica ligado, gravando. Pouco depois a fita acaba.

Na manhã seguinte, certa do seu triunfo, a velha roda a fita. Ouvem-se alguns minutos de silêncio. Depois, alguém roncando.

– Rarrá! – diz a velha, feliz.

Pouco depois ouve-se o ronco de outra pessoa, a velha também ronca!

– Rarrá! – diz o velho, vingativo.

E em seguida, por cima do contraponto de roncos, ouve-se um sussurro. Uma voz indefinida. Pode ser de homem, de mulher ou de criança. A princípio – por causa dos roncos – não se distingue o que ela diz. Mas aos poucos as palavras vão ficando claras. São duas vozes. É um diálogo sussurrado.

“Estão prontos?”

“Não, acho que ainda não...”

“Então vamos voltar amanhã...”

(Luis Fernando Veríssimo. Comédias para se ler na escola. Adaptado)

De acordo com o texto, a ideia de que o velho roncava era uma

- A) distração para a chegada do sono dele.
- B) brincadeira do casal quando sozinho.
- C) preocupação da velha com a saúde dele.
- D) forma de desprezo contra seus costumes.
- E) polêmica de tempos na vida do casal.

12 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Na passagem – E em seguida tem a ideia infeliz. (6º parágrafo) –, a expressão destacada tem como consequência a descoberta do

- A) silêncio captado pelo gravador.
- B) diálogo sussurrado na gravação.
- C) ronco ensurdecedor da velha.
- D) espírito vingativo do velho.
- E) pouco tempo de gravação na fita.

13 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Com a frase – Ele diz que não ronca – comenta ela, impaciente, como se falasse com uma terceira pessoa. (4º parágrafo) –, entende-se que a velha

- A) está conversando sozinha.
- B) dirige a palavra ao marido.
- C) atribui palavras falsas ao marido.
- D) pensa, mas não verbaliza as reflexões.
- E) imita o modo de falar do velho.

14 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Na frase – Os filhos raramente visitam os pais. (5º parágrafo) –, o advérbio destacado é antônimo de

- A) “realmente” e ambos expressam circunstância de afirmação.
- B) “eventualmente” e ambos expressam circunstância de modo.
- C) “frequentemente” e ambos expressam circunstância de tempo.
- D) “ocasionalmente” e ambos expressam circunstância de tempo.
- E) “continuamente” e ambos expressam circunstância de meio.

15 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Considere as passagens:

- Os filhos raramente visitam os pais. (5º parágrafo)
- Vou gravar os seus roncos. (6º parágrafo)

De acordo com a norma-padrão de emprego de pronomes e colocação pronominal, as passagens admitem, respectivamente, as reescritas:

- A) Os filhos raramente visitam-lhes. / Vou gravar eles.
- B) Os filhos os raramente visitam. / Vou gravar-lhes.
- C) Os filhos raramente visitam-nos. / Os vou gravar.
- D) Os filhos raramente visitam eles. / Vou lhes gravar.
- E) Os filhos raramente os visitam. / Vou gravá-los.

16 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A regência verbal atende à norma-padrão em:

- A) Os velhos criaram os filhos, seus netos estão grandes, só lhes resta envolverem-se na antiga discussão.
- B) Na discussão, a velha diz que o marido ronca quando dorme; ele enfaticamente discorda com ela.
- C) A velha comenta a negativa do marido quanto ao ronco, como se dirigisse em uma terceira pessoa.
- D) Os filhos raramente visitam o casal de velhos. Parece que os netos esqueceram deles, nunca os veem.
- E) A rotina da empregada é essa: vai na casa do casal de manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo.

17 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) De acordo com a norma-padrão, na frase – E em seguida, **por cima do** contraponto de roncos, ouve-se um sussurro. (13º parágrafo) –, a expressão destacada pode ser substituída por

- A) ante o.
- B) sobre o.
- C) com o.
- D) sob o.
- E) entre o.

18 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp)
Considere as frases elaboradas com informações do texto:

- A velha diz que o velho ronca quando dorme, ele diz _____ ela que é mentira.
- A empregada chega _____ casa do casal pela manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo.
- E em seguida, o casal começa _____ ouvir um sussurro. É uma voz indefinida.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- A) a ... a ... à
- B) à ... a ... à
- C) a ... à ... a
- D) à ... à ... a
- E) a ... à ... à

19 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 19 a 24.

Entenda a onda de calor que atinge o Brasil

Quem achava que não ia tirar as bermudas e regatas do armário até o fim do ano se enganou. Se o verão começa só em dezembro, o calor resolveu chegar mais cedo – logo na última semana do inverno. Com isso, várias cidades do país registraram seus recordes de temperatura no ano, durante aquela que deveria ser a estação mais fria.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) lançou um alerta de perigo para a onda de calor que já está entre nós e deve permanecer até 22 de setembro. Segundo o instituto, as temperaturas em algumas áreas vão ficar 5 °C mais quentes do que a média em anos passados, sendo um potencial risco à saúde.

A culpa desse calorão é uma forte massa de ar quente que se espalhou por grande parte do país. Ela serve de bloqueio atmosférico, impedindo a passagem de frentes frias e atrapalhando as condições meteorológicas que causariam chuvas.

De acordo com o Inmet, o tempo seco ajuda a piorar a onda de calor. Somado ao aumento da pressão atmosférica perto da superfície, esses fatores inibem a formação de nuvens. Sem essa camada de proteção, os raios do Sol esquentam mais ainda a massa de ar, que transforma a região afetada em um verdadeiro fornilho.

A previsão é de que, com a chegada da primavera, a situação não melhore. O panorama dos meteorologistas do Inmet aponta para uma piora no quadro climático a partir de 22 de setembro, então pode esperar um fim de semana de torrar – a capital paulista, por exemplo, vai extrapolar os 35 °C.

(<https://super.abril.com.br>. Adaptado)

As informações do texto permitem afirmar que a chegada da primavera no Brasil em 2023 se caracteriza por

- A) tempo seco com temperaturas baixas, graças às condições meteorológicas que causaram chuvas intensas no país.
- B) registro de temperaturas amenas, devido ao bloqueio atmosférico, que garantiu a passagem de frentes frias no país.
- C) temperaturas muito altas, em razão do inverno quente, que será seguido de um período de inversão térmica no país.
- D) aumento atípico das temperaturas, fruto da forte massa de ar quente que se espalhou por grande parte do país.
- E) elevação de 5 °C, em função do bloqueio atmosférico, cujo impacto foi insignificante na maior parte do país.

20 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Com a frase do primeiro parágrafo – Quem achava que não ia tirar as bermudas e regatas do armário até o fim do ano se enganou. –, entende-se que as pessoas

- A) usarão as roupas de verão fora dessa estação.
- B) usarão as roupas indevidas o tempo todo.
- C) passarão frio usando roupas leves no inverno.
- D) deixarão de tirar as roupas do armário no verão.
- E) escolherão errado as roupas para o quente verão.

21 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Nas passagens – ... esses fatores inibem a formação de nuvens. (4º parágrafo) – e – ... a capital paulista, por exemplo, vai extrapolar os 35 ºC. (5º parágrafo) –, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- A) retardam; manter.
- B) atrapalham; atingir.
- C) fortalecem; exceder.
- D) impedem; ultrapassar.
- E) expandem; intensificar.

22 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que os termos destacados reforçam a ideia de aumento de temperatura.

- A) Se o verão começa só em dezembro... (1º parágrafo) / A previsão é de que, com a chegada da primavera, a situação não melhore. (5º parágrafo)
- B) ... várias cidades do país registraram seus recordes de temperatura... (1º parágrafo) / O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) lançou um alerta de perigo... (2º parágrafo)
- C) ... durante aquela que deveria ser a estação mais fria. (1º parágrafo) / ... a capital paulista, por exemplo, vai extrapolar os 35 ºC. (5º parágrafo)
- D) Segundo o instituto, as temperaturas em algumas áreas vão ficar 5 ºC mais quentes... (2º parágrafo) / ... e atrapalhando as condições meteorológicas... (3º parágrafo)
- E) A culpa desse calorão é uma forte massa de ar quente que se espalhou... (3º parágrafo) / ... então pode esperar um fim de semana de torrar... (5º parágrafo)

23 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A flexão dos verbos atende à norma-padrão em:

- A) Se a temperatura se manter como a do final do inverno, a primavera será preocupante.
- B) O bloqueio atmosférico interveio nas condições climáticas e impediu as frentes frias.
- C) É preciso que se propõem soluções para evitar os riscos das altas temperaturas à saúde.
- D) Quando a situação das cidades ir a um cenário preocupante, serão necessários socorros.
- E) Espere um fim de semana de torrar, caso esquenta ainda mais, segundo as previsões.

24 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Na reescrita de passagem do texto, o termo destacado é um adjetivo em:

- A) ... durante aquela que deveria ser a estação mais fria. (1º parágrafo) [... durante aquela que deveria ser a estação intensamente fria.]
- B) ... lançou um alerta de perigo para a onda de calor... (2º parágrafo) [... emitiu um alerta de perigo para a onda de calor...]
- C) A culpa desse calorão é uma forte massa de ar quente... (3º parágrafo) [A causadora desse calorão é uma forte massa de ar quente...]
- D) ... o tempo seco ajuda a piorar a onda de calor. (4º parágrafo) [... o tempo seco promove o agravamento da onda de calor.]
- E) ... então pode esperar um fim de semana de torrar... (5º parágrafo) [... então pode esperar um fim de semana abrasador...]

DIREITO PENAL

25 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Para efeitos penais de falsidade, considere o título ao portador, os livros mercantis e o testamento particular. É correto afirmar que

- A) todos são equiparados a documento público.
- B) todos são equiparados a documento particular.
- C) os dois primeiros são equiparados a documento público; o terceiro, a documento particular.
- D) o primeiro é equiparado a documento público; os últimos, a documento particular.
- E) o primeiro e o último são equiparados a documento público; o segundo, a documento particular.

26 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em relação ao crime denominado “Fraudes em certames de interesse público”, previsto no artigo 311- A do Código Penal, é correto afirmar que

- A) o crime apenas pode ser praticado por funcionário público, ou por funcionário público em conluio com o particular.
- B) comete crime quem divulgar, indevidamente, com o fim de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de vestibular para ingresso no ensino superior de universidade particular.
- C) o tipo penal admite tanto a forma dolosa quanto a forma culposa.
- D) o crime apenas se configurará se da ação ou omissão resultar dano à Administração Pública.
- E) comete crime quem utilizar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, conteúdo sigiloso de qualquer exame ou processo seletivo.

27 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Simplício, no exercício de suas funções como servidor público, exigiu dolosamente de Tércio, um cidadão, taxa em valor superior ao devido por um serviço público prestado e, ainda, não recolheu aos cofres públicos a importância paga por Tercio, tendo desviado o dinheiro em proveito próprio. Nessa situação hipotética, considerando o disposto no Código Penal, é correto afirmar que Simplício cometeu o crime de

- A) corrupção ativa.
- B) peculato mediante erro de outrem.
- C) excesso de exação e peculato.
- D) excesso de exação qualificado.
- E) peculato qualificado.

28 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) João é funcionário público lotado em um órgão da administração pública municipal. Certo dia, ele recebe uma proposta de um empresário para agilizar a análise e aprovação de um processo de licenciamento ambiental em troca de uma vantagem financeira. João aceita a proposta e recebe o valor combinado, efetuando a aprovação do processo de forma irregular. Diante dessa situação, com base na legislação brasileira referente aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- A) João cometeu o crime de corrupção passiva, uma vez que recebeu vantagem indevida em razão de sua função pública.
- B) João cometeu o crime de peculato, uma vez que se apropriou indevidamente de valor pertencente à administração pública.
- C) João não cometeu nenhum crime, uma vez que essa conduta não é tipificada na lei penal brasileira.
- D) João cometeu o crime de prevaricação, uma vez que recebeu vantagem indevida em razão de sua função pública.
- E) João cometeu o crime de concussão, uma vez que exigiu vantagem indevida para si em razão de sua função pública.

29 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Se um particular exigir para si alguma vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função ele comete o crime de:

- A) usurpação de função pública.
- B) tráfico de influência.
- C) corrupção passiva.
- D) prevaricação.
- E) corrupção ativa.

30 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Agente policial comunica a autoridade policial sobre a ocorrência de contravenção penal de que sabe inocente seu desafeto, e o conduz detido até Delegacia de Polícia. Lá, o conduzido livra-se solto. Ao final da ação penal, o desafeto do agente policial é absolvido.

É correto dizer que o agente policial

- A) praticou crime consumado.
- B) praticou crime tentado.
- C) praticou, apenas, falsa comunicação de crime ou contravenção.
- D) não praticou crime algum, tendo em vista a posterior absolvição.
- E) não praticou crime algum, por se tratar de falsa imputação de contravenção.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer,

- A) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
- B) ser-lhe-á nomeado defensor dativo.
- C) ser-lhe-á nomeado curador.
- D) será publicado edital de citação.
- E) será decretada a prisão preventiva.

32 - (Simulado Geral. 2021. FCC) Há impedimento do juiz quando

- A) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.
- B) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- C) ele, seu cônjuge, ou parente consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
- D) tiver aconselhado qualquer das partes.
- E) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

33 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Com fundamento em hipótese expressamente prevista no artigo 395 do CPP, magistrado rejeita a denúncia. Reconheceu-se

- A) falta de justa causa para o exercício da ação penal.
- B) manifesta hipótese de estado de necessidade.
- C) manifesta causa excludente da culpabilidade do agente.
- D) a absolvição sumária do acusado.
- E) legítima defesa por agressão a vítima mantida refém durante a prática de crime.

34 - (Simulado Geral. 2022. Cadete) Em relação ao Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta.

- A) Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de cinco, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
- B) Contra a sentença de improúnica ou de absolvição sumária cabe recurso em sentido estrito.
- C) O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de seis meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
- D) O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até três dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar.
- E) Dos jurados impedidos entre si por parentesco ou relação de convivência, servirá o que houver sido sorteado em último lugar.

35 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) No que se refere ao acusado e seu defensor, assinale a alternativa correta.

- A) Ao acusado menor dar-se-á tutor.
- B) Nenhum acusado, salvo aquele que estiver foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- C) O acusado, ainda que for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.
- D) A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- E) O defensor não poderá abandonar o processo sem justo motivo, previamente comunicado ao juiz, sob pena de responder por infração disciplinar perante o órgão correicional competente.

36 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Se o juiz, desde logo, reconhecer a improriedade do recurso interposto pela parte,

- A) mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.
- B) decidirá por seu não conhecimento, apontando a falta de adequação.
- C) determinará que o escrivão certifique a boa-fé do recorrente.
- D) ordenará a manifestação da parte contrária.
- E) deverá reconhecer que o recurso é deserto.

37 - (Simulado Geral. 2021. FCC) Interposta apelação, o prazo para oferecimento das razões recursais em caso de condenação pelo crime de receptação qualificada será de

- A) 15 dias.
- B) 10 dias.
- C) 08 dias.
- D) 30 dias.
- E) 05 dias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, será concedida tutela

- A) antecipada em caráter antecedente.
- B) cautelar em caráter antecedente.
- C) de urgência.
- D) da evidência.
- E) antecipada em caráter incidental.

39 - (Simulado Geral. 2024. FCC) Suzane ajuizou demanda indenizatória, porém teve sua petição inicial indeferida, em razão de inépcia desta. Nessa situação, se Suzane interpuser apelação,

- A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.
- B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.
- C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.
- D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.
- E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

40 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No que diz respeito ao depoimento pessoal, é correto afirmar que

- A) a parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, podendo servir-se de escritos anteriormente preparados.
- B) não pode ser ordenado de ofício.
- C) a parte é obrigada a depor sobre fatos a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo, desde que se trate de uma ação de família.
- D) quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado ou empregar evasivas, o juiz, imediatamente aplicará pena.
- E) a parte é obrigada a depor sobre fatos torpes que lhe forem imputados, devendo o juiz decretar o sigilo no processo.

41 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp. Adaptada) De acordo com o Código de Processo Civil, no tocante à extinção do processo, haverá resolução de mérito quando o magistrado

- A) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- B) reconhecer a existência de coisa julgada.
- C) homologar a desistência da ação.
- D) reconhecer a existência da perempção.
- E) indeferir a petição inicial

42 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Acerca do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, assinale a alternativa correta.

A) Para a efetivação da tutela específica, o juiz poderá, desde que mediante requerimento da parte, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

B) O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé ainda que de forma justificada, descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.

C) A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.

D) A multa, que depende de requerimento da parte, poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

E) Para atender ao resultado prático equivalente o juiz poderá determinar, apenas as seguintes medidas previstas em lei: imposição de multa, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

43 - (Simulado Geral. 2024. FCC) Segundo o disposto na Lei nº 9.099/1995, podem figurar como parte autora no Juizado Especial Cível

A) as sociedades de crédito ao microempreendedor.

B) os menores de 16 anos.

C) os insolventes civis.

D) os presos.

E) as pessoas jurídicas de direito público.

44 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Nas causas de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até

A) a instalação da audiência de conciliação.

B) a instalação da audiência de instrução de julgamento.

C) cinco dias antes da instalação da audiência de conciliação.

D) quinze dias antes da instalação da audiência de instrução de julgamento.

E) o momento de apresentação da contestação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

45 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A Constituição Federal Brasileira é considerada uma conquista histórica no que diz respeito à democracia e à cidadania. Ela prevê os direitos e as garantias fundamentais para quaisquer pessoas, bem como os direitos e deveres individuais e coletivos. O artigo 5º rege que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e traz uma série de itens que tratam acerca desses direitos e deveres. Com relação ao item XLIV – constitui crime inafiançável e imprescritível:

- A) desobediência aos policiais militares em suas execuções de trabalhos.
- B) manifestações coletivas e populares advindas da sociedade civil.
- C) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- D) participação em movimentos sociais na luta por direitos sociais.
- E) filiação a partidos comunistas para sua implantação no país.

46 - (Simulado Geral. 2023. FCC) Josafá não possuía acesso às informações sobre sua pessoa contidas no banco de dados de determinada entidade de caráter público. Josafá requereu, então, a essa entidade, que lhe fosse dado acesso àqueles dados cujo teor desconhecia, o que lhe foi expressamente negado sob o fundamento de serem sigilosas essas informações. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, Josafá

- A) poderá impetrar mandado de injunção para que lhe seja assegurado o conhecimento das informações relativas à sua pessoa.
- B) poderá impetrar habeas corpus, pois se trata de um direito líquido e certo obter o conhecimento das informações relativas à sua pessoa.
- C) não poderá ter conhecimento dessas informações, dado o caráter sigiloso que elas possuem, não podendo, portanto, solicitar judicialmente o seu acesso.
- D) não poderá solicitar judicialmente o acesso às informações relativas à sua pessoa, pois a entidade governamental possui autonomia nas suas decisões.
- E) poderá impetrar habeas data para que lhe seja assegurado o conhecimento das informações relativas à sua pessoa.

47 - (Simulado Geral. 2023. FCC) Francisca, trabalhadora rural, foi demitida de seu emprego, sem nunca ter recebido remuneração superior à do seu serviço normal, pela realização de serviço extraordinário. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, conforme apenas as informações fornecidas, Francisca, para obter o que lhe é devido e que o empregador se recusa a lhe pagar,

- A) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- B) não terá direito de ajuizar ação, por se tratar de trabalhadora rural.
- C) terá direito de ajuizar ação a qualquer tempo, pois os créditos resultantes das relações de trabalho são imprescritíveis.
- D) não terá direito de ajuizar ação, pois recebeu remuneração pelo serviço extraordinário exercido.
- E) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

48 - (Simulado Geral. 2024. Consulplan. Adaptada) A perda da nacionalidade é a extinção do vínculo patrial que liga o indivíduo ao Estado. Sobre este tema, com fulcro na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) É defeso o pedido para a reaquisição da nacionalidade brasileira.
- B) O cancelamento da naturalização do brasileiro naturalizado se dará, unicamente, com a extradição para o país de origem.
- C) No Brasil, a extinção do vínculo com o Estado ocorrerá para aquele que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade nacional competente.
- D) O texto constitucional assegura que a pessoa fique apátrida, ou seja, aquele que requisitar a perda de sua nacionalidade não necessariamente terá que obter outra nacionalidade.
- E) a lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, observados requisitos mínimos que deverão constar, obrigatoriamente, da lei regulamentadora.

49 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Cidadãos que ocupam cargos públicos no país devem obedecer a normas específicas, tais como as estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil (de 1988) em suas disposições gerais para a administração pública.

A esse respeito, de acordo com o inciso XVI do artigo 37 do referido documento, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto em caso de

- A) dois cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários.
- B) um cargo de professor e um cargo técnico, quando houver sobreposição de horários.
- C) dois cargos de gestão, quando houver compatibilidade de horários.
- D) dois cargos técnicos ou científicos, independentemente da distribuição de horários.
- E) um cargo de professor e um cargo de gestão, quando houver sobreposição de horários.

50 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No tocante à aposentadoria de servidores com deficiência, a Constituição Federal estabelece que

- A) não poderá haver diferença na sua concessão em relação aos demais servidores, em respeito ao princípio da isonomia que deve prevalecer no serviço público.
- B) poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para a sua concessão.
- C) poderá ser diferenciada na sua concessão, mediante lei autorizadora, sendo vedada a exigência de qualquer tipo de avaliação para confirmação da deficiência do servidor.
- D) poderá ser concedida de forma diferenciada, mas o servidor deverá ser previamente submetido à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- E) poderá ser obtida com tempo de contribuição reduzido, mediante avaliação a ser feita por meio de perícia, mas o tempo mínimo de idade não poderá ser diferente dos demais servidores.

51 - (Simulado Geral. 2023. FCC) De acordo com a Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça

A) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Conselho Nacional de Justiça não tem sede na Capital Federal.

B) têm sede na Capital Federal, sendo que apenas o Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário.

C) têm sede na Capital Federal, sendo que todos são órgãos do Poder Judiciário.

D) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Supremo Tribunal Federal tem sede na Capital Federal.

E) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Tribunal Superior do Trabalho não tem sede na Capital Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

52 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Fulano é servidor público do Governo do Estado de São Paulo e resolveu fixar a sua residência fora do estado, sem autorização da chefia imediata. Beltrano, seu colega de equipe, ao descobrir tal fato, em vez de alertar à sua chefia, resolveu divulgá-lo a um amigo que era produtor do programa “Fantástico”, na Rede Globo de televisão, para que o seu amigo pudesse fazer uma reportagem sobre a irregularidade por ele descoberta. Tendo em vista essa situação hipotética, é correto afirmar com base na Lei Estadual nº 10.261/1968 que:

A) Fulano não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que não se exige do servidor público estadual autorização para estabelecer residência fora do local de lotação.

B) Beltrano violou dever funcional por não guardar sigilo de assunto interno da repartição e não ter representado ao seu superior a respeito da situação irregular de que tomou conhecimento.

C) Fulano violou dever funcional, pois se considera incompatível com o dever de assiduidade e pontualidade a situação de servidor que vive em outro estado, ainda que em cidade vizinha.

D) Beltrano violou dever funcional ao não cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho, comportando-se como um delator.

E) Beltrano não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que há interesse público envolvido na exposição pública da repartição e do colega, ainda que antes do devido processo administrativo.

53 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Maria é psicóloga de formação e funcionária pública estadual em São Paulo. A pedido de alguns colegas, após seguidos casos de depressão no ambiente profissional, Maria resolve criar um grupo de apoio, por ela coordenado, com o objetivo de atuar sobre a melhora da saúde mental dos colegas. Embora as reuniões do grupo ocorram em sala da repartição e em horário de expediente, não há apoio oficial do órgão no qual trabalha, motivo pelo qual Maria cobra dos colegas uma remuneração de R\$ 100 por hora de sessão como forma de remuneração profissional.

Tendo em vista a situação hipotética descrita no texto, é correto afirmar, com base na Lei Estadual no 10.261/1968, que:

- A) Maria pode receber elogio formal em seu histórico profissional, por sintetizar com sua ação o dever de cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho.
- B) a finalidade benficiante da ação da servidora, interessada em ajudar os colegas, afasta qualquer irregularidade na sua conduta.
- C) a utilização de espaço da repartição, juntamente à realização de sessões em horário de expediente, não representam mau uso dos bens públicos postos à disposição dos funcionários.
- D) Maria violou preceitos éticos aplicáveis aos servidores públicos estaduais, por violar a privacidade alheia, envolvendo-se com aspectos pessoais da vida dos colegas.
- E) Maria violou a lei ao ignorar a proibição do exercício do comércio entre os companheiros, proibição que se aplica não apenas ao comércio de bens, mas também de serviços.

54 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Chegou ao conhecimento do Diretor de Departamento de Secretaria Estadual que Josué, seu subordinado e servidor público efetivo do Estado de São Paulo, está “faltando com o cumprimento dos deveres”, suficientemente caracterizada a infração e definida a autoria.

Josué conta com 6 anos de efetivo exercício, nunca sofreu penalidade disciplinar, nunca celebrou Termo de ajustamento de conduta, não possui sindicância ou processo disciplinar em curso e não causou qualquer prejuízo ao Erário Público. Diante do caso hipotético, é correto afirmar, de acordo com a lei 10261/68, Estatuto dos servidores públicos civis do Estado de São Paulo, que:

- A) Josué poderá estar sujeito, em virtude de sua conduta, à pena de repreensão e o Diretor de Departamento é a autoridade competente para a aplicação da penalidade.
- B) é obrigatória a instauração de apuração preliminar, sendo vedadas a instauração direta de sindicância e a formulação de proposta de autocomposição.
- C) Josué poderá estar sujeito, em decorrência de sua conduta, à pena máxima de suspensão.
- D) é incabível, no caso, a celebração de termo de ajustamento de conduta.
- E) é obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar, sendo o Diretor de Departamento competente para a homologação de termo de ajustamento de conduta.

55 - (Simulado Geral. 2023) Assinale a alternativa correta a respeito das práticas autocompositivas previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, lei no 10.261/68.

- A) Serão orientadas, dentre outros, pelos princípios da voluntariedade, corresponsabilidade, reparação do dano, publicidade e informalidade.
- B) O conteúdo das sessões restaurativas é sigiloso, podendo ser utilizado como prova em processo administrativo.
- C) Após a determinação de instauração de sindicância ou processo administrativo não mais é permitido o encaminhamento do caso para as práticas autocompositivas pela autoridade competente.
- D) Para aplicação das práticas autocompositivas, é necessário que as partes reconheçam os fatos essenciais, e admitam a culpa em eventual sindicância ou processo administrativo.
- E) O encaminhamento às práticas autocompositivas pode se dar de forma alternativa ou concorrente à sindicância e ao procedimento disciplinar.

56 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

- A) O presidente e cada acusado poderão arrolar até 8 testemunhas, as quais comparecerão independentemente de intimação.
- B) A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa.
- C) A citação do acusado será feita por meio de carta com aviso de recebimento, devendo ser comprovadamente recebida pelo menos 7 dias antes do interrogatório.
- D) O relatório deverá ser apresentado no prazo de 30 dias, contados da apresentação das alegações finais.
- E) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 5 dias do recebimento da determinação, e concluído no prazo de 180 dias da citação do acusado.

57 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere que Isaías é servidor público e teve contra si aplicada pena disciplinar. Inconformado com a decisão, decide interpor recurso. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68, é correto afirmar que

- A) o recurso deverá ser apresentado à autoridade que deverá julgá-lo, salvo se Isaías desejar que a autoridade que aplicou a pena exerça um juízo de retratação.
- B) na hipótese de a decisão recorrida ser mantida pela autoridade que julgou o recurso, Isaías poderá, a qualquer tempo, apresentar pedido de reconsideração, caso surjam fatos ou circunstâncias ainda não apreciados no processo.
- C) o recurso será apreciado, ainda que incorretamente denominado ou endereçado à autoridade incompetente.
- D) o recurso deverá ser interposto no prazo de 20 dias, a contar da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado.
- E) o recurso terá efeito suspensivo e, na sua elaboração, o recorrente deverá indicar, além do seu nome e qualificação, a exposição das razões de seu inconformismo.

58 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Suponha que uma autoridade administrativa tenha tido conhecimento de fatos que constituem indícios da prática de improbidade. Segundo a Lei nº 8.429/92, nessa situação, ela deverá

- A) mandar instaurar o inquérito civil público para a devida apuração.
- B) comunicar a autoridade policial competente para a abertura do inquérito.
- C) oficiar ao Poder Judiciário para as medidas judiciais cabíveis.
- D) representar ao Ministério Público para as providências necessárias.
- E) comunicar ao seu superior hierárquico para aplicação das penalidades cabíveis.

59 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) José cometeu ato de improbidade administrativa que resultou em prejuízo aos cofres do Município. Ajuizada a competente ação por improbidade administrativa, a fim de garantir a integral recomposição do erário, a respectiva legislação permite que seja decretada, sem a oitiva prévia de José,

- A) a indisponibilidade de seus bens, que não poderá incidir sobre qualquer quantia depositada em caderneta de poupança.
- B) a perda de seus bens, incluindo bens móveis, imóveis e depósitos em caderneta de poupança e conta corrente.
- C) a indisponibilidade de seus bens, que poderá incidir sobre a quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança.
- D) a perda de seus bens, incluindo bens móveis, imóveis, exceto sobre depósitos em caderneta de poupança e conta corrente.
- E) a indisponibilidade de seus bens, que poderá incidir sobre a quantia depositada em caderneta de poupança que supere 40 (quarenta) salários mínimos.

NORMAS DA CORREGEDORIA

60 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) A ata da visita correcional será encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça no prazo de:

- A) até 02 dias após ser realizada.
- B) até 10 dias após ser realizada.
- C) até 15 dias após ser realizada.
- D) até 30 dias após ser realizada.
- E) até 60 dias após ser realizada.

61 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) No que se refere ao sistema informatizado oficial, é correto afirmar que:

- A) As vítimas identificadas na denúncia ou queixa, e também as testemunhas de processo criminal – sejam estas de acusação, defesa ou comuns –, terão suas qualificações lançadas no sistema informatizado oficial, exceto quando, ao darem conta de coação ou grave ameaça, após deferimento do juiz, pedirem para não haver identificação de seus dados de qualificação e endereço.
- B) Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados serão aplicadas aos feitos de outro juízo.
- C) É autorizado ao funcionário credenciado ceder a respectiva senha ou permitir que outrem, funcionário ou não, use-a para acessar indevidamente o sistema informatizado.
- D) Dispensa-se o cadastramento das cartas precatórias no sistema informatizado.

E) A extinção do processo, em caso de improcedência total da demanda, por força do acolhimento de impugnação do devedor (art. 1.015, parágrafo único, do CPC) ou em razão da estabilização da tutela (art. 304 do CPC), e a extinção do processo de execução, por força de procedência de embargos de devedor, serão cadastradas no sistema diretamente pelo ofício de justiça assim que as respectivas sentenças forem proferidas.

62 - (Simulado Geral. 2021. Inéditas) Dispõe o art. 87 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça que, ao receber a petição inicial ou a denúncia, o ofício de justiça providenciará a autuação:

- A) imediatamente.
- B) em 24 (vinte e quatro) horas.
- C) em 48 (quarenta e oito) horas.
- D) assim que possível, levando em consideração a quantidade de trabalho.
- E) em até 10 dias.

63 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) No tocante à consulta e à carga dos autos, é correto afirmar que:

A) É permitida a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito noório de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância.

B) O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de 5 (cinco) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à 1 (um) salário-mínimo.

C) Os requerimentos de carga rápida dos autos serão recepcionados e atendidos h que formulados até às 20h.

D) A baixa da carga de autos, constante de relatório eletrônico ou de livro protocolo, far-se-á em até 48 horas do recebimento dos autos em cartório.

E) O Livro Protocolo de Autos e Papéis em Geral será utilizado quando não for possível a utilização do sistema informatizado, caso em que serão lançados, no livro, a assinatura do destinatário e, nos autos, o termo de carga e recebimento.

64 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) O acesso à integra dos processos digitais que não tramitem sob segredo de justiça a terceiro interessado será franqueado mediante uso de senha pessoal e intransferível, disponibilizada para utilização pelo período:

A) de 5 dias.

B) de 1 ano ou até o trânsito em julgado da sentença, o que ocorrer primeiro.

C) de 24 horas.

D) de 48 horas.

E) de 60 dias.

ATUALIDADES

65 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) O Congresso do país aprovou, nesta terça-feira (28), a proibição das touradas e de outros espetáculos que envolvem maus-tratos e abusos de animais a partir de 2027, uma decisão histórica em um dos países com maior tradição tauromáquica das Américas.

A notícia acima se refere a qual país?

A) Colômbia.

B) Peru.

C) México.

D) Argentina.

E) Chile.

66 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) O Papa Francisco recebeu em audiência na manhã desta quinta-feira, 23 de maio, o prefeito do Dicastério das Causas dos Santos, Card. Marcello Semeraro. O Pontífice autorizou a publicação de alguns decretos, entre quais consta o reconhecimento do milagre atribuído à intercessão do Beato.

Fiel leigo, nasceu em 3 de maio de 1991 em Londres (Inglaterra) e morreu em 12 de outubro de 2006 em Monza (Itália).

A sua festa, portanto, é celebrada no mesmo dia de Nossa Senhora Aparecida. Aliás, são muitos os fatos na vida do Beato que o ligam ao Brasil, a começar pelo milagre com o qual foi beatificado, verificado em Campo Grande (MS).

A notícia acima se refere a

A) José Allamano.

B) Ambrósio de Milão.

C) São Patrício.

D) John Wesley.

E) Carlo Acutis.

67 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) O governo do país passou a classificar a transexualidade e transtornos de identidade de gênero como doenças mentais.

O documento lista transexualidade, travestismo e transtorno de gênero na infância como enfermidades. O decreto atualiza as regras do Peas (Plano de Seguro de Saúde Essencial), que orienta planos de saúde sobre tratamentos a serem oferecidos na rede pública e privada.

A notícia acima ocorreu

A) na Hungria.

B) no Peru.

C) na Argentina.

D) na Bielorrússia.

E) na Turquia.

68 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) O Banco Central da Argentina (BCRA) colocou em circulação uma nova cédula, o maior valor emitido até agora.

O país enfrenta uma das maiores inflações do planeta, que atingiu 279% ao ano em março. Com isso, as notas perdem valor e é preciso usar quantidades cada vez maiores de cédulas.

De acordo com a notícia acima, qual é o valor da nova cédula?

A) 2 mil pesos.

B) 5 mil pesos.

C) 30 mil pesos.

D) 8 mil pesos.

E) 10 mil pesos.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

69 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Conforme disposto expressamente na Lei nº 13.146/2015, se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nessa Lei, devem

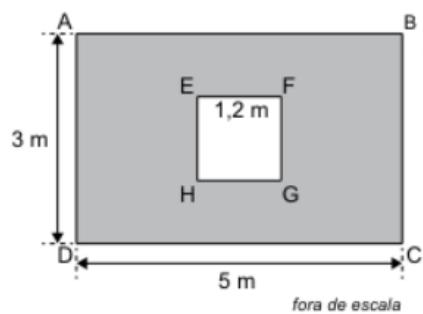
- A) instituir comissão de sindicância para apuração dos fatos e posterior abertura de processo administrativo.
- B) mandar instaurar o inquérito policial para apuração e aplicação das sanções cabíveis.
- C) remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- D) aplicar as sanções e multas previstas na Lei.
- E) instaurar o inquérito civil para apuração dos fatos e, posteriormente, aplicar as sanções previstas na Lei.

70 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Destinada a assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) explicita importantes definições para fins de sua aplicação. O artigo 2º da referida lei define a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. São impedimentos de natureza física, mental, intelectual, sensorial e

- A) formalmente tipificados.
- B) de ordem exclusiva.
- C) de longo prazo.
- D) de alcance geral.
- E) notadamente complexos.

MATEMÁTICA

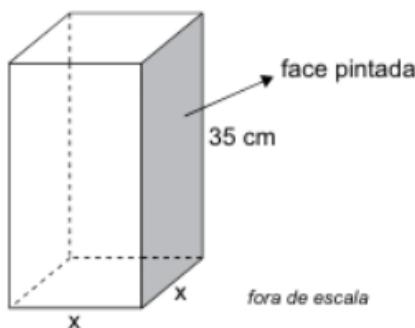
71 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em uma parede retangular ABCD, com 3 m de altura por 5 m de largura, foi colocada uma janela quadrada EFGH, conforme mostra a figura.



Sabendo que os lados dessa janela quadrada têm 1,2 m de comprimento e que a parede restante foi pintada, a área pintada da parede é

- A) 12,60 m².
- B) 13,80 m².
- C) 13,56 m².
- D) 14,44 m².
- E) 14,66 m².

72 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um bloco de madeira, na forma de um prisma reto de base quadrada, tem 35 cm de altura, conforme mostra a figura.



Se o perímetro da face pintada, destacada na figura, é 110 cm, o volume desse bloco é de

- A) 16500 cm³.
- B) 14000 cm³.
- C) 12000 cm³.
- D) 9500 cm³.
- E) 7000 cm³.

73 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A tabela apresenta algumas informações sobre o preço de 5 modelos diferentes de cadeiras.

Modelo	Preço
A	R\$ 340,00
B	R\$ 560,00
C	x
D	R\$ 380,00
E	R\$ 450,00

Sabendo que o preço da cadeira do modelo C é R\$ 10,00 inferior à média aritmética dos preços desses 5 modelos de cadeiras, então, a média aritmética dos preços desses 5 modelos de cadeiras é

- A) R\$ 410,00.
- B) R\$ 420,00.
- C) R\$ 430,00.
- D) R\$ 440,00.
- E) R\$ 450,00.

74 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Para preparar um determinado tipo de arranjo de flores, uma floricultura leva 23 minutos. Mantendo sempre essas condições, o tempo necessário para essa floricultura preparar 30 desses arranjos será de

- A) 12 horas e 10 minutos.
- B) 12 horas e 5 minutos.
- C) 11 horas e 50 minutos.
- D) 11 horas e 40 minutos.
- E) 11 horas e 30 minutos.

75 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em um jogo beneficente de futebol, estavam presentes 5400 pessoas, entre adultos e crianças, de modo que a razão do número de crianças para o número de adultos era 2/7. Sabendo que somente os adultos pagaram ingressos para o jogo e que cada ingresso custava R\$ 50,00, o valor arrecadado com a venda desses ingressos foi

- A) R\$ 220.000,00.
- B) R\$ 210.000,00.
- C) R\$ 200.000,00.
- D) R\$ 190.000,00.
- E) R\$ 180.000,00.

76 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A frota de veículos de uma empresa é formada por 20 carros, sendo 40% deles da cor branca e os demais da cor prata. Sabendo que 25% dos carros da cor branca e 50% dos carros da cor prata têm o logotipo da empresa pintado nas portas, então, em relação aos 20 carros da frota, aqueles que têm o logotipo pintado nas portas representam

- A) 75%.
- B) 60%.
- C) 55%.
- D) 40%.
- E) 35%.

INFORMÁTICA

77 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário, ao abrir o menu Iniciar do MS- Windows 10, em sua configuração original, identifica algumas pastas com aplicativos padrão. Na pasta Facilidade de Acesso, um dos aplicativos é

- A) Serviços de Acessibilidade.
- B) Ferramenta de Captura.
- C) Ampliador.
- D) Visualizador.
- E) Lupa.

78 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Tem-se a seguinte estrutura de pastas, exibida no Explorador de Arquivos do Windows 10, ambos em sua configuração original, com a pasta C:\TEMP selecionada:



Um usuário clicou com o botão principal do mouse na pasta Rejeitados, na parte lateral esquerda da tela, exibindo assim a seguinte imagem:



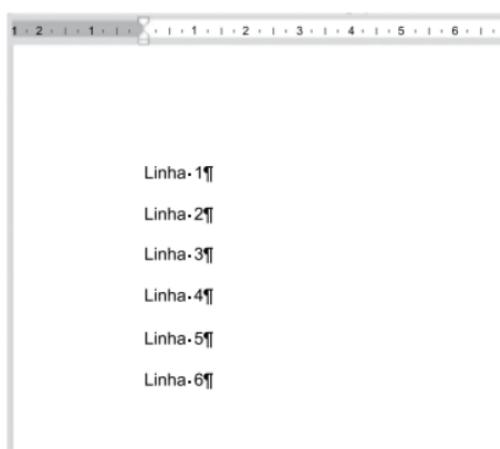
Assinale a alternativa que indica, a partir da imagem anterior, qual pasta será exibida caso o usuário clique no ícone Voltar, representado pela seta para a esquerda e destacado com um círculo na imagem anterior.

- A) C:\
 - B) C:\temp
 - C) C:\temp\ArquivoMorto
 - D) C:\temp\ArquivoMorto\Documentos
 - E)
C:\temp\ArquivoMorto\Documentos\Apro
vados

79 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em um documento em branco, criado no Microsoft Word 2016, em sua configuração-padrão, sem qualquer formatação, um usuário pretende escrever a frase Prefeitura de Santo André. Para isso, começou digitando Pref e, logo em seguida, ativou a formatação em negrito, para então terminar de digitar eitura de Santo André. Ficará em negrito

- A) todo o texto Prefeitura de Santo André.
 - B) o texto de Santo André, apenas.
 - C) o texto eitura de Santo André, apenas.
 - D) a palavra Prefeitura, apenas.
 - E) o texto eitura, apenas.

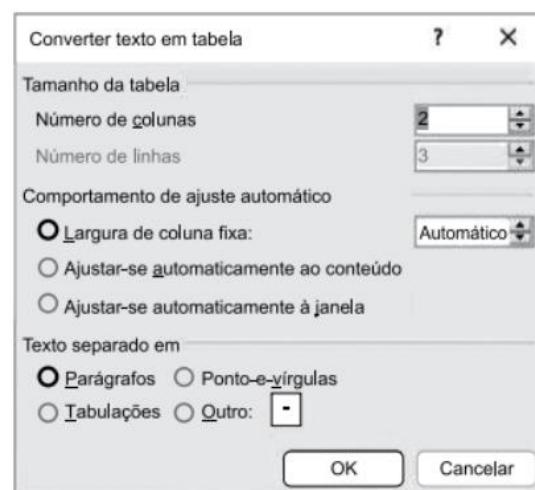
80 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Tem-se o seguinte documento, criado no Microsoft Word 2016, em sua configuração-padrão, com as marcas de parágrafo ativadas.



Um usuário selecionou todo o texto, e selecionou a opção Converter Texto em Tabela... a partir do ícone Tabela, grupo Tabelas, guia Inserir, conforme imagem a seguir.



Finalmente, configurou a janela Converter texto em tabela para ser 2 colunas e 3 linhas, conforme imagem a seguir.



Assinale a alternativa com o resultado correto dessa ação, mostrado sem as marcas de parágrafo.

A)

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	
Linha 4	
Linha 5	
Linha 6	

B)

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	

C)

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	
Linha 4	
Linha 5	
Linha 6	

D)

Linha 1	Linha 2
Linha 3	Linha 4
Linha 5	Linha 6

E)

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	
Linha 4	
Linha 5	
Linha 6	

Na célula C8 foi adicionada uma fórmula que retornou o total de atendimentos, independentemente do tipo, realizados no ano de 2021.

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta, adicionada na célula C8, conforme o enunciado e os valores exibidos na imagem.

- A) =SE(A2:A6;2021;CONT)
- B) =CONT.SE(A2:A6;2021)
- C) =SE(A2:A6;2021;SOMA)
- D) =SOMASES(C2:C6;A2:A6;2021)
- E) =SOMA(A2:A6;SE;2021)

81 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A planilha a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	Ano	Tipo	Quantidade
2	2020	Surdez	2
3	2020	Visão	3
4	2021	Visão	4
5	2021	Surdez	2
6	2022	Visão	3
7			
8	Total 2021		6

Na planilha, cada linha contém um ano, um tipo de atendimento educacional especializado prestado e uma quantidade de atendimentos realizados no respectivo ano para o respectivo tipo.

82 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um assistente social preparou, por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração original, uma planilha para contabilizar as intervenções realizadas por ano, conforme a imagem a seguir.

	A	B
1	Ano	Intervenções
2	2020	80
3	2021	60
4	2022	76
5		
6	Média	72

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula aplicada na célula B6, que corresponde ao valor exibido na imagem.

- A) =MÉDIA(B2:B6)
- B) =MÉDIA(B4:B6)
- C) =MÉDIA(B2+B3+B4)
- D) =MÉDIA(B2:B4)
- E) =MÉDIA(B2:B4)

83 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere as características de uma mensagem de correio eletrônico, preparada no Microsoft Outlook 2016, em sua configuração original:

De: Paulo Para: Joana

Cc: Andreia

Cco: Ricardo

Assunto: Renato

Após Paulo clicar em enviar, a mensagem foi gravada e permaneceu na pasta Caixa de Saída do computador de Paulo.

Quanto ao recebimento da mensagem, é correto afirmar que

- A) nenhum dos usuários recebeu.
- B) apenas Joana recebeu.
- C) apenas Joana e Andreia receberam.
- D) apenas Joana, Andreia e Ricardo receberam.
- E) Joana, Andreia, Ricardo e Renato receberam.

84 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Paulo redigiu uma mensagem de correio eletrônico usando o Microsoft Outlook 2016, em sua configuração padrão, para Rafaela, Antônio e Carlos. Rafaela, ao receber, clicou em Responder a todos e, sem alterar os destinatários na mensagem preparada automaticamente pelo Outlook, clicou em Enviar. Antônio e Carlos fizeram exatamente o mesmo. No final, Paulo recebeu 3 respostas. Rafaela recebeu 2 respostas apenas. Antônio recebeu 2 respostas apenas. Carlos não recebeu nenhuma resposta. Considerando que todos enviaram e receberam as mensagens com sucesso, isso significa que

- A) Carlos estava no email original de Paulo no campo Cco.
- B) Antônio estava no email original de Paulo no campo Cco.
- C) Carlos estava no email original de Paulo no campo Cc.
- D) Rafaela estava no email original de Paulo no campo Cco.
- E) Carlos estava no email original de Paulo no campo Para.

85 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Tem-se a seguinte imagem, exibida parcialmente, com os resultados de uma pesquisa realizada no buscador Google:

A screenshot of a Google search result for the URL <https://www.santoandre.sp.gov.br/ANEXOS/X.../pdf>. The result is a PDF titled 'PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ' from the 'PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. TERMO DE COMPROMISSO-DETALHE DE CALÇADA / HIS / HMP / OBRAS PÚBLICAS. SECRETARIA DE HABITAÇÃO E... 1 página'. Below this, another result for 'cmsandre.sp.gov.br' is shown, titled 'PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ' from 'PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. REVISÃO DA LUOPS. ANEXO 1.3. PERÍMETRO DA ÁREA DO EIXO TAMANDUATÉ escala: 1:12.500. Dezembro / 2016 folha única. LEGENDA'.

A screenshot of a Google search result for the URL <http://santoandre.education.com.br/2020/10/pdf>. The result is a PDF titled 'PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ' from 'PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL. Orientação Normativa – DEIF/SE – Ensino Remoto'.

Assinale a alternativa que indica o termo que foi utilizado para que fossem exibidos os resultados apresentados e que filtrou também por arquivos PDF.

- A) prefeitura de santo andre web:PDF
- B) "prefeitura de santo andre" find:PDF
- C) prefeitura de santo andre -PDF
- D) prefeitura de santo andre filetype:PDF
- E) prefeitura de santo andre -municipal definition:PDF

86 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Sobre conceitos de URL, assinale a alternativa com o número da porta padrão para o protocolo HTTPS.

- A) 0.
- B) 443.
- C) 80.
- D) 8080.
- E) 21.

87 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Tem-se uma imagem parcial de uma reunião criada e em andamento no Microsoft Teams, em sua configuração padrão, a partir do computador de João.



A seguir, tem-se uma imagem, também parcial, dos participantes dessa reunião.

Participantes ... X

Convidar alguém ou discar um número 🔍

🔗 Compartilhar convite

▼ Nesta reunião (3)

	Audi Kapoor	1
	Aaron Baxter	2
	Daniela Madera Organizador

▼ Outros convidados (14)

 Babar Shames Aceito	
 Beth Davis Aceito	
 Bruno Gues Provisório	
 Bergama de Agosto Provisório	

Assinale a alternativa que indica quais participantes irão conseguir ouvir João.

- A) Aaron Baxter e Daniela Madera, apenas.
- B) Aaron Baxter, apenas.
- C) Audi Kapoor, Aaron Baxter e Daniela Madera, apenas.
- D) Nenhum participante.
- E) Aaron Baxter, Daniela Madera e os outros 14 convidados, apenas.

88 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) O aplicativo MS-Teams, em sua configuração padrão, está sendo utilizado para a realização de uma videoconferência entre os membros de uma equipe de trabalho. Assinale a alternativa que indica, respectivamente, as funções dos botões reproduzidos a seguir, sabendo que esses estão disponíveis na tela daquele aplicativo durante sua utilização.



- A) (I) Acionar a câmera e (II) Selecionar plano de fundo.
- B) (I) Apresentar conteúdo e (II) Mostrar conversa do Chat.
- C) (I) Ativar o microfone e (II) Pedir para comentar.
- D) (I) Entrar na conversa e (II) Mostrar os participantes.
- E) (I) Encerrar a reunião e (II) Gravar a videoconferência.

89 - (Simulado Geral. 2022. Cebraspe/Cespe) O nome da plataforma da Microsoft destinada a desenvolvimento, execução e gerenciamento de aplicativos para nuvem é

- A) Azure.
- B) iCloud.
- C) OneDrive.
- D) PlayStore.
- E) Google Drive.

90 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) De acordo com os planos de armazenamento em nuvem (Onedrive), é correto afirmar que

- A) O recurso de armazenamento da Microsoft está incluído integralmente em todos os tipos de assinatura.
- B) Os aplicativos de produtividade poderosos estão incluídos em todos os tipos de assinatura.
- C) O recurso de segurança avançada da Microsoft está incluído parcialmente na modalidade Grátis (Microsoft 365).
- D) A digitalização multipágina está inclusa em todos os tipos de assinatura.
- E) As pastas offline estão incluídas em todos os tipos de assinatura.

RACIOCÍNIO LÓGICO

91 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Uma senha de seis dígitos, todos numéricos, corresponde ao 10º elemento da seguinte sequência numérica:

2, 11, 47, 191, 767, 3 071, ...

Considerando-se que a senha seja **mpqxyz**, em que **m, p, q, x, y, z** representam os algarismos dessa senha, o número que representa **y** é

- A) 5.
- B) 7.
- C) 9.
- D) 3.
- E) 1.

92 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere a seguinte afirmação: “Existe, pelo menos, um candidato que, se ele não dormiu bem à noite, então não foi aprovado no concurso.”

Uma negação lógica para a afirmação apresentada é:

- A) Não existe candidato que não dormiu bem à noite e foi aprovado no concurso.
- B) Existe candidato que, se foi aprovado no concurso, então dormiu bem à noite.
- C) Existe mais de um candidato que, se ele não dormiu bem à noite, então não foi aprovado no concurso.
- D) Todos os candidatos dormiram bem à noite e foram aprovados no concurso.
- E) Todos os candidatos não dormiram bem à noite e foram aprovados no concurso.

93 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- I. Se o evento é hoje, então descansei ontem.
- II. O evento não é hoje ou amanhã vou descansar.
- III. Ou estudo hoje ou não descansarei amanhã.
- IV. Não descansarei amanhã.

Uma conclusão verdadeira que se pode extrair das informações apresentadas é:

- A) O evento é hoje.
- B) Descansei ontem.
- C) Não estudo hoje.
- D) Não descansei hoje.
- E) Estudo hoje.

94 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um clube do livro é formado por 198 pessoas. Semana passada foram sugeridos três livros para leitura, que serão designados por X, Y e Z. Todos os membros do clube leram pelo menos um dos livros, sendo que 15 deles leram os três. Quem leu o livro X também leu o livro Y. O número de membros que leu apenas o livro Z é igual ao total de membros que leram exatamente dois títulos. Sabendo que 48 pessoas leram o livro X e 114 pessoas leram o livro Y, o número de pessoas que leu apenas o livro Y foi

- A) 16.
- B) 15.
- C) 17.
- D) 18.
- E) 19.

95 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Seja a sequência 21035, 12053, 35021, 53012, 21135, 12153, ..., de acordo com o seu padrão de construção, o 40º, 41º e 42º termos são, respectivamente, 53912, 211035 e 121053. O 111º termo dessa sequência é

- A) 352621.
- B) 532712.
- C) 122553.
- D) 352721.
- E) 212635.

96 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A contrapositiva da proposição “Se todos colaboraram, então a casa ficou arrumada e o chão não ficou sujo” é a proposição:

- A) Se pelo menos uma pessoa não colaborou, então a casa não ficou arrumada ou o chão ficou sujo.
- B) Se a casa não ficou arrumada ou o chão não ficou sujo, então pelo menos uma pessoa não colaborou.
- C) Todos colaboraram ou a casa ficou arrumada e o chão não ficou sujo.
- D) Alguém não colaborou e a casa ficou arrumada e o chão não ficou sujo.
- E) Se a casa não ficou arrumada ou o chão ficou sujo, então pelo menos uma pessoa não colaborou.

97 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp)
Considere as afirmações e o respectivo valor lógico atribuído a cada uma.

- I. Rodnei é escrivão e Francisco é investigador. FALSIDADE.
- II. Carmem é delegada ou Douglas é médico legista. VERDADE.
- III. Se Marilena é perita criminal, então Letícia é fotógrafa. VERDADE.
- IV. Se Elaine não é papiloscopista, então Douglas não é médico legista. VERDADE.
- V. Marilena é perita criminal e Rodnei é escrivão. VERDADE.
- VI. Carmem é delegada. FALSIDADE.

A partir dessas informações, é uma verdade lógica:

- A) se Letícia não é fotógrafa, então Ródnei não é escrivão.
- B) Carmen é delegada ou Marilena não é perita criminal.
- C) Douglas não é médico legista e Marilena é perita criminal.
- D) se Carmen não é delegada, então Francisco é investigador.
- E) Elaine não é papiloscopista e Letícia é fotógrafa.

98 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp)
Considere a afirmação:

Se as provas são convincentes, então o suspeito é culpado e não ganha liberdade.

Uma afirmação que é logicamente equivalente a essa está contida na alternativa

- A) as provas são convincentes e o suspeito é culpado ou não ganha liberdade.
- B) as provas são convincentes ou o suspeito é culpado e não ganha liberdade.
- C) se as provas não são convincentes, então o suspeito não é culpado e ganha liberdade.
- D) se o suspeito é culpado e não ganha liberdade, então as provas são convincentes.
- E) se o suspeito não é culpado ou ganha liberdade, então as provas não são convincentes.

99 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Sobre um grupo de atletas sabe-se que 15 praticam natação, atletismo e ciclismo, 20 praticam somente natação e atletismo, 27 praticam somente natação e ciclismo, e 25 praticam somente atletismo e ciclismo. Se 70 atletas desse grupo praticam natação, 61 praticam atletismo, e 75 praticam ciclismo, então é verdade que, das alternativas a seguir, a que contém a porcentagem que mais se aproxima da relação entre o número de atletas que praticam um único esporte o número total de atletas desse grupo é

- A) 12%.
- B) 18%.
- C) 20%.
- D) 16%.
- E) 14%.

100 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Fernanda, Geraldo e Janice são escrivães e moram em zonas diferentes da cidade: Oeste, Norte e Sul, não necessariamente nessa ordem. As idades deles são 35, 40 e 50 anos, também não necessariamente nessa ordem. O que é sabido é que a pessoa que mora na zona Oeste é o Geraldo, que Janice tem 50 anos, e que a pessoa que tem 35 anos mora na zona Norte. Com essas informações, é logicamente verdadeiro que

- A) Fernanda mora na zona Norte e Janice mora na zona Oeste.
- B) a diferença de idade entre Geraldo e Fernanda é de 10 anos.
- C) ou Geraldo tem 35 anos ou Fernanda mora na zona Norte.
- D) Janice não tem 50 anos ou Fernanda não tem 35 anos.
- E) se Geraldo tem 40 anos, então Janice mora na zona Norte.

nome do candidato

nº da inscrição

assinatura do candidato



3 5 4 6 8 9 5 0 1 8 7 8 4

01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E
41	A	B	C	D	E
42	A	B	C	D	E
43	A	B	C	D	E
44	A	B	C	D	E
45	A	B	C	D	E
46	A	B	C	D	E
47	A	B	C	D	E
48	A	B	C	D	E
49	A	B	C	D	E
50	A	B	C	D	E

51	A	B	C	D	E
52	A	B	C	D	E
53	A	B	C	D	E
54	A	B	C	D	E
55	A	B	C	D	E
56	A	B	C	D	E
57	A	B	C	D	E
58	A	B	C	D	E
59	A	B	C	D	E
60	A	B	C	D	E
61	A	B	C	D	E
62	A	B	C	D	E
63	A	B	C	D	E
64	A	B	C	D	E
65	A	B	C	D	E
66	A	B	C	D	E
67	A	B	C	D	E
68	A	B	C	D	E
69	A	B	C	D	E
70	A	B	C	D	E
71	A	B	C	D	E
72	A	B	C	D	E
73	A	B	C	D	E
74	A	B	C	D	E
75	A	B	C	D	E
76	A	B	C	D	E
77	A	B	C	D	E
78	A	B	C	D	E
79	A	B	C	D	E
80	A	B	C	D	E
81	A	B	C	D	E
82	A	B	C	D	E
83	A	B	C	D	E
84	A	B	C	D	E
85	A	B	C	D	E
86	A	B	C	D	E
87	A	B	C	D	E
88	A	B	C	D	E
89	A	B	C	D	E
90	A	B	C	D	E
91	A	B	C	D	E
92	A	B	C	D	E
93	A	B	C	D	E
94	A	B	C	D	E
95	A	B	C	D	E
96	A	B	C	D	E
97	A	B	C	D	E
98	A	B	C	D	E
99	A	B	C	D	E
100	A	B	C	D	E

area reservada ao fiscal da prova

NÃO AMASSE,
NÃO DOBRE E
NÃO RASURE,
POIS NÃO
HAVERÁ
SUBSTITUIÇÃO
DESTA FOLHA DE
RESPOSTAS

DIGITAL



QUESTÕES COMENTADAS

LÍNGUA PORTUGUESA

1 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



É correto afirmar que o efeito de humor da tira decorre do fato de que

- A) as senhoras recorrem a um sentido de “andar” diferente daquele que a jovem pretendeu em sua fala.
- B) a jovem compara o mau humor de sua vó com o de Anésia, sem se dar conta de que são humores distintos.
- C) a avó da jovem se sente ofendida porque sua neta não comprehende as suas dores que lhe causam o mau humor.
- D) dona Anésia é comunicada que seu mau humor não é algo exclusivo, para que assim mude sua atitude.
- E) o recado dado por dona Anésia, no último quadro, é uma forma de mostrar que ela não se sentiu intimidada.

Comentário

O que causa o humor na tirinha é a ambiguidade do verbo "andar". A jovem usa-o como um verbo de ligação, indicando estado: "a senhora tem estado muito mal-humorada." Por outro lado, as duas mulheres usam-no para descrever uma ação em movimento (um verbo intransitivo), contrastando com estar parado ou correr. Assim sendo, alternativa 'A' está correta pois demonstra que as mulheres estão usando um significado diferente da palavra "andar" comparadas à intenção original da jovem ao proferir sua fala.

GABARITO A

2 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp) No trecho "Saiba que estou mal-humorada também enquanto tô parada", a palavra **saiba** foi empregada no mesmo modo verbal que a destacada em:

- A) **Pensava** constantemente em como diria a avó que seu humor estava ficando ácido.
- B) **Gostaria** de poder contar com mais compreensão de meus filhos e netos próximos.
- C) **Escute** aquilo que os mais idosos têm a dizer, pois isso pode melhorar o humor deles.
- D) **Trazia** consigo sempre um amargor que lhe era típico, e todos já até achavam graça.
- E) **Ainda** que minha neta relute em aceitar o meu jeito, não pretendo mudar como eu sou.

Comentário

Frase a ser analisada: **Saiba** que estou mal-humorada também enquanto tô parada.

A forma verbal "Saiba" está na 3^a pessoa do singular do modo imperativo afirmativo (saiba você). A única frase que traz destacado um verbo no imperativo é a da alternativa "C" (correta):

"Escute aquilo que os mais idosos têm a dizer, pois isso pode melhorar o humor deles." → verbo "escutar" na 3^a pessoa do singular do modo imperativo afirmativo (escute você).

Vamos analisar os erros das demais alternativas:

- a) **Pensava constantemente em como diria à avó que seu humor estava ficando ácido.**
INCORRETA. Pois o verbo "pensar" está na 3^a pessoa do singular do pretérito imperfeito do modo indicativo.

b) Gostaria de poder contar com mais compreensão de meus filhos e netos próximos.

INCORRETA. Pois o verbo "gostar" está na 1ª pessoa do singular do futuro do pretérito do modo indicativo.

d) Trazia consigo sempre um amargor que lhe era típico, e todos já até achavam graça.

INCORRETA. Pois o verbo "trazer" na 3ª pessoa do singular do pretérito imperfeito do modo indicativo.

e) Ainda que minha neta relute em aceitar o meu jeito, não pretendo mudar como eu sou.

INCORRETA. Pois o verbo "relutar" na 3ª pessoa do singular do presente do modo subjuntivo.

GABARITO C

3 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 03 a 07.

Tenho lido matérias que defendem a ideia de que viajar não é tão fundamental e que os turistas deveriam parar com tanta andança sem sentido. Alguns italianos concordam. “Não venham mais!”, têm gritado das janelas os nativos que ainda moram em Veneza, cidade que recentemente foi considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) um patrimônio em risco. Não demorará para Veneza ser ocupada só por visitantes, e aí não será mais uma cidade, e sim uma Disney para adultos, uma cenografia.

Ainda que eu concorde que alguns lugares precisam controlar a entrada de tanta gente, como faz Fernando de Noronha, jamais defenderei que viajar é uma banalidade dispensável. Sei que é possível ser muito feliz sem jamais colocar os pés em um aeroporto — não eu.

Por que viajar precisa ser um estado de exceção? Passamos grande parte da vida morando no mesmo endereço, com alguns intervalos de fuga. Imagine o inverso: viajar constantemente, com alguns intervalos de permanência. Eu sei, o ser humano precisa manter vínculos emocionais e ter um emprego a fim de ganhar dinheiro para sobreviver; não é prudente se aventurar (palavrinha tentadora, aventura: injustamente associada a algo temporário).

Não consigo chamar de aventureiro aquele que se dedica a conhecer o planeta em sua vasta representação, em vez de comprar uma geladeira, um fogão e formar família. Como eu fiz, e você, provavelmente, também. Não nos arrependeremos, mas, no fundo, sabemos que estamos cumprindo ordens. A sociedade costuma ser intransigente com os nômades.

Não fomos educados para as possibilidades de conexão com etnias variadas, para uma expansão geográfica que nos transforme de fato em cidadãos do mundo. A segurança nos atrai na mesma medida que a liberdade nos assusta. Compensamos nosso comodismo com livros que são mais baratos que passagens aéreas. E, quando dá, fazemos turismo. Cada viagem de 10 dias ou de um mês é um jeito de colocar a cabeça para fora da gaiola. Depois, voltamos para casa ainda mais comprometidos com nossas raízes: condicionados ou não, optamos pelo amor romântico, pela criação de filhos, pelos cuidados com os pais. De tempos em tempos, confirmar que existe muito mais do que isso é nosso ato de bravura. Mas aventura mesmo é ficar.

(Martha Medeiros. Pouso e decolagem. <https://oglobo.globo.com>, 05.11.2023. Adaptado)

A partir da leitura do texto, é correto afirmar que a sua autora considera o ato de viajar uma

- A) atividade que as pessoas devem evitar, para o bem próprio, por ser dispendiosa.
- B) experiência necessária, mesmo indo de encontro ao que a sociedade espera.
- C) forma de expressar rebeldia e que, por isso, deve ser feito esporadicamente.
- D) necessidade, mas que, por ser perigosa, é compensada com a leitura de livros.
- E) obrigação imposta por uma sociedade movida pelas fotos em lugares paradisíacos.

Comentário

B) experiência necessária, mesmo indo de encontro ao que a sociedade espera.

CORRETA. Vejamos os trechos do texto que confirmam essa alternativa como correta:

“Ainda que eu concorde que alguns lugares precisam controlar a entrada de tanta gente, como faz Fernando de Noronha, **jamais defenderei que viajar é uma banalidade dispensável**.

Por que viajar precisa ser um estado de exceção? [...] Eu sei, o ser humano precisa manter vínculos emocionais e ter um emprego a fim de ganhar dinheiro para sobreviver; **não é prudente se aventurar** (palavrinha tentadora, aventura: injustamente associada a algo temporário).

Não consigo chamar de aventureiro aquele que se dedica a conhecer o planeta em sua vasta representação, em vez de comprar uma geladeira, um fogão e formar família. Como eu fiz, e você, provavelmente, também. Não nos arrependemos, mas, **no fundo, sabemos que estamos cumprindo ordens. A sociedade costuma ser intransigente com os nômades.**

Não fomos educados para as possibilidades de conexão com etnias variadas, para uma expansão geográfica que nos transforme de fato em cidadãos do mundo.”

Perceba, portanto, que a autora não considera viajar algo fútil e desnecessário, mas reconhece que, como sociedade, não estamos preparados para a liberdade que viagens constantes proporcionam. A sociedade espera que nos fixemos em um endereço, tenhamos um emprego estável e formemos uma família. Viver viajando é geralmente visto como uma aventura imprudente.

GABARITO B

4 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Quanto à presença excessiva de turistas em certos lugares, é correto afirmar que a autora

- A) argumenta que locais pouco visitados precisam adotar medidas que os tornem atrativos.
- B) entende serem justificáveis medidas que reduzam o turismo desmedido em certas localidades.
- C) tem comum entendimento com alguns italianos de que as cidades não são para os turistas.
- D) defende que a cidade de Veneza pode lucrar significativamente caso se torne cenográfica.
- E) acredita que quem vai a Fernando de Noronha não tem um motivo legítimo para visitar a ilha.

Comentário

B) entende serem justificáveis medidas que reduzam o turismo desmedido em certas localidades.

CORRETA. Vejamos o trecho que confirma a resposta:

“Ainda que eu concorde que alguns lugares precisam controlar a entrada de tanta gente, como faz Fernando de Noronha, jamais defenderei que viajar é uma banalidade dispensável. Sei que é possível ser muito feliz sem jamais colocar os pés em um aeroporto — não eu.”

GABARITO B

5 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) No trecho “A sociedade costuma ser intransigente com os nômades”, a palavra destacada tem como antônimo no contexto em que foi empregada:

- A) intolerante.
- B) persecutória.
- C) indiferente.
- D) flexível.
- E) intimidante.

Comentário

Antônimo é um substantivo masculino ou adjetivo que descreve uma palavra que tem um significado oposto em relação a outra palavra. Por exemplo: caro é antônimo de barato. O antônimo é o contrário de sinônimo.

A questão pede o antônimo de INTRANSIGENTE.

Intransigente é o contrário de: flexível, transigente, complacente.

GABARITO D

6 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) No texto, foi empregada em sentido figurado a palavra destacada em:

- A) Não demorará para Veneza ser ocupada só por visitantes, e aí não será mais uma cidade...
- B) Sei que é possível ser muito feliz sem jamais colocar os pés em um aeroporto — não eu.
- C) Passamos grande parte da vida morando no mesmo endereço, com alguns intervalos de fuga.
- D) A segurança nos atrai na mesma medida que a liberdade nos assusta.
- E) Depois, voltamos para casa ainda mais comprometidos com nossas raízes...

Comentário

E) Depois, voltamos para casa ainda mais comprometidos com nossas raízes...

CORRETA. Quem tem raiz é planta. O termo “raiz” foi utilizado no sentido figurado para indicar o vínculo estabelecido entre nós e lugar onde vivemos.

CONOTAÇÃO (Faz de conta)	DENOTAÇÃO (De verdade)
Linguagem utilizada em seu sentido figurado, fantasiado, atribuindo um novo significado	Linguagem utilizada em seu sentido próprio, literal, original e objetivo
Exemplos: Minha vida é um livro aberto. Eu tenho um olhar frio.	Exemplos: Meu livro está aberto na mesa. Hoje vai fazer muito frio.
COMO DIFERENCIÁ-LOS	
<p>É Fundamental que se analise o contexto onde a palavra ou a frase aparece, já que a mesma palavra pode ser usada em contextos diferentes, como nos exemplos acima. Analisar sempre o contexto.</p>	



GABARITO E

7 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que o acréscimo de uma vírgula ao trecho do texto mantém a correção gramatical.

- A) Tenho lido matérias que defendem a ideia de que viajar, não é tão fundamental...
- B) Ainda que eu concorde que, alguns lugares precisam controlar a entrada de tanta gente...
- C) Não fomos educados, para as possibilidades de conexão com etnias variadas...
- D) Compensamos nosso comodismo com livros, que são mais baratos que passagens aéreas.
- E) De tempos em tempos, confirmar que existe muito mais do que isso, é nosso ato de bravura.

Comentário

A) Tenho lido matérias que defendem a ideia de que viajar, não é tão fundamental...

INCORRETA. Pois a vírgula não pode separar o sujeito ("viajar") do verbo que inicia o predicado ("não é").

B) Ainda que eu concorde que, alguns lugares precisam controlar a entrada de tanta gente...

INCORRETA. Só devemos colocar uma vírgula após a conjunção integrante (como "que" neste caso) quando há uma expressão ou oração intercalada. Esse é um erro muito comum. Fiquem atentos! Exemplo: Ela acha que, mesmo com o orçamento apertado, as obras devem continuar. As vírgulas aqui isolam o trecho intercalado "mesmo com o orçamento apertado".

Na frase destacada, não existe um segmento intercalado, então a vírgula quebra a construção sintática de forma inadequada, prejudicando a correção gramatical da frase.

C) Não fomos educados, para as possibilidades de conexão com etnias variadas...

INCORRETA. A vírgula não pode separar complemento nominal ("para as possibilidades de conexão com etnias variadas") do adjetivo ("educados").

D) Compensamos nosso comodismo com livros, que são mais baratos que passagens aéreas.

CORRETA. Na frase original, a oração "que são mais baratos que passagens aéreas" expressa uma ideia de restrição (oração subordinada adjetiva restritiva), portanto, não é separada por vírgula do termo "livros". Na reescrita, essa oração assume um sentido explicativo (oração subordinada adjetiva explicativa), por isso a vírgula é inserida. Embora isso modifique o sentido da frase, não prejudica a correção gramatical. Vamos ver:

Oração restritiva (original): Apenas alguns livros são mais baratos que passagens aéreas, e são esses que nós compramos. Em tese, há livros mais caros que passagens aéreas.

Oração explicativa (reescrita): Todos os livros são mais baratos que passagens aéreas.

Observe que o enunciado menciona apenas a correção gramatical, por isso essa é a resposta correta da questão.

E) De tempos em tempos, confirmar que existe muito mais do que isso, é nosso ato de bravura.

INCORRETA. A vírgula inserida após "isso" é proibida, pois está separando o sujeito do verbo que inicia o predicado.

GABARITO D

8 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que a frase está redigida em conformidade com a norma-padrão de emprego e colocação pronominal.

- A) Há matérias defendendo a ideia de que viajar não é tão fundamental, e a autora tem lido-as.
- B) O planeta é muito vasto, e quem se dedica a conhecer- lhe não deveria ser chamado de aventureiro.
- C) A entrada de visitantes nas cidades normalmente é algo livre, porém algumas delas já controlam-a.
- D) A conexão com etnias diversas transforma, mas não a praticamos, pois não fomos preparados para isso.

E) Vivemos em uma sociedade que sujeita-nos a estar por toda a vida presos a um mesmo lugar.

Comentário

A) Há matérias defendendo a ideia de que viajar não é tão fundamental, e a autora tem lido-as.

INCORRETA. Ao usar uma locução verbal com o verbo principal no participípio (“tem lido-as”), existem duas regras de colocação pronominal a serem seguidas:

- 1) Se houver um termo que atraia a próclise, o pronome deve ser colocado antes do verbo auxiliar. Por exemplo: "Não me haviam informado sobre a alteração de horários."
- 2) Se não houver termo atrativo de próclise, o pronome deve ser colocado após o verbo auxiliar (ênclide). Importante: não se deve usar ênclide no verbo principal! Por exemplo: "Haviam-me informado sobre a alteração de horários."

Como a frase fornecida não contém termo atrativo, devemos usar o pronome após o verbo auxiliar "ter" (ênclide). Além disso, quando o verbo termina com um som nasal, os pronomes o, a, os, as mudam para no, na, nos, nas, respectivamente.

O correto seria: Há matérias defendendo a ideia de que viajar não é tão fundamental, e a autora tem-nas lido.

B) O planeta é muito vasto, e quem se dedica a conhecer- lhe não deveria ser chamado de aventureiro.

INCORRETA. Devemos ter em mente algumas regras sobre o uso dos pronomes oblíquos átonos como complementos verbais:

- Os pronomes oblíquos o, a, os, as (e variações) ocupam a função de objeto direto.
- Os pronomes oblíquos lhe, lhes ocupam a função de objeto indireto.
- Os pronomes oblíquos me, te, se, vos, nos podem ocupar a função de objeto direto ou de objeto indireto.

O verbo "conhecer" é transitivo direto, então devemos usar o pronome "o" para exercer a função de objeto direto, retomando "planeta". Quando estamos diante de um verbo terminado em -r, -s ou -z, devemos modificar os pronomes o, a, os, as, que assumem as formas lo, la, los, las, respectivamente.

O correto seria: O planeta é muito vasto, e quem se dedica a conheçê-lo não deveria ser chamado de aventureiro.

C) A entrada de visitantes nas cidades normalmente é algo livre, porém algumas delas já controlam-a.

INCORRETA. Pois a presença do advérbio “já” atrai o uso obrigatório da próclise, ou seja, o pronome vem antes do verbo.

O correto seria: A entrada de visitantes nas cidades normalmente é algo livre, porém algumas delas já a controlam.

D) A conexão com etnias diversas transforma, mas não a praticamos, pois não fomos preparados para isso.

CORRETA. Pois a palavra negativa “não” também atrai o uso do pronome para antes do verbo.

E) Vivemos em uma sociedade que sujeita-nos a estar por toda a vida presos a um mesmo lugar.

INCORRETA. Pois o pronome relativo "que" funciona como termo atrativo, por isso a próclise é obrigatória.

O correto seria: Vivemos em uma sociedade que nos sujeita a estar por toda a vida presos a um mesmo lugar.

GABARITO D

9 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp)

No Brasil, o aumento de turistas em períodos de férias _____ engarrafamentos, blecautes, falta ou encarecimento de insumos e poluição. Porto de Galinhas (PE), Pipa (RN) e outras cidades do litoral paulista, como Santos, Praia Grande e Ilhabela também sofrem.

“A infraestrutura desses lugares não foi projetada para suportar a quantidade de pessoas que _____”, diz Lúcia Silveira Santos, doutoranda em Turismo.

Em 2022, _____ mais de 3,6 milhões de turistas internacionais que visitaram o Brasil. A Ilha de Fernando de Noronha (PE), um dos destinos mais procurados, restringiu o número de visitantes: são no máximo 132 mil por ano e 11 mil por mês. Também em Pernambuco, o número de passageiros para Porto de Galinhas _____ um aumento de 19% em relação a 2022.

(Julia Estanislau. Cidades sofrem com o “overtourism” e turistas enfrentam retaliação de residentes e governos locais. <https://jornal.usp.br>, 22.09.2023. Adaptado)

Quanto à concordância, as lacunas do texto são, correta e respectivamente, completadas por:

- A) gera ... o visita ... houveram ... tiveram
- B) gera ... os visitam ... houve ... teve
- C) geram ... os visita ... houveram ... teve
- D) geram ... o visitam ... houve ... tiveram
- E) geram ... os visitam ... houve ... teve

Comentário

B) gera ... os visitam ... houve ... teve

CORRETA. Vamos analisar cada lacuna:

1) No Brasil, o aumento de turistas em períodos de férias _____ engarrafamentos, blecautes, falta ou encarecimento de insumos e poluição.

O que gera engarrafamentos, blecautes? O aumento de turistas em período de férias.

O verbo deve concordar com o núcleo do sujeito “aumento”, ou seja, o verbo deve ficar no singular.

O correto é usar o verbo “gera”.

2) “A infraestrutura desses lugares não foi projetada para suportar a quantidade de pessoas que _____”, diz Lúcia Silveira Santos, doutoranda em Turismo.

O pronome relativo “que” está retomando o termo imediatamente anterior “pessoas”. Portanto, devemos usar o verbo no plural.

Além disso, devemos usar o pronome “os” (plural), concordando com “lugares”.

O correto é utilizar “os visitam”.

3) Em 2022, _____ mais de 3,6 milhões de turistas internacionais que visitaram o Brasil. A Ilha de Fernando de Noronha (PE), um dos destinos mais procurados, restringiu o número de visitantes: são no máximo 132 mil por ano e 11 mil por mês

O verbo “haver” empregado no sentido de existir é impessoal, devendo permanecer sempre na terceira pessoa do singular.

O correto é “houve”.

4) Também em Pernambuco, o número de passageiros para Porto de Galinhas _____ um aumento de 19% em relação a 2022.

O que é que sofreu um aumento de 19%? O aumento de passageiros para Porto de Galinhas. O verbo deve concordar com o núcleo do sujeito, que é o substantivo “número”.

O correto é “teve”.

GABARITO B

10 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp) O acento indicativo de crase foi corretamente empregado em:

- A) Nos períodos de férias escolares, cidades litorâneas tendem à apresentar maior fluxo de carros.
- B) Tem havido um crescimento no número de visitantes em relação à mesma estação do ano.
- C) Fernando de Noronha é uma ilha pernambucana conhecida pela restrição imposta à turistas.
- D) Turistas que visitam a praia de Porto de Galinhas se dirigem à ela para ter passar momentos de lazer.
- E) Devem-se projetar às cidades para garantir mobilidade e comodidade aos seus habitantes.

Comentário

A) Nos períodos de férias escolares, cidades litorâneas tendem à-apresentar maior fluxo de carros.

INCORRETA. Não usamos crase antes de verbos! Quem põe crase antes de verbo, tem que ir para o inferno!

B) Tem havido um crescimento no número de visitantes em relação à mesma estação do ano.

CORRETA. A locução “em relação a” apresenta a preposição “A”, portanto ocorre a contração A (preposição) + A (artigo que acompanha a expressão “mesma estação do ano”), que exige o acento grave para sinalizar a crase.

C) Fernando de Noronha é uma ilha pernambucana conhecida pela restrição imposta à turistas.

INCORRETA. Não há crase antes de termos masculinos, como é o caso de “turistas” (os turistas).

D) Turistas que visitam a praia de Porto de Galinhas se dirigem à ela para ter passar momentos de lazer.

INCORRETA. Não ocorre crase antes de pronomes pessoais (“ela”), pois esses termos não aceitam artigo

E) Devem-se projetar às cidades para garantir mobilidade e comodidade aos seus habitantes.

INCORRETA. Quem projeta, projeta algo, alguma coisa. O verbo “projetar” é transitivo direto, portanto, a preposição “a” não faz parte da construção, e sem ela não ocorre crase.

GABARITO B

11 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 11 a 18.

Sozinhos

Um casal de velhos mora sozinho numa casa. Já criaram os filhos, os netos já estão grandes, só lhes resta implicar um com o outro. Retomam com novo fervor uma discussão antiga. Ela diz que ele ronca quando dorme, ele diz que é mentira.

- Ronca.
- Não ronco.
- Ele diz que não ronca – comenta ela, impaciente, como se falasse com uma terceira pessoa.

Mas não existe outra pessoa na casa. Os filhos raramente visitam os pais. Os netos, nunca. A empregada vem de manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo. Ficam os dois sozinhos.

– Eu devia gravar os seus roncos, pra você se convencer – diz ela. E em seguida tem a ideia infeliz. – É o que eu vou fazer! Essa noite, quando você dormir, vou ligar o gravador e gravar os seus roncos. Vou gravar os seus roncos.

– Humrhm – diz o velho.

Sozinhos. Os velhos sozinhos na casa. Os dois vão para a cama. Quando o velho dorme, a velha liga o gravador. Mas em poucos minutos a velha também dorme. O gravador fica ligado, gravando. Pouco depois a fita acaba.

Na manhã seguinte, certa do seu triunfo, a velha roda a fita. Ouvem-se alguns minutos de silêncio. Depois, alguém roncando.

– Rarrá! – diz a velha, feliz.

Pouco depois ouve-se o ronco de outra pessoa, a velha também ronca!

– Rarrá! – diz o velho, vingativo.

E em seguida, por cima do contraponto de roncos, ouve-se um sussurro. Uma voz indefinida. Pode ser de homem, de mulher ou de criança. A princípio – por causa dos roncos – não se distingue o que ela diz. Mas aos poucos as palavras vão ficando claras. São duas vozes. É um diálogo sussurrado.

“Estão prontos?”

“Não, acho que ainda não...”

“Então vamos voltar amanhã...”

(Luis Fernando Verissimo. Comédias para se ler na escola. Adaptado)

De acordo com o texto, a ideia de que o velho roncava era uma

- A) distração para a chegada do sono dele.
- B) brincadeira do casal quando sozinho.
- C) preocupação da velha com a saúde dele.
- D) forma de desprezo contra seus costumes.
- E) polêmica de tempos na vida do casal.

Comentário

E) polêmica de tempos na vida do casal.

CORRETA. De acordo com as ideias do texto, a discussão sobre o ronco parece ser um tema recorrente na vida do casal, sugerindo que essa polêmica existe há muito tempo. Não se trata apenas de uma preocupação com a saúde do marido, mas sim de uma disputa persistente entre os dois sobre esse assunto específico. Isso indica que essa questão está estabelecida há tempos na dinâmica do relacionamento deles. O trecho que comprova isso é:

“Um casal de velhos mora sozinho numa casa. Já criaram os filhos, os netos já estão grandes, só lhes resta implicar um com o outro. Retomam com novo fervor uma DISCUSSÃO ANTIGA. Ela diz que ele ronca quando dorme, ele diz que é mentira.”

GABARITO E

12 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Na passagem – E em seguida tem a ideia infeliz. (6º parágrafo) –, a expressão destacada tem como consequência a descoberta do

- A) silêncio captado pelo gravador.
- B) diálogo sussurrado na gravação.
- C) ronco ensurcedor da velha.
- D) espírito vingativo do velho.
- E) pouco tempo de gravação na fita.

Comentário

B) diálogo sussurrado na gravação.

CORRETA. A expressão "a ideia infeliz" refere-se à decisão da senhora de ligar o gravador durante a noite para registrar os roncos do senhor. A consequência imediata dessa decisão é a gravação não apenas dos roncos, mas também de um diálogo sussurrado, que é revelado quando eles reproduzem a fita na manhã seguinte.

GABARITO B

13 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Com a frase – Ele diz que não ronca – comenta ela, impaciente, como se falasse com uma terceira pessoa. (4º parágrafo) –, entende-se que a velha

- A) está conversando sozinha.
- B) dirige a palavra ao marido.
- C) atribui palavras falsas ao marido.
- D) pensa, mas não verbaliza as reflexões.
- E) imita o modo de falar do velho.

Comentário

A) está conversando sozinha.

CORRETA. A frase "Ele diz que não ronca – comenta ela, impaciente, como se falasse com uma terceira pessoa" sugere que a senhora está falando sobre o marido, mas não diretamente com ele. Ela expressa sua impaciência ao mencionar o que ele diz, como se estivesse relatando sua opinião para uma terceira pessoa, em vez de se dirigir a ele diretamente.

Contudo, o texto deixa claro que eles estão sozinhos. Portanto, a expressão mostra que a senhora está mais comentando sobre a afirmação do marido do que falando com ele diretamente, criando a impressão de que ela está, de certa forma, conversando consigo mesma.

GABARITO A

14 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Na frase – Os filhos raramente visitam os pais. (5º parágrafo) –, o advérbio destacado é antônimo de

- A) “realmente” e ambos expressam circunstância de afirmação.
- B) “eventualmente” e ambos expressam circunstância de modo.
- C) “frequentemente” e ambos expressam circunstância de tempo.
- D) “ocasionalmente” e ambos expressam circunstância de tempo.
- E) “continuamente” e ambos expressam circunstância de meio.

Comentário

C) “frequentemente” e ambos expressam circunstância de tempo.

CORRETA. Antônimo é um substantivo masculino ou adjetivo que descreve uma palavra que tem um significado oposto em relação a outra palavra. Por exemplo: caro é antônimo de barato. O antônimo é o contrário de sinônimo.

A questão busca a alternativa que contém um antônimo de “raramente”. O advérbio “raramente” significa ocasionalmente, esporadicamente, fortuitamente, dificilmente, eventualmente, infrequentemente, ou excepcionalmente. Portanto, seu antônimo seria frequentemente, constantemente, regularmente, repetidamente, amiudadamente, reiteradamente, ou continuamente.

Além disso, tanto o termo “raramente” quanto o termo “frequentemente” expressam ideia de TEMPO.

GABARITO C

15 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere as passagens:

- Os filhos raramente visitam os pais. (5º parágrafo)
- Vou gravar os seus roncos. (6º parágrafo)

De acordo com a norma-padrão de emprego de pronomes e colocação pronominal, as passagens admitem, respectivamente, as reescritas:

- A) Os filhos raramente visitam-lhes. / Vou gravar eles.
- B) Os filhos os raramente visitam. / Vou gravar-lhes.
- C) Os filhos raramente visitam-nos. / Os vou gravar.
- D) Os filhos raramente visitam eles. / Vou lhes gravar.
- E) Os filhos raramente os visitam. / Vou gravá-los.

Comentário

1) Os filhos raramente visitam os pais. (5º parágrafo)

Temos que lembrar que o pronome “lhe” não pode ser usado como objeto direto. Quem visita, visita alguém, algo. O verbo “visitar” é transitivo direto e seu complemento é um objeto direto. Portanto, temos que usar “o”, “a”, “os” ou “as”.

E levando em consideração a presença do adjetivo “raramente”, o correto é utilizar o pronome antes do verbo, ocorrendo a próclise obrigatória.

O correto é: Os filhos raramente os visitam

2) Vou gravar os seus roncos. (6º parágrafo)

Quem grava, grava alguma coisa. O verbo “gravar” é transitivo direto e seu complemento é um objeto direto. Portanto, temos que usar “o”, “a”, “os” ou “as”. Mas como o verbo “gravar” termina em “r”, a construção fica “vou gravá-los”.

Para não esquecer na hora da prova:

COMO USAR		
Objeto direto	sem preposição	o(s), a(s)
Objeto indireto	com preposição	lhe(s)

COMO USAR COMO OBJETO DIRETO					
Verbos terminados em	r, s, z	+ o, a	= lo, la	Quis + o Fiz + a Amar + o	= qui-lo = fi-la = amá-lo
	m, ão, õe	+ o, a	= no, na	fizeram + o põe + a dão + o	= fizeram-no = põe-na = dão-no

GABARITO E

16 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A regência verbal atende à norma-padrão em:

- A) Os velhos criaram os filhos, seus netos estão grandes, só lhes resta envolverem-se na antiga discussão.
- B) Na discussão, a velha diz que o marido ronca quando dorme; ele enfaticamente discorda com ela.
- C) A velha comenta a negativa do marido quanto ao ronco, como se dirigisse em uma terceira pessoa.
- D) Os filhos raramente visitam o casal de velhos. Parece que os netos esqueceram deles, nunca os veem.
- E) A rotina da empregada é essa: vai na casa do casal de manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo.

Comentário

A) Os velhos criaram os filhos, seus netos estão grandes, só lhes resta envolverem-se na antiga discussão.

CORRETA. Quem se envolve, se envolve EM algo. A preposição "em" (necessária pelo verbo envolver) se junta com o artigo "a" (que acompanha a expressão "antiga discussão"), resultando na contração "na".

B) Na discussão, a velha diz que o marido ronca quando dorme; ele enfaticamente discorda com ela.

INCORRETA. Quem discorda, discorda de algo, de alguém. O correto seria “discorda dela”.

C) A velha comenta a negativa do marido quanto ao ronco, como se dirigisse em uma terceira pessoa.

INCORRETA. Quem se dirige, se dirige A alguma coisa. A preposição "a" (necessária pelo verbo dirigir-se) deve ser colocada imediatamente antes da expressão "uma terceira pessoa", resultando em "como se se dirigisse a uma terceira pessoa". O primeiro "se" é uma conjunção condicional, enquanto o segundo "se" faz parte do verbo dirigir-se.

D) Os filhos raramente visitam o casal de velhos. Parece que os netos esqueceram deles, nunca os veem.

INCORRETA. Quando se apresentam nas formas pronominais, os verbos "esquecer e lembrar" são transitivos indiretos, pedindo a preposição "de".

Exemplos:

"Com a pressa de sair de casa, eu me esqueci do fogão ligado."

"Durante o passeio, ela se lembrou das amizades de infância. "

Por outro lado, quando se apresentam na forma não pronominal, os verbos em questão são transitivos diretos, dispensando qualquer preposição.

Exemplos:

"Com a pressa de sair de casa, eu esqueci o fogão ligado."

"Durante o passeio, ela lembrou as amizades de infância."

No caso da nossa alternativa, o verbo "esquecer" está na forma não pronominal, de forma que o correto seria "esqueceram eles" (sem a preposição "de").

E) A rotina da empregada é essa: vai na casa do casal de manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo.

INCORRETA. Quem vai, vai A algum lugar. O verbo "ir" rege a preposição "a".

O correto seria: "A rotina da empregada é esta: vai à casa do casal de manhã".

GABARITO A

17 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) De acordo com a norma-padrão, na frase – E em seguida, por cima do contraponto de roncos, ouve-se um sussurro. (13º parágrafo) –, a expressão destacada pode ser substituída por

- A) ante o.
- B) sobre o.
- C) com o.
- D) sob o.
- E) entre o.

Comentário

B) sobre o.

CORRETA. O termo "sobre" significa por cima de; na parte de cima; em uma posição superior; localizado em cima de alguma coisa: o livro está sobre a mesa (em cima da mesa).

Portanto, a expressão destacada pode ser substituída por "sobre o".

ATENÇÃO! A preposição “sob” é empregada em situações em que seu significado corresponde a “embaixo de”, “em estado de”, “sujeito à influência ou ao comando de algo ou alguém.

GABARITO B

18 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere as frases elaboradas com informações do texto:

- A velha diz que o velho ronca quando dorme, ele diz _____ ela que é mentira.
- A empregada chega _____ casa do casal pela manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo.
- E em seguida, o casal começa _____ ouvir um sussurro. É uma voz indefinida.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- A) a ... a ... à
- B) à ... a ... à
- C) a ... à ... a
- D) à ... à ... a
- E) a ... à ... à

Comentário

- ***A velha diz que o velho ronca quando dorme, ele diz _____ ela que é mentira.***

Antes dos pronomes pessoais, como eu, tu, ele, ela, nós, vós, mim (pronome pessoal oblíquo) etc., não ocorre crase, já que não são antecedidos de artigos. Nessas situações haverá apenas a preposição “a”.

- ***A empregada chega _____ casa do casal pela manhã, faz o almoço, deixa o jantar e sai cedo.***

Temos que lembrar que as palavras “casa” e “distância” só admitem crase elas estiverem determinadas. Por exemplo:

- Eles demoraram muito para chegar a casa.
- Eles demoraram muito para chegar à casa dos meus pais.
- Ele resolveu o problema a distância.
- Ele resolveu o problema à distância de 100 metros.

No caso da nossa questão, a palavra “casa” está especificada/determinada. Não é qualquer casa, mas sim a casa do casal.

- *E em seguida, o casal começa _____ ouvir um sussurro. É uma voz indefinida.*

Não usamos crase antes de verbos.

GABARITO C

19 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Leia o texto para responder às questões de números 19 a 24.

Entenda a onda de calor que atinge o Brasil

Quem achava que não ia tirar as bermudas e regatas do armário até o fim do ano se enganou. Se o verão começa só em dezembro, o calor resolveu chegar mais cedo – logo na última semana do inverno. Com isso, várias cidades do país registraram seus recordes de temperatura no ano, durante aquela que deveria ser a estação mais fria.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) lançou um alerta de perigo para a onda de calor que já está entre nós e deve permanecer até 22 de setembro. Segundo o instituto, as temperaturas em algumas áreas vão ficar 5 °C mais quentes do que a média em anos passados, sendo um potencial risco à saúde.

A culpa desse calorão é uma forte massa de ar quente que se espalhou por grande parte do país. Ela serve de bloqueio atmosférico, impedindo a passagem de frentes frias e atrapalhando as condições meteorológicas que causariam chuvas.

De acordo com o Inmet, o tempo seco ajuda a piorar a onda de calor. Somado ao aumento da pressão atmosférica perto da superfície, esses fatores inibem a formação de nuvens. Sem essa camada de proteção, os raios do Sol esquentam mais ainda a massa de ar, que transforma a região afetada em um verdadeiro forninho.

A previsão é de que, com a chegada da primavera, a situação não melhore. O panorama dos meteorologistas do Inmet aponta para uma piora no quadro climático a partir de 22 de setembro, então pode esperar um fim de semana de torrar – a capital paulista, por exemplo, vai extrapolar os 35 °C.

(<https://super.abril.com.br>. Adaptado)

As informações do texto permitem afirmar que a chegada da primavera no Brasil em 2023 se caracteriza por

- A) tempo seco com temperaturas baixas, graças às condições meteorológicas que causaram chuvas intensas no país.
- B) registro de temperaturas amenas, devido ao bloqueio atmosférico, que garantiu a passagem de frentes frias no país.
- C) temperaturas muito altas, em razão do inverno quente, que será seguido de um período de inversão térmica no país.
- D) aumento atípico das temperaturas, fruto da forte massa de ar quente que se espalhou por grande parte do país.
- E) elevação de 5 °C, em função do bloqueio atmosférico, cujo impacto foi insignificante na maior parte do país.

Comentário

D) aumento atípico das temperaturas, fruto da forte massa de ar quente que se espalhou por grande parte do país.

CORRETA. Isso pode ser entendido claramente a partir da leitura do seguinte trecho:

"Segundo o instituto, as temperaturas em algumas áreas **vão ficar 5 °C mais quentes** do que a média em anos passados, sendo um potencial risco à saúde. A culpa desse calorão é uma **forte massa de ar quente que se espalhou por grande parte do país**. Ela serve de bloqueio atmosférico, impedindo a passagem de frentes frias e atrapalhando as condições meteorológicas que causariam chuvas."

GABARITO D

20 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Com a frase do primeiro parágrafo – Quem achava que não ia tirar as bermudas e regatas do armário até o fim do ano se enganou. –, entende-se que as pessoas

- A) usarão as roupas de verão fora dessa estação.
- B) usarão as roupas indevidas o tempo todo.
- C) passarão frio usando roupas leves no inverno.
- D) deixarão de tirar as roupas do armário no verão.
- E) escolherão errado as roupas para o quente verão.

Comentário

A) usarão as roupas de verão fora dessa estação.

CORRETA. A frase do primeiro parágrafo – "Quem achava que não ia tirar as bermudas e regatas do armário até o fim do ano se enganou." – indica que as pessoas esperavam não precisar usar roupas leves, como bermudas e regatas, até o final do ano, provavelmente com a chegada do verão em dezembro. Contudo, devido à onda de calor que chegou antecipadamente, essas pessoas terão que usar roupas de verão antes da estação oficial.

GABARITO A

21 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Nas passagens – ... esses fatores inibem a formação de nuvens. (4º parágrafo) – e – ... a capital paulista, por exemplo, vai extrapolar os 35 °C. (5º parágrafo) –, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- A) retardam; manter.
- B) atrapalham; atingir.
- C) fortalecem; exceder.
- D) impedem; ultrapassar.
- E) expandem; intensificar.

Comentário

Inibir significa: embaraça, impede, impossibilita, proíbe, veda, tolhe.

Extrapolar: passa, supera, suplanta, excede, sobeja, ultrapassa.

GABARITO D

22 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Assinale a alternativa em que os termos destacados reforçam a ideia de aumento de temperatura.

- A) Se o verão começa só em dezembro... (1º parágrafo) / A previsão é de que, com a chegada da primavera, a situação não melhore. (5º parágrafo)
- B) ... várias cidades do país registraram seus recordes de temperatura... (1º parágrafo) / O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) lançou um alerta de perigo... (2º parágrafo)
- C) ... durante aquela que deveria ser a estação mais fria. (1º parágrafo) / ... a capital paulista, por exemplo, vai extrapolar os 35 °C. (5º parágrafo)
- D) Segundo o instituto, as temperaturas em algumas áreas vão ficar 5 °C mais quentes... (2º parágrafo) / ... e atrapalhando as condições meteorológicas... (3º parágrafo)
- E) A culpa desse calorão é uma forte massa de ar quente que se espalhou... (3º parágrafo) / ... então pode esperar um fim de semana de torrar... (5º parágrafo)

Comentário

E) A culpa desse calorão é uma forte massa de ar quente que se espalhou... (3º parágrafo) / ... então pode esperar um fim de semana de torrar... (5º parágrafo)

CORRETA. A palavra "calorão" é a forma aumentativa de "calor", portanto, refere-se a um aumento significativo na temperatura, atendendo ao que é solicitado no enunciado. O verbo "torrar" normalmente se refere a ressecar com o calor do fogo. No contexto, é usado de forma metafórica para indicar um aumento na temperatura, alinhando-se exatamente com o que o enunciado pede.

GABARITO E

23 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A flexão dos verbos atende à norma-padrão em:

- A) Se a temperatura se manter como a do final do inverno, a primavera será preocupante.
- B) O bloqueio atmosférico interveio nas condições climáticas e impediu as frentes frias.
- C) É preciso que se propõem soluções para evitar os riscos das altas temperaturas à saúde.
- D) Quando a situação das cidades ir a um cenário preocupante, serão necessários socorros.
- E) Espere um fim de semana de torrar, caso esquenta ainda mais, segundo as previsões.

Comentário

A) Se a temperatura se manter como a do final do inverno, a primavera será preocupante.

INCORRETA. Temos que lembrar que o verbo "manter" é derivado do verbo "ter" e segue o mesmo padrão de conjugação.

Logo, se a temperatura tiver --- se a temperatura mantiver

B) O bloqueio atmosférico interveio nas condições climáticas e impediu as frentes frias.

CORRETA. Temos que lembrar que o verbo "intervir" é derivado do verbo "vir" e segue o mesmo padrão de conjugação.

Assim, o bloqueio atmosférico veio ---- o bloqueio atmosférico interveio.

C) É preciso que se propõem soluções para evitar os riscos das altas temperaturas à saúde.

INCORRETA. A forma verbal "propõem" está incorreta. O correto é "proponham", pois a expressão "É preciso que" exige o uso do verbo no presente do modo subjuntivo. Portanto, a frase correta seria: "É preciso que se proponham soluções para evitar os riscos das altas temperaturas à saúde."

D) Quando a situação das cidades ir a um cenário preocupante, serão necessários socorros.

INCORRETA. A forma verbal "ir" está incorreta. Devido ao uso da conjunção temporal "quando", a forma correta é "for" (pois a conjunção temporal requer o uso do futuro do modo subjuntivo "for"). Portanto, a frase correta seria: "Quando a situação das cidades for a um cenário preocupante, serão necessários socorros."

E) Espere um fim de semana de torrar, caso esquenta ainda mais, segundo as previsões.

INCORRETA. O correto seria caso ESQUENTE (no presente do subjuntivo).

GABARITO B

24 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Na reescrita de passagem do texto, o termo destacado é um adjetivo em:

- A) ... durante aquela que deveria ser a estação mais fria. (1º parágrafo) [... durante aquela que deveria ser a estação intensamente fria.]
- B) ... lançou um alerta de perigo para a onda de calor... (2º parágrafo) [... emitiu um alerta de perigo para a onda de calor...]
- C) A culpa desse calorão é uma forte massa de ar quente... (3º parágrafo) [A causadora desse calorão é uma forte massa de ar quente...]
- D) ... o tempo seco ajuda a piorar a onda de calor. (4º parágrafo) [... o tempo seco promove o agravamento da onda de calor.]
- E) ... então pode esperar um fim de semana de torrar... (5º parágrafo) [... então pode esperar um fim de semana abrasador...]

Comentário

A) ... durante aquela que deveria ser a estação mais fria. (1º parágrafo) [... durante aquela que deveria ser a estação intensamente fria.]

INCORRETA. "intensamente" é advérbio.

B) ... lançou um alerta de perigo para a onda de calor... (2º parágrafo) [... emitiu um alerta de perigo para a onda de calor...]

INCORRETA. "emitiu" é verbo.

C) A culpa desse calorão é uma forte massa de ar quente... (3º parágrafo) [A causadora desse calorão é uma forte massa de ar quente...]

INCORRETA. "causadora" é substantivo.

D) ... o tempo seco ajuda a piorar a onda de calor. (4º parágrafo) [... o tempo seco promove o agravamento da onda de calor.]

INCORRETA. “agravamento” é substantivo.

E) ... então pode esperar um fim de semana de torrar... (5º parágrafo) [... então pode esperar um fim de semana abrasador...]

CORRETA. “abrasador” é adjetivo, pois está qualificando “fim de semana”.

GABARITO E

DIREITO PENAL

25 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Para efeitos penais de falsidade, considere o título ao portador, os livros mercantis e o testamento particular. É correto afirmar que

- A) todos são equiparados a documento público.
- B) todos são equiparados a documento particular.
- C) os dois primeiros são equiparados a documento público; o terceiro, a documento particular.
- D) o primeiro é equiparado a documento público; os últimos, a documento particular.
- E) o primeiro e o último são equiparados a documento público; o segundo, a documento particular.

Comentário

É correto afirmar que todos são equiparados a documento público, nos termos do § 2º do art. 297 do Código Penal:

Falsificação de documento público

Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

(...)

§ 2º - Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

GABARITO A

26 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Em relação ao crime denominado “Fraudes em certames de interesse público”, previsto no artigo 311-A do Código Penal, é correto afirmar que

- A) o crime apenas pode ser praticado por funcionário público, ou por funcionário público em conluio com o particular.
- B) comete crime quem divulgar, indevidamente, com o fim de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de vestibular para ingresso no ensino superior de universidade particular.
- C) o tipo penal admite tanto a forma dolosa quanto a forma culposa.
- D) o crime apenas se configurará se da ação ou omissão resultar dano à Administração Pública.
- E) comete crime quem utilizar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, conteúdo sigiloso de qualquer exame ou processo seletivo.

Comentário

A) o crime apenas pode ser praticado por funcionário público, ou por funcionário público em conluio com o particular.

INCORRETA. O crime de “Fraudes em certames de interesse público” é classificado como comum, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoal (funcionário público ou particular). Agora, se o crime for praticado por funcionário público, a pena aumenta de 1/3:

Fraudes em certames de interesse público

Art. 311-A.

(...)

§ 3º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o fato é cometido por funcionário público.

B) comete crime quem divulgar, indevidamente, com o fim de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de vestibular para ingresso no ensino superior de universidade particular.

CORRETA. De fato, a conduta narrada se encontra tipificada no inciso III do art. 311-A:

Fraudes em certames de interesse público

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de:

I - concurso público;

II - avaliação ou exame públicos;

III - processo seletivo para ingresso no ensino superior; ou

IV - exame ou processo seletivo previstos em lei:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

C) o tipo penal admite tanto a forma dolosa quanto a forma culposa.

INCORRETA. Crimes contra a fé-público, como é o caso do crime de “Fraudes em certames de interesse público” exigem dolo, ou seja, não se admite a figura culposa.

D) o crime apenas se configurará se da ação ou omissão resultar dano à Administração Pública.

INCORRETA. Pois não se exige para a configuração que ocorra dano à Administração Pública. Contudo, se ocorrer tal dano, o criminoso responderá pela forma qualificada (pena mais grave):

Fraudes em certames de interesse público (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de: (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

(...)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

(...)

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública: (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. (Incluído pela Lei 12.550. de 2011)

E) comete crime quem utilizar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, conteúdo sigiloso de qualquer exame ou processo seletivo.

INCORRETA. Pois o crime se consumará quando houver uso indevido de conteúdo sigiloso das provas e certames previstos nos incisos do artigo 311-A do Código Penal, apenas.

GABARITO B

27 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Simplício, no exercício de suas funções como servidor público, exigiu dolosamente de Tércio, um cidadão, taxa em valor superior ao devido por um serviço público prestado e, ainda, não recolheu aos cofres públicos a importância paga por Tercio, tendo desviado o dinheiro em proveito próprio. Nessa situação hipotética, considerando o disposto no Código Penal, é correto afirmar que Simplício cometeu o crime de

- A) corrupção ativa.
- B) peculato mediante erro de outrem.
- C) excesso de exação e peculato.
- D) excesso de exação qualificado.
- E) peculato qualificado.

Comentário

É correto afirmar que Simplício cometeu o crime de excesso de exação qualificado, eis que, além de cobrar tributo (taxa, imposto ou contribuição de melhoria) que sabia ser indevido, ele desviou o dinheiro que recebeu indevidamente para proveito próprio, configurando-se a qualificadora prevista no § 2º do art. 316 do Código Penal:

Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Excesso de exação

§1º - Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa.

§2º - Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

GABARITO D

28 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) João é funcionário público lotado em um órgão da administração pública municipal. Certo dia, ele recebe uma proposta de um empresário para agilizar a análise e aprovação de um processo de licenciamento ambiental em troca de uma vantagem financeira. João aceita a proposta e recebe o valor combinado, efetuando a aprovação do processo de forma irregular. Diante dessa situação, com base na legislação brasileira referente aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- A) João cometeu o crime de corrupção passiva, uma vez que recebeu vantagem indevida em razão de sua função pública.
- B) João cometeu o crime de peculato, uma vez que se apropriou indevidamente de valor pertencente à administração pública.
- C) João não cometeu nenhum crime, uma vez que essa conduta não é tipificada na lei penal brasileira.
- D) João cometeu o crime de prevaricação, uma vez que recebeu vantagem indevida em razão de sua função pública.
- E) João cometeu o crime de concussão, uma vez que exigiu vantagem indevida para si em razão de sua função pública.

Comentário

João, ao receber vantagem indevida em razão da função pública que exerce, praticou o crime de corrupção passiva prevista no art. 317 do Código Penal:

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

GABARITO A

29 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Se um particular exigir para si alguma vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função ele comete o crime de:

- A) usurpação de função pública.
- B) tráfico de Influência.
- C) corrupção passiva.
- D) prevaricação.
- E) corrupção ativa.

Comentário

A conduta narrada configura o crime de Tráfico de Influência:

Tráfico de Influência (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Art. 332 - Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função: (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

Parágrafo único - A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário. (Redação dada pela Lei nº 9.127, de 1995)

GABARITO B

30 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Agente policial comunica a autoridade policial sobre a ocorrência de contravenção penal de que sabe inocente seu desafeto, e o conduz detido até Delegacia de Polícia. Lá, o conduzido livra-se solto. Ao final da ação penal, o desafeto do agente policial é absolvido.

É correto dizer que o agente policial

- A) praticou crime consumado.
- B) praticou crime tentado.
- C) praticou, apenas, falsa comunicação de crime ou contravenção.
- D) não praticou crime algum, tendo em vista a posterior absolvição.
- E) não praticou crime algum, por se tratar de falsa imputação de contravenção.

Comentário

É correto dizer que o agente policial praticou crime consumado, qual seja, o crime de denúncia caluniosa:

Denúncia caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de inquérito policial, de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímparo de que o sabe inocente:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

Perceba que o agente policial cometeu o crime de denúncia caluniosa porque além da comunicação falsa, houve a instauração de procedimento investigativo que, inclusive, deu ensejo à ação penal.

FIQUE DE OLHO: o crime em análise também se consuma quanto a imputação é de prática de contravenção, só que, nesse caso, a pena é diminuída da metade.

GABARITO A

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer,

- A) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
- B) ser-lhe-á nomeado defensor dativo.
- C) ser-lhe-á nomeado curador.
- D) será publicado edital de citação.
- E) será decretada a prisão preventiva.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do parágrafo único do art. 362 do CPP:

Art. 362. Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa, na forma estabelecida nos arts. 227 a 229 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).

Parágrafo único. Completada a citação com hora certa, se o acusado não comparecer, ser-lhe-á nomeado defensor dativo. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

O defensor dativo é o profissional da Advocacia indicado por um magistrado para atuar em algum ato processual nas situações em que a Defensoria Pública não tem condição de atender, em virtude de carência de pessoal.

GABARITO B

32 – (Simulado Geral. 2021. FCC) Há impedimento do juiz quando

- A) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles.
- B) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- C) ele, seu cônjuge, ou parente consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes.
- D) tiver aconselhado qualquer das partes.
- E) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

Comentário

E) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

CORRETA. Nos termos do art. 252, III, do CPP:

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

(...)

III - tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão;

As demais alternativas tratam de hipóteses de suspeição:

Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consangüíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

IV - se tiver aconselhado qualquer das partes;

V - se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

GABARITO E

33 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Com fundamento em hipótese expressamente prevista no artigo 395 do CPP, magistrado rejeita a denúncia. Reconheceu-se

- A) falta de justa causa para o exercício da ação penal.
- B) manifesta hipótese de estado de necessidade.
- C) manifesta causa excludente da culpabilidade do agente.
- D) a absolvição sumária do acusado.
- E) legítima defesa por agressão a vítima mantida refém durante a prática de crime.

Comentário

Se o magistrado REJEITOU a denúncia, ele deve ter feito com base em alguma das hipóteses previstas no art. 395, dentre as quais se encontra a “falta de justa causa para o exercício da ação penal”:

Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando: (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).

I - for manifestamente inepta; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

III - faltar justa causa para o exercício da ação penal. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Parágrafo único. (Revogado). (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Não podemos confundir as hipóteses de REJEIÇÃO da denúncia com as hipóteses de ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA:

Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar: (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).

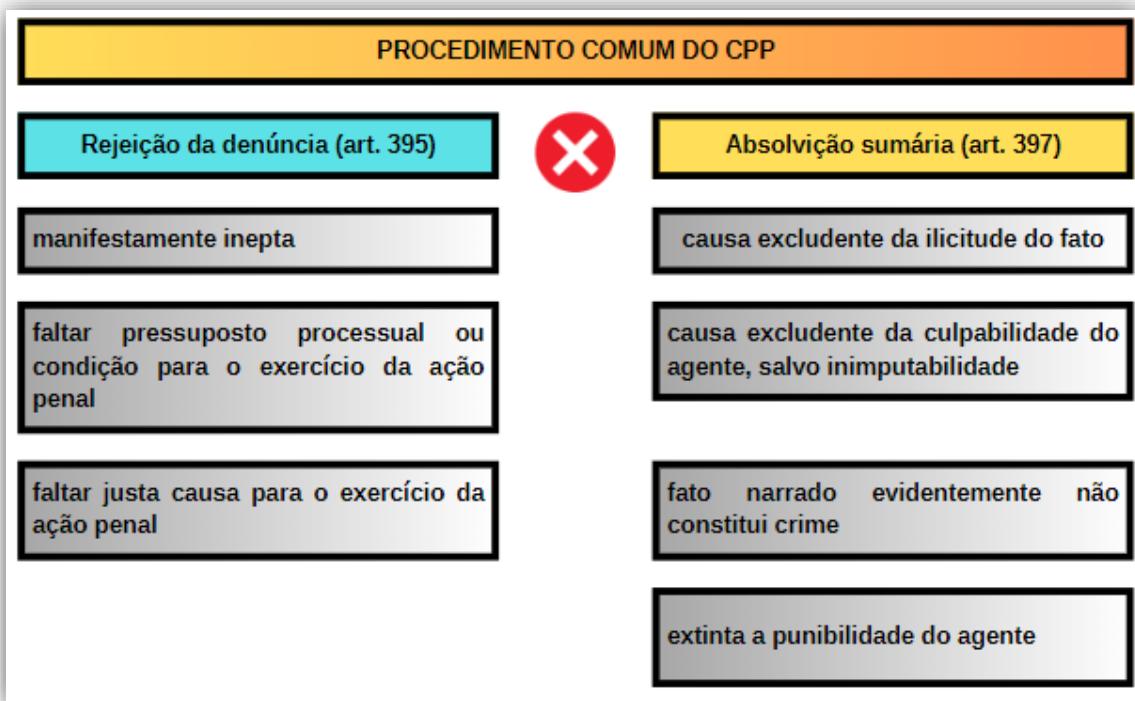
I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

IV - extinta a punibilidade do agente. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

Esquematizando:



GABARITO A

34 – (Simulado Geral. 2022. Cadete) Em relação ao Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta.

- A) Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de cinco, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
- B) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária cabe recurso em sentido estrito.
- C) O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de seis meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
- D) O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até três dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar.
- E) Dos jurados impedidos entre si por parentesco ou relação de convivência, servirá o que houver sido sorteado em último lugar.

Comentário

A) Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de cinco, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

INCORRETA. Pois, na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 8 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário:

Art. 406

(...)

§ 3º Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 8 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. (Incluído pela Lei nº 11.689, de 2008)

B) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária cabe recurso em sentido estrito.

INCORRETA. Pois cabe apelação:

Art. 416. Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação.

C) O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de seis meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

CORRETA. Nos termos do art. 428:

Art. 428. O desaforamento também poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

O artigo 428 do Código de Processo Penal (CPP) trata do instituto do desaforamento, que é a transferência de um processo de um tribunal para outro de mesma categoria, mas localizado em uma comarca diferente. Esta medida pode ser determinada em algumas situações específicas.

Vamos explicar o conteúdo do artigo detalhadamente:

Desaforamento por Excesso de Serviço:

- Razão do Desaforamento: O desaforamento pode ser determinado se houver um comprovado excesso de serviço na comarca original. Isso significa que se o tribunal está com uma carga de trabalho excessiva, dificultando a realização do julgamento.

Consulta ao Juiz Presidente e à Parte Contrária:

- Antes de decidir pelo desaforamento, é necessário ouvir o juiz presidente (que é o juiz responsável pelo caso na comarca original) e a parte contrária (que é a outra parte envolvida no processo, seja a defesa ou a acusação). Esse procedimento garante que todos os interessados possam se manifestar sobre a necessidade e conveniência da transferência do processo.

Prazo de 6 Meses:

- O desaforamento pode ser requerido se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 meses a partir do trânsito em julgado da decisão de pronúncia. A decisão de pronúncia é a decisão judicial que determina que há indícios suficientes de autoria e materialidade de um crime, enviando o réu a julgamento pelo Tribunal do Júri.
- Trânsito em Julgado da Decisão de Pronúncia: Esse prazo começa a contar a partir do momento em que a decisão de pronúncia não pode mais ser contestada ou apelada, ou seja, quando ela se torna definitiva (trânsito em julgado).

D) O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até três dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar.

INCORRETA. Pois o assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até 5 (cinco) dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar:

Art. 430. O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até 5 (cinco) dias antes da data da sessão na qual pretenda atuar.

E) Dos jurados impedidos entre si por parentesco ou relação de convivência, servirá o que houver sido sorteado em último lugar.

INCORRETA. Pois servirá o que houver sido sorteado em primeiro lugar:

Art. 450. Dos impedidos entre si por parentesco ou relação de convivência, servirá o que houver sido sorteado em primeiro lugar.

GABARITO C

35 – (Simulado Geral. 2024. Inéditas) No que se refere ao acusado e seu defensor, assinale a alternativa correta.

- A) Ao acusado menor dar-se-á tutor.
- B) Nenhum acusado, salvo aquele que estiver foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- C) O acusado, ainda que for pobre, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.
- D) A constituição de defensor dependerá de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- E) O defensor não poderá abandonar o processo sem justo motivo, previamente comunicado ao juiz, sob pena de responder por infração disciplinar perante o órgão correicional competente.

Comentário

A) Ao acusado menor dar-se-á tutor.

INCORRETA. Pois dar-se-á CURADOR:

Art. 262. Ao acusado menor dar-se-á curador.

B) Nenhum acusado, salvo aquele que estiver foragido, será processado ou julgado sem defensor.

INCORRETA. Não há essa exceção:

Art. 261. Nenhum acusado, **ainda que ausente ou foragido**, será processado ou julgado sem defensor.

C) *O acusado, **ainda que for pobre**, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.*

INCORRETA. Pois o acusado pobre não será obrigado a pagar:

Art. 263. Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.

Parágrafo único. O acusado, **que não for pobre**, será obrigado a pagar os honorários do defensor dativo, arbitrados pelo juiz.

D) *A constituição de defensor **dependerá** de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.*

INCORRETA. Independerá:

Art. 266. A constituição de defensor **independe** de instrumento de mandato, se o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.

E) *O defensor não poderá abandonar o processo sem justo motivo, previamente comunicado ao juiz, sob pena de responder por infração disciplinar perante o órgão correicional competente.*

CORRETA. Nos termos do art. 265:

Art. 265. O defensor não poderá abandonar o processo sem justo motivo, previamente comunicado ao juiz, sob pena de responder por infração disciplinar perante o órgão correicional competente. (Redação dada pela Lei nº 14.752, de 2023)

§ 1º A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

§ 2º Incumbe ao defensor provar o impedimento até a abertura da audiência. Não o fazendo, o juiz não determinará o adiamento de ato algum do processo, devendo nomear defensor substituto, ainda que provisoriamente ou só para o efeito do ato. (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008).

§ 3º Em caso de abandono do processo pelo defensor, o acusado será intimado para constituir novo defensor, se assim o quiser, e, na hipótese de não ser localizado, deverá ser nomeado defensor público ou advogado dativo para a sua defesa. (Incluído pela Lei nº 14.752, de 2023)

O artigo 265 do Código de Processo Penal (CPP) regula a conduta dos defensores no contexto de processos judiciais, estabelecendo regras para o abandono do processo, as justificativas para adiamento de audiências, e as medidas a serem adotadas em caso de impedimento ou abandono do defensor. Vamos explicar cada parte do artigo:

Art. 265. Abandono do Processo pelo Defensor

1. Proibição de Abandono sem Justo Motivo:

- **Regra Geral:** O defensor não pode abandonar o processo sem um motivo justo.
- **Justificação Prévias:** Caso haja um motivo justo, este deve ser previamente comunicado ao juiz.
- **Consequência do Abandono:** Se o defensor abandonar o processo sem comunicar previamente ao juiz e sem um motivo justo, ele poderá ser responsabilizado por infração disciplinar perante o órgão correicional competente (a entidade que fiscaliza a conduta dos advogados, como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB).

§ 1º. Adiamento da Audiência

2. Adiamento por Motivo Justificado:

- A audiência pode ser adiada se o defensor justificar adequadamente sua impossibilidade de comparecimento.
- Isso garante que o defensor tenha a oportunidade de estar presente em todos os atos processuais, essencial para a defesa do acusado.

§ 2º. Prova do Impedimento

3. Obrigação de Provar o Impedimento:

- O defensor deve provar seu impedimento de comparecer à audiência até a abertura da mesma.
- **Consequência da Falta de Prova:** Se o defensor não provar o impedimento, o juiz não adiará a audiência ou qualquer outro ato do processo.
- **Nomeação de Defensor Substituto:** Nesses casos, o juiz nomeará um defensor substituto, mesmo que seja provisório ou apenas para aquele ato específico, garantindo que o processo continue sem atrasos indevidos.

§ 3º. Abandono do Processo e Nomeação de Novo Defensor

4. Medidas em Caso de Abandono do Processo:

- Se o defensor abandonar o processo, o acusado deve ser intimado para constituir um novo defensor, se assim desejar.
- **Acusado Não Localizado:** Se o acusado não puder ser localizado para constituir um novo defensor, o juiz nomeará um defensor público ou um advogado dativo (um advogado nomeado pelo juiz para defender alguém que não tem condições de pagar um advogado particular).

GABARITO E

36 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte,

- A) mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.
- B) decidirá por seu não conhecimento, apontando a falta de adequação.
- C) determinará que o escrivão certifique a boa-fé do recorrente.
- D) ordenará a manifestação da parte contrária.
- E) deverá reconhecer que o recurso é deserto.

Comentário

Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, **MANDARÁ PROCESSÁ-LO DE ACORDO COM O RITO DO RECURSO CABÍVEL:**

Art. 579. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.

Parágrafo único. Se o juiz, desde logo, reconhecer a impropriedade do recurso interposto pela parte, mandará processá-lo de acordo com o rito do recurso cabível.

GABARITO A

37 – (Simulado Geral. 2021. FCC) Interposta apelação, o prazo para oferecimento das razões recursais em caso de condenação pelo crime de receptação qualificada será de

- A) 15 dias.
- B) 10 dias.
- C) 08 dias.
- D) 30 dias.
- E) 05 dias.

Comentário

Interposta apelação, o prazo para oferecimento das razões recursais em caso de condenação pelo crime de receptação qualificada será de 08 dias:

Art. 600. Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de oito dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de três dias.

GABARITO C

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Quando a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, será concedida tutela

- A) antecipada em caráter antecedente.
- B) cautelar em caráter antecedente.
- C) de urgência.
- D) da evidência.
- E) antecipada em caráter incidental.

Comentário

Essa é uma hipótese de tutela de evidência:

Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

I - ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

II - as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante;

III - se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa;

IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente.

GABARITO D

39 – (Simulado Geral. 2024. FCC) Suzane ajuizou demanda indenizatória, porém teve sua petição inicial indeferida, em razão de inépcia desta. Nessa situação, se Suzane interpuser apelação,

- A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.
- B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.
- C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.
- D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.
- E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

Comentário

A) o recurso deverá ser indeferido, já que o CPC prevê expressamente o cabimento de agravo de instrumento para essa hipótese.

INCORRETA. Pois o recurso deve ser deferido, eis que o CPC prevê expressamente o cabimento da apelação no caso de indeferimento da petição inicial:

Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

B) o réu deve ser intimado para tomar ciência do processo, sem, contudo, poder apresentar contrarrazões ao recurso.

INCORRETA. Se o juiz não se retratar no prazo de 05 dias, ele deverá mandar citar o réu para responder ao recurso (apresentar contrarrazões):

Art. 331

(...)

§ 1º Se não houver retratação, o juiz mandará citar o réu para responder ao recurso.

C) os autos serão remetidos ao tribunal sem a citação da parte requerida.

INCORRETA. Se não houver retratação, o réu deve ser citado para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação (art. 331, § 1º). Somente depois de transcorrido o prazo para a resposta ao recurso os autos serão remetidos ao tribunal.

D) o juiz poderá retratar-se no prazo de cinco dias.

CORRETA. Nos termos do art. 331:

Art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

E) no caso de reforma da sentença pelo tribunal, o prazo para contestação será iniciado a partir da publicação do acórdão no diário oficial.

INCORRETA. Começa a correr da intimação do retorno dos autos:

Art. 331

(...)

§ 2º Sendo a sentença reformada pelo tribunal, o prazo para a contestação começará a correr da intimação do retorno dos autos, observado o disposto no art. 334 .

Esquematizando as informações do art. 331:

Art. 331. Indeferimento da Petição Inicial

1. Direito de Apelar:

- **Regra Geral:** Quando a petição inicial é indeferida, o autor do processo tem o direito de apelar contra essa decisão. A apelação é um recurso que pode ser utilizado para pedir a revisão da decisão pelo tribunal.

2. Faculdade de Retratação pelo Juiz:

- **Prazo de Retratação:** O juiz que indeferiu a petição inicial tem a faculdade (opção) de se retratar (rever sua decisão) no prazo de 5 dias após o indeferimento.
- **Efeito da Retratação:** Se o juiz se retratar, ele pode mudar sua decisão e admitir a petição inicial, permitindo que o processo continue normalmente.

§ 1º. Procedimento em Caso de Não Retratação

3. Citação do Réu:

- **Ação do Juiz:** Se o juiz não se retratar no prazo de 5 dias, ele deve ordenar a citação do réu (parte contra quem o processo foi iniciado) para que este possa responder ao recurso de apelação interposto pelo autor.
- **Citação do Réu:** A citação é o ato pelo qual o réu é formalmente notificado sobre a existência do recurso de apelação e a necessidade de apresentar sua resposta.

§ 2º. Sentença Reformada pelo Tribunal

4. Reforma da Sentença pelo Tribunal:

- **Decisão do Tribunal:** Se o tribunal, ao julgar a apelação, reformar (alterar) a sentença que indeferiu a petição inicial, o processo volta a seguir seu curso normal.
- **Prazo para Contestação:** O prazo para o réu apresentar sua contestação (defesa) começará a contar a partir da intimação do retorno dos autos (documentos do processo) ao juiz de primeira instância.
- **Observação do Art. 334:** O artigo 334 do CPC trata da audiência de conciliação ou de mediação, e a observação aqui implica que o prazo para contestação pode estar vinculado à realização dessa audiência.

§ 3º. Não Interposição da Apelação

5. Trânsito em Julgado da Sentença:

- **Ausência de Apelação:** Se o autor não interpuser a apelação contra o indeferimento da petição inicial, a decisão do juiz transitará em julgado.
- **Intimação do Réu:** O réu será intimado do trânsito em julgado da sentença, o que significa que a decisão se torna definitiva e não pode mais ser modificada.

GABARITO D

40 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No que diz respeito ao depoimento pessoal, é correto afirmar que

- A) a parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, podendo servir-se de escritos anteriormente preparados.
- B) não pode ser ordenado de ofício.
- C) a parte é obrigada a depor sobre fatos a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo, desde que se trate de uma ação de família.
- D) quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado ou empregar evasivas, o juiz, imediatamente aplicará pena.
- E) a parte é obrigada a depor sobre fatos torpes que lhe forem imputados, devendo o juiz decretar o sigilo no processo.

Comentário

A) a parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, podendo servir-se de escritos anteriormente preparados.

INCORRETA. Pois a parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, não podendo servir-se de escritos anteriormente preparados:

Art. 387. A parte responderá pessoalmente sobre os fatos articulados, não podendo servir-se de escritos anteriormente preparados, permitindo-lhe o juiz, todavia, a consulta a notas breves, desde que objetivem completar esclarecimentos.

B) não pode ser ordenado de ofício.

INCORRETA. Pois o depoimento pessoal pode ser ordenado de ofício:

Art. 385. Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.

C) a parte é obrigada a depor sobre fatos a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo, desde que se trate de uma ação de família.

CORRETA. O art. 388 dispõe que a parte não é obrigada a depor sobre fatos a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo. Contudo, o parágrafo único dispõe que esta regra NÃO

SE APLICA ÀS AÇÕES DE ESTADO E DE FAMÍLIA, OU SEJA, NESSES CASOS ELA SERÁ OBRIGADA A DEPOR:

Art. 388. A parte não é obrigada a depor sobre fatos:

I - criminosos ou torpes que lhe forem imputados;

II - a cujo respeito, por estado ou profissão, deva guardar sigilo;

III - acerca dos quais não possa responder sem desonra própria, de seu cônjuge, de seu companheiro ou de parente em grau sucessível;

IV - que coloquem em perigo a vida do depoente ou das pessoas referidas no inciso III.

Parágrafo único. Esta disposição não se aplica às ações de estado e de família.

D) quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado ou empregar evasivas, o juiz, imediatamente aplicará pena.

INCORRETA. Pois não é automaticamente. O juiz tem que analisar as demais circunstâncias e os elementos de prova. Após isso, ele declara na sentença se houve recusa de depor. E se parte foi intimada pessoalmente para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena:

Art. 385

§ 1º Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.

Art. 386. Quando a parte, sem motivo justificado, deixar de responder ao que lhe for perguntado ou empregar evasivas, o juiz, apreciando as demais circunstâncias e os elementos de prova, declarará, na sentença, se houve recusa de depor.

E) a parte é obrigada a depor sobre fatos torpes que lhe forem imputados, devendo o juiz decretar o sigilo no processo.

INCORRETA. A parte não é obrigada a depor sobre fatos criminosos ou torpes que lhe forem imputados:

Art. 388. A parte não é obrigada a depor sobre fatos:

I - criminosos ou torpes que lhe forem imputados;

GABARITO C

41 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp. Adaptada) De acordo com o Código de Processo Civil, no tocante à extinção do processo, haverá resolução de mérito quando o magistrado

- A) homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- B) reconhecer a existência de coisa julgada.
- C) homologar a desistência da ação.
- D) reconhecer a existência da perempção.
- E) indeferir a petição inicial

Comentário

De acordo com o Código de Processo Civil, no tocante à extinção do processo, haverá resolução de mérito quando o magistrado **HOMOLOGAR A RENÚNCIA À PRETENSÃO FORMULADA NA AÇÃO OU NA RECONVENÇÃO:**

Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

I - acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;

II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;

III - homologar:

a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;

b) a transação;

c) a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

As demais alternativas tratam de hipóteses sem julgamento do mérito:

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

I - indeferir a petição inicial;

II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes;

III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;

IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada;

VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;

VII - acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;

VIII - homologar a desistência da ação;

IX - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e

X - nos demais casos prescritos neste Código.



CUIDADO PARA NÃO CONFUNDIR:

SENTENÇA COM JULGAMENTO DO MÉRITO

HOMOLOGA:

- RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO
- TRANSAÇÃO
- RENÚNCIA A PRETENSÃO

SENTENÇA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO

HOMOLOGA:

- DESISTÊNCIA

GABARITO A

42 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Acerca do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, assinale a alternativa correta.

- A) Para a efetivação da tutela específica, o juiz poderá, desde que mediante requerimento da parte, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.
- B) O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé ainda que de forma justificada, descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.
- C) A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.
- D) A multa, que depende de requerimento da parte, poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.
- E) Para atender ao resultado prático equivalente o juiz poderá determinar, apenas as seguintes medidas previstas em lei: imposição de multa, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

Comentário

A) Para a efetivação da tutela específica, o juiz poderá, desde que mediante requerimento da parte, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

INCORRETA. Pois No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá determinar de ofício as medidas necessárias à satisfação do exequente para a efetivação da tutela específica ou a obtenção da tutela pelo resultado prático equivalente:

Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente.

B) O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé ~~ainda que de forma justificada~~, descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.

INCORRETA. Pois o executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando de forma injustificada, descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência:

Art. 536

(...)

§ 3º O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando **injustificadamente descumprir a ordem judicial, sem prejuízo de sua responsabilização por crime de desobediência.**

C) A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte.

CORRETA. É o que determina o § 3º do art. 537:

§ 3º A decisão que fixa a multa é passível de cumprimento provisório, devendo ser depositada em juízo, permitido o levantamento do valor após o trânsito em julgado da sentença favorável à parte. (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016)

D) A multa, que **depende de requerimento da parte, poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.**

INCORRETA. Pois a multa, que independe de requerimento da parte, poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito:

Art. 537. A multa **independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja**

suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

E) Para atender ao resultado prático equivalente o juiz poderá determinar, *apenas* as seguintes medidas previstas em lei: imposição de multa, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

INCORRETA. Pois para atender ao resultado prático equivalente o juiz poderá determinar, entre outras, as seguintes medidas previstas em lei: imposição de multa, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial:

Art. 536

§ 1º Para atender ao disposto no caput, o juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva, podendo, caso necessário, requisitar o auxílio de força policial.

GABARITO C

43 – (Simulado Geral. 2024. FCC) Segundo o disposto na Lei nº 9.099/1995, podem figurar como parte autora no Juizado Especial Cível

- A) as sociedades de crédito ao microempreendedor.
- B) os menores de 16 anos.
- C) os insolventes civis.
- D) os presos.
- E) as pessoas jurídicas de direito público.

Comentário

De acordo com o § 1º do art. 8º, podem propor ação perante o Juizado Especial, ou seja, podem figurar como parte autora:

Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.

§ 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: (Redação dada pela Lei nº 12.126, de 2009)

I - as pessoas físicas capazes, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas; (Incluído pela Lei nº 12.126, de 2009)

II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

III - as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; (Incluído pela Lei nº 12.126, de 2009)

IV - as sociedades de crédito ao microempreendedor, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. (Incluído pela Lei nº 12.126, de 2009)

ATENÇÃO! O maior de dezoito anos poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

GABARITO A

44 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Nas causas de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, a entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até

- A) a instalação da audiência de conciliação.
- B) a instalação da audiência de instrução de julgamento.
- C) cinco dias antes da instalação da audiência de conciliação.
- D) quinze dias antes da instalação da audiência de instrução de julgamento.
- E) o momento de apresentação da contestação.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 9º da Lei nº 12.153/2009:

Art. 9º A entidade ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.

GABARITO A

DIREITO CONSTITUCIONAL

45 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A Constituição Federal Brasileira é considerada uma conquista histórica no que diz respeito à democracia e à cidadania. Ela prevê os direitos e as garantias fundamentais para quaisquer pessoas, bem como os direitos e deveres individuais e coletivos. O artigo 5º rege que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, e traz uma série de itens que tratam acerca desses direitos e deveres. Com relação ao item XLIV – constitui crime inafiançável e imprescritível:

- A) desobediência aos policiais militares em suas execuções de trabalhos.
- B) manifestações coletivas e populares advindas da sociedade civil.
- C) a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- D) participação em movimentos sociais na luta por direitos sociais.
- E) filiação a partidos comunistas para sua implantação no país.

Comentário



Portanto, a alternativa “c” é a correta:

CF/88

Art. 5º

(...)

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

GABARITO C

46 – (Simulado Geral. 2023. FCC) Josafá não possuía acesso às informações sobre sua pessoa contidas no banco de dados de determinada entidade de caráter público. Josafá requereu, então, a essa entidade, que lhe fosse dado acesso àqueles dados cujo teor desconhecia, o que lhe foi expressamente negado sob o fundamento de serem sigilosas essas informações. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, Josafá

- A) poderá impetrar mandado de injunção para que lhe seja assegurado o conhecimento das informações relativas à sua pessoa.
- B) poderá impetrar habeas corpus, pois se trata de um direito líquido e certo obter o conhecimento das informações relativas à sua pessoa.
- C) não poderá ter conhecimento dessas informações, dado o caráter sigiloso que elas possuem, não podendo, portanto, solicitar judicialmente o seu acesso.
- D) não poderá solicitar judicialmente o acesso às informações relativas à sua pessoa, pois a entidade governamental possui autonomia nas suas decisões.
- E) poderá impetrar habeas data para que lhe seja assegurado o conhecimento das informações relativas à sua pessoa.

Comentário

E) poderá impetrar habeas data para que lhe seja assegurado o conhecimento das informações relativas à sua pessoa.

CORRETA. Como as informações dizem respeito à pessoa do impetrante e estão constantes em bancos de dados de entidade de caráter público, Josafá poderá impetrar habeas data:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

GABARITO E

47 – (Simulado Geral. 2023. FCC) Francisca, trabalhadora rural, foi demitida de seu emprego, sem nunca ter recebido remuneração superior à do seu serviço normal, pela realização de serviço extraordinário. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, conforme apenas as informações fornecidas, Francisca, para obter o que lhe é devido e que o empregador se recusa a lhe pagar,

- A) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.
- B) não terá direito de ajuizar ação, por se tratar de trabalhadora rural.
- C) terá direito de ajuizar ação a qualquer tempo, pois os créditos resultantes das relações de trabalho são imprescritíveis.
- D) não terá direito de ajuizar ação, pois recebeu remuneração pelo serviço extraordinário exercido.
- E) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de dois anos, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

Comentário

A) terá direito de ajuizar ação, com prazo prescricional de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

CORRETA. Pois está de acordo com o que estabelece o inciso XXIX do art. 7º da CF/88:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXIX - ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

GABARITO A

48 - (Simulado Geral. 2024. Consulplan. Adaptada) A perda da nacionalidade é a extinção do vínculo patrial que liga o indivíduo ao Estado. Sobre este tema, com fulcro na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) É defeso o pedido para a reaquisição da nacionalidade brasileira.
- B) O cancelamento da naturalização do brasileiro naturalizado se dará, unicamente, com a extradição para o país de origem.
- C) No Brasil, a extinção do vínculo com o Estado ocorrerá para aquele que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade nacional competente.
- D) O texto constitucional assegura que a pessoa fique apátrida, ou seja, aquele que requisitar a perda de sua nacionalidade não necessariamente terá que obter outra nacionalidade.
- E) a lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, observados requisitos mínimos que deverão constar, obrigatoriamente, da lei regulamentadora.

Comentário

As hipóteses de perda da nacionalidade estão taxativamente previstas na CF/88, nos incisos I e II do § 4.º do art. 12, com as novidades introduzidas pela EC n. 131/2023.

HIPÓTESES DE PERDA DA NACIONALIDADE	
REDAÇÃO ORIGINAL (1988)	REDAÇÃO DADA PELA EC N. 131/2023
Art. 12, § 4.º — Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:	Art. 12, § 4.º — Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:
I — tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;	I — tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

II — adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:	II — fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.
a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis;	a) revogada; b) revogada;
Sem correspondência	§ 5.º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4.º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

Com o advento da Emenda Constitucional n. 131, de 2023, duas são as hipóteses de ajuizamento de ação para cancelamento da naturalização:

1º) fraude relacionada ao processo de naturalização: Imaginemos que um estrangeiro, durante o processo administrativo de naturalização, apresentasse documentos falsos. Nesse caso, a administração pode buscar a invalidação do processo administrativo. Além da perda da nacionalidade, o estrangeiro responderá, penal e civilmente, pela fraude praticada, havendo previsão expressa.

2º) atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático: são atentados aqueles crimes previstos no Título XII do Código Penal (que trata dos “Crimes contra o Estado Democrático de Direito), nos arts. 359-I a 359-T. Por exemplo, temos o “atentado à soberania” (art. 359-I), a “abolição violenta do Estado Democrático de Direito” (art. 359-L), o “golpe de Estado” (art. 359-M) etc.

ATENÇÃO! cancelada a naturalização, não poderá o estrangeiro novamente se naturalizar brasileiro. Só haverá uma hipótese de reaquisição da nacionalidade brasileira: ajuizar uma ação rescisória contra a sentença transitada em julgado que decretou a perda da sua nacionalidade. Não obstante, como sabido e consabido por todos, a ação rescisória tem o prazo de dois anos. Depois desse prazo, não poderá a pessoa readquirir a nacionalidade brasileira.

Esquematizando:

AÇÃO PARA CANCELAMENTO DA NATURALIZAÇÃO	
Só recai sobre	Brasileiros naturalizados
Competente	Justiça Federal
Legitimado	Ministério Público Federal

Cabimento	Fraude relacionada ao processo de naturalização ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático
Momento da perda da nacionalidade	Sentença transitada em julgado
Reaquisição da nacionalidade	Através de ação rescisória (art. 966 do CPC)

A EC 131/2023 também trouxe uma novidade para o direito constitucional brasileiro.

A partir de 2023, poderá um brasileiro (nato ou naturalizado) renunciar voluntariamente à sua nacionalidade brasileira, mediante um “pedido expresso (...) perante autoridade brasileira competente:

Art. 12

(...)

§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

(...)

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

Assim, um brasileiro nato ou naturalizado pode deixar de ser brasileiro, independentemente de qualquer razão ou motivo, desde que requeira a perda da nacionalidade ao Ministro da Justiça (autoridade brasileira competente).

CONTUDO, HÁ UMA EXCEÇÃO EM QUE ESSA PERDA NÃO PODERÁ SER DECRETADA: SE ELA IMPLICAR EM APATRIDIA: Ou seja, se a renúncia da nacionalidade brasileira transformar o requerente em apátrida (pessoa sem nacionalidade), o Ministro da Justiça indeferirá o pedido.

ATENÇÃO! Essa renúncia não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

Esquematizando:

RENÚNCIA À NACIONALIDADE BRASILEIRA	
Recai sobre	Brasileiros natos e naturalizados
Quem decreta a perda	Ministro da Justiça
Momento da perda	Publicação do ato do Ministro no D.O.U
Reaquisição da nacionalidade brasileira	Novo ato do Ministro da Justiça, mediante requerimento da parte interessada

IMPORTANTE: Com o advento da Emenda Constitucional n. 131, de 2023, houve significativa alteração constitucional sobre o tema da dupla ou da múltipla nacionalidade. Até 2023, se um brasileiro adquirisse voluntariamente uma nova nacionalidade, perderia a nacionalidade brasileira, por expressa previsão constitucional, salvo duas exceções (chamadas de dupla nacionalidade)111.

A partir de 2023, a dupla (ou múltipla) nacionalidade, que era exceção, passou a ser a regra àqueles que adquirem uma nacionalidade estrangeira, seja originária, seja pela naturalização.

Assim, se um brasileiro nato (ou naturalizado) decide adquirir uma nacionalidade estrangeira (seja originária, seja pela naturalização), não perderá a nacionalidade brasileira, a não ser que renuncie expressamente a essa nacionalidade, perante a autoridade competente (Ministro da Justiça), desde que não se torne um apátrida (nos termos do art. 12, § 4º, II, CF).

Fonte: Martins, Flávio. Curso de direito constitucional. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Editora Saraiva, 2024.



Vamos analisar as alternativas:

A) É defeso o pedido para a reaquisição da nacionalidade brasileira.

INCORRETA. A renúncia da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei:

Art. 12

(...)

§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

(...)

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

(...)

§ 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 131, de 2023)

B) O cancelamento da naturalização do brasileiro naturalizado se dará, unicamente, com a extradição para o país de origem.

INCORRETA. O cancelamento da naturalização pode se dar em duas hipóteses:

1º) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

2º) fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

C) No Brasil, a extinção do vínculo com o Estado ocorrerá para aquele que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade nacional competente.

CORRETA. De fato, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

D) O texto constitucional assegura que a pessoa fique apátrida, ou seja, aquele que requisitar a perda de sua nacionalidade não necessariamente terá que obter outra nacionalidade.

INCORRETA. Se a renúncia da nacionalidade brasileira transformar o requerente em apátrida (pessoa sem nacionalidade), o pedido será indeferido, ou seja, o texto constitucional assegura que a pessoa NÃO FIQUE APÁTRIDA.

E) a lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, observados requisitos mínimos que deverão constar, obrigatoriamente, da lei regulamentadora.

INCORRETA. Ressalvadas as hipóteses taxativas do texto constitucional, não poderá a lei estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados:

Art. 12. São brasileiros:

[...]

§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

Portanto, somente a Constituição pode estabelecer tal distinção.

GABARITO C

49 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Cidadãos que ocupam cargos públicos no país devem obedecer a normas específicas, tais como as estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil (de 1988) em suas disposições gerais para a administração pública.

A esse respeito, de acordo com o inciso XVI do artigo 37 do referido documento, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto em caso de

- A) dois cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários.
- B) um cargo de professor e um cargo técnico, quando houver sobreposição de horários.
- C) dois cargos de gestão, quando houver compatibilidade de horários.
- D) dois cargos técnicos ou científicos, independentemente da distribuição de horários.
- E) um cargo de professor e um cargo de gestão, quando houver sobreposição de horários.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 37:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

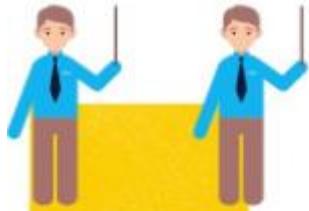
[...]

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;



2 cargos
Professor
+
Professor



2 cargos
Professor
+
Técnico ou
Científico



2 cargos
públicos ou
2 empregos
privativos de
profissionais de
saúde, com profissões
regulamentadas

GABARITO A

50 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) No tocante à aposentadoria de servidores com deficiência, a Constituição Federal estabelece que

- A) não poderá haver diferença na sua concessão em relação aos demais servidores, em respeito ao princípio da isonomia que deve prevalecer no serviço público.
- B) poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para a sua concessão.
- C) poderá ser diferenciada na sua concessão, mediante lei autorizadora, sendo vedada a exigência de qualquer tipo de avaliação para confirmação da deficiência do servidor.
- D) poderá ser concedida de forma diferenciada, mas o servidor deverá ser previamente submetido à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- E) poderá ser obtida com tempo de contribuição reduzido, mediante avaliação a ser feita por meio de perícia, mas o tempo mínimo de idade não poderá ser diferente dos demais servidores.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do § 4º-A do art. 40 da CF/88:

CF/88

Art. 40

(...)

§ 4º-A. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Portanto:

Estabelecimento por Lei Complementar: A aplicação de idade e tempo de contribuição diferenciados para a aposentadoria de servidores com deficiência não é automática. Ela precisa ser definida por uma lei complementar específica do respectivo ente federativo (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios).

Servidores com Deficiência: Este parágrafo se refere exclusivamente aos servidores públicos que possuem alguma deficiência. A natureza da deficiência pode variar, mas o foco é garantir que esses servidores tenham condições especiais para se aposentar.

Avaliação Biopsicossocial: Para que um servidor seja considerado elegível para essas regras diferenciadas, ele deve passar por uma avaliação biopsicossocial. Esta avaliação é realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar. Isso significa que a avaliação levará em conta aspectos biológicos, psicológicos e sociais da deficiência, garantindo uma análise completa e justa da situação do servidor.

Equipe Multiprofissional e Interdisciplinar: A avaliação deve ser feita por uma equipe composta por profissionais de diferentes áreas de conhecimento (médicos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros), o que assegura uma abordagem holística da condição do servidor.

GABARITO D

51 – (Simulado Geral. 2023. FCC) De acordo com a Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça

- A) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Conselho Nacional de Justiça não tem sede na Capital Federal.
- B) têm sede na Capital Federal, sendo que apenas o Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário.
- C) têm sede na Capital Federal, sendo que todos são órgãos do Poder Judiciário.
- D) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Supremo Tribunal Federal tem sede na Capital Federal.
- E) são órgãos do Poder Judiciário, sendo que apenas o Tribunal Superior do Trabalho não tem sede na Capital Federal.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 92 da CF/88:

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A o Conselho Nacional de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - o Superior Tribunal de Justiça;

II-A - o Tribunal Superior do Trabalho; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 92, de 2016)

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (Vide ADIN 3392)

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Portanto:

1) STF, CNJ E TRIBUNAIS SUPERIORES POSSUEM SEDE NA CAPITAL FEDERAL

2) STF E TRIBUNAIS SUPERIORES TÊM JURISDIÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

GABARITO C

DIREITO ADMINISTRATIVO

52 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Fulano é servidor público do Governo do Estado de São Paulo e resolveu fixar a sua residência fora do estado, sem autorização da chefia imediata. Beltrano, seu colega de equipe, ao descobrir tal fato, em vez de alertar à sua chefia, resolveu divulgá-lo a um amigo que era produtor do programa “Fantástico”, na Rede Globo de televisão, para que o seu amigo pudesse fazer uma reportagem sobre a irregularidade por ele descoberta. Tendo em vista essa situação hipotética, é correto afirmar com base na Lei Estadual nº 10.261/1968 que:

- A) Fulano não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que não se exige do servidor público estadual autorização para estabelecer residência fora do local de lotação.
- B) Beltrano violou dever funcional por não guardar sigilo de assunto interno da repartição e não ter representado ao seu superior a respeito da situação irregular de que tomou conhecimento.
- C) Fulano violou dever funcional, pois se considera incompatível com o dever de assiduidade e pontualidade a situação de servidor que vive em outro estado, ainda que em cidade vizinha.
- D) Beltrano violou dever funcional ao não cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho, comportando-se como um delator.
- E) Beltrano não cometeu nenhuma irregularidade, uma vez que há interesse público envolvido na exposição pública da repartição e do colega, ainda que antes do devido processo administrativo.

Comentário

1) Fulano é servidor público do Governo do Estado de São Paulo e resolveu fixar a sua residência fora do estado, sem autorização da chefia imediata.

- Fulano cometeu irregularidade, pois é dever do funcionário residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado:

Artigo 241 - São deveres do funcionário:

[...]

VII - residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado;

2) Beltrano, seu colega de equipe, ao descobrir tal fato, em vez de alertar à sua chefia, resolveu divulgá-lo a um amigo que era produtor do programa “Fantástico”, na Rede Globo de televisão, para que o seu amigo pudesse fazer uma reportagem sobre a irregularidade por ele descoberta

- Beltrano tem o dever de guardar sigilo sobre assuntos da repartição bem como representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções:

Artigo 241 - São deveres do funcionário:

[...]

IV - guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências;

V - representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;

Portanto, a alternativa “b” é a correta.

GABARITO B

53 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Maria é psicóloga de formação e funcionária pública estadual em São Paulo. A pedido de alguns colegas, após seguidos casos de depressão no ambiente profissional, Maria resolve criar um grupo de apoio, por ela coordenado, com o objetivo de atuar sobre a melhora da saúde mental dos colegas. Embora as reuniões do grupo ocorram em sala da repartição e em horário de expediente, não há apoio oficial do órgão no qual trabalha, motivo pelo qual Maria cobra dos colegas uma remuneração de R\$ 100 por hora de sessão como forma de remuneração profissional.

Tendo em vista a situação hipotética descrita no texto, é correto afirmar, com base na Lei Estadual no 10.261/1968, que:

- A) Maria pode receber elogio formal em seu histórico profissional, por sintetizar com sua ação o dever de cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho.
- B) a finalidade benéfica da ação da servidora, interessada em ajudar os colegas, afasta qualquer irregularidade na sua conduta.
- C) a utilização de espaço da repartição, juntamente à realização de sessões em horário de expediente, não representam mau uso dos bens públicos postos à disposição dos funcionários.
- D) Maria violou preceitos éticos aplicáveis aos servidores públicos estaduais, por violar a privacidade alheia, envolvendo-se com aspectos pessoais da vida dos colegas.
- E) Maria violou a lei ao ignorar a proibição do exercício do comércio entre os companheiros, proibição que se aplica não apenas ao comércio de bens, mas também de serviços.

Comentário

Ao cobrar uma remuneração de R\$ 100 por hora de sessão como forma de remuneração profissional, Maria violou a lei ao ignorar a proibição do exercício do comércio entre os companheiros, proibição que se aplica não apenas ao comércio de bens, mas também de serviços, nos termos do inciso VII do art. 242:

Artigo 242 - Ao funcionário é proibido:

[...]

VII - exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição; e

GABARITO E

54 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Chegou ao conhecimento do Diretor de Departamento de Secretaria Estadual que Josué, seu subordinado e servidor público efetivo do Estado de São Paulo, está “faltando com o cumprimento dos deveres”, suficientemente caracterizada a infração e definida a autoria.

Josué conta com 6 anos de efetivo exercício, nunca sofreu penalidade disciplinar, nunca celebrou Termo de ajustamento de conduta, não possui sindicância ou processo disciplinar em curso e não causou qualquer prejuízo ao Erário Público. Diante do caso hipotético, é correto afirmar, de acordo com a lei 10261/68, Estatuto dos servidores públicos civis do Estado de São Paulo, que:

- A) Josué poderá estar sujeito, em virtude de sua conduta, à pena de repreensão e o Diretor de Departamento é a autoridade competente para a aplicação da penalidade.
- B) é obrigatória a instauração de apuração preliminar, sendo vedadas a instauração direta de sindicância e a formulação de proposta de autocomposição.
- C) Josué poderá estar sujeito, em decorrência de sua conduta, à pena máxima de suspensão.
- D) é incabível, no caso, a celebração de termo de ajustamento de conduta.
- E) é obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar, sendo o Diretor de Departamento competente para a homologação de termo de ajustamento de conduta.

Comentário

1º) Chegou ao conhecimento do Diretor de Departamento de Secretaria Estadual que Josué, seu subordinado e servidor público efetivo do Estado de São Paulo, está “faltando com o cumprimento dos deveres”, suficientemente caracterizada a infração e definida a autoria.

- Se ele está “faltando com o cumprimento dos deveres”, a pena a ser aplicada é a de REPRENSÃO, nos termos do art. 253:

Artigo 253 - A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres.

E quem tem competência para aplicar a penalidade de Repreensão?

Artigo 260 - Para aplicação das penalidades previstas no artigo 251, são competentes: (NR)

I - o Governador; (NR)

II - os Secretários de Estado, o Procurador Geral do Estado e os Superintendentes de Autarquia; (NR)

III - os Chefes de Gabinete, até a de suspensão; (NR)

IV - os Coordenadores, até a de suspensão limitada a 60 (sessenta) dias; e (NR)

V - os Diretores de Departamento e Divisão, até a de suspensão limitada a 30 (trinta) dias. (NR)

Parágrafo único - Havendo mais de um infrator e diversidade de sanções, a competência será da autoridade responsável pela imposição da penalidade mais grave. (NR)

Perceba que todas as autoridades são competentes para aplicar a pena de Repreensão (a penalidade mais “suave” dentre as previstas).

Vamos analisar as alternativas:

A) Josué poderá estar sujeito, em virtude de sua conduta, à pena de repreensão e o Diretor de Departamento é a autoridade competente para a aplicação da penalidade.

CORRETA. Com explicado anteriormente.

B) é obrigatória a instauração de apuração preliminar, sendo vedadas a instauração direta de sindicância e a formulação de proposta de autocomposição.

INCORRETA. A instauração de apuração preliminar serve quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida a autoria. Contudo, no caso da nossa questão, o enunciado deixou bem claro que “suficientemente caracterizada a infração e definida a autoria”.

C) Josué poderá estar sujeito, em decorrência de sua conduta, à pena máxima de suspensão.

INCORRETA. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência. Não houve falta grave ou reincidência, mas sim “descumprimento dos deveres”, sujeitando-se à pena de repreensão.

D) é incabível, no caso, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

INCORRETA. Pois a autoridade poderá proceder, desde logo, a formulação de proposta de autocomposição:

Artigo 264 - A autoridade que, por qualquer meio, tiver conhecimento de irregularidade praticada por funcionário adotará providências visando à sua imediata apuração, sem prejuízo das medidas urgentes que o interesse da Administração exigir, podendo submeter o caso às práticas autocompositivas ou propor celebração de termo de ajustamento de conduta.

Parágrafo único - A autoridade poderá, desde logo, submeter o caso às práticas autocompositivas, especialmente nas situações em que evidenciada a ocorrência de conflitos interpessoais, objetivando sempre a melhor solução para resguardar o interesse público

E) é obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar, sendo o Diretor de Departamento competente para a homologação de termo de ajustamento de conduta.

INCORRETA. Na verdade, será instaurada SINDICÂNCIA, pois estamos diante de penalidade sujeita à pena de repreensão:

Artigo 269 - Será instaurada sindicância quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de repreensão, suspensão ou multa.

GABARITO A

55 – (Simulado Geral. 2023) Assinale a alternativa correta a respeito das práticas autocompositivas previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, lei no 10.261/68.

- A) Serão orientadas, dentre outros, pelos princípios da voluntariedade, corresponsabilidade, reparação do dano, publicidade e informalidade.
- B) O conteúdo das sessões restaurativas é sigiloso, podendo ser utilizado como prova em processo administrativo.
- C) Após a determinação de instauração de sindicância ou processo administrativo não mais é permitido o encaminhamento do caso para as práticas autocompositivas pela autoridade competente.
- D) Para aplicação das práticas autocompositivas, é necessário que as partes reconheçam os fatos essenciais, e admitam a culpa em eventual sindicância ou processo administrativo.
- E) O encaminhamento às práticas autocompositivas pode se dar de forma alternativa ou concorrente à sindicância e ao procedimento disciplinar.

Comentário

A) Serão orientadas, dentre outros, pelos princípios da voluntariedade, corresponsabilidade, reparação do dano, publicidade e informalidade.

INCORRETA. Pois não há aplicação do princípio da publicidade nestes casos. Na verdade, aplica-se o princípio da confidencialidade:

Artigo 267-B - As práticas autocompositivas, a serem regulamentadas por decreto, serão orientadas pelos princípios da voluntariedade, corresponsabilidade, reparação do dano, confidencialidade, informalidade, consensualidade e celeridade, observado o seguinte: (NR)

B) O conteúdo das sessões restaurativas é sigiloso, podendo ser utilizado como prova em processo administrativo.

INCORRETA. Em razão de ser sigiloso, o conteúdo das sessões restaurativas não pode ser utilizado como prova em processo administrativo ou judicial:

Artigo 267-B.

[...]

§ 3º - O conteúdo das sessões restaurativas é sigiloso, não podendo ser utilizado como prova em processo administrativo ou judicial

C) Após a determinação de instauração de sindicância ou processo administrativo não mais é permitido o encaminhamento do caso para as práticas autocompositivas pela autoridade competente.

INCORRETA. Pois é possível, em qualquer fase, encaminhar o caso para as práticas autocompositivas, mediante despacho fundamentado:

Artigo 267-C - A autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo e o Procurador do Estado responsável por sua condução poderão, em qualquer fase, encaminhar o caso para as práticas autocompositivas, mediante despacho fundamentado

D) Para aplicação das práticas autocompositivas, é necessário que as partes reconheçam os fatos essenciais, e admitam a culpa em eventual sindicância ou processo administrativo.

INCORRETA. Pois o reconhecimento dos fatos essenciais não implica em admissão de culpa em eventual sindicância ou processo administrativo:

Art. 267-B.

[...]

§ 2º - Para aplicação das práticas autocompositivas, é necessário que as partes reconheçam os fatos essenciais, sem que isso implique admissão de culpa em eventual sindicância ou processo administrativo

E) O encaminhamento às práticas autocompositivas pode se dar de forma alternativa ou concorrente à sindicância e ao procedimento disciplinar.

CORRETA. Nos termos do § 1º do art. 267-C:

Artigo 267-C.

§ 1º - O encaminhamento às práticas autocompositivas poderá ocorrer de forma alternativa ou concorrente à sindicância ou ao processo administrativo. (NR)

Forma Alternativa: Indica que, ao invés de se iniciar uma sindicância (investigação preliminar) ou um processo administrativo (procedimento formal para apuração de infrações funcionais), o conflito pode ser resolvido diretamente através de práticas autocompositivas.

Forma Concorrente: Significa que as práticas autocompositivas podem ser utilizadas simultaneamente com a sindicância ou o processo administrativo. Isso implica que, mesmo enquanto esses procedimentos formais estão em andamento, as partes podem buscar resolver o conflito através da mediação ou conciliação.

GABARITO E

56 – (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

- A) O presidente e cada acusado poderão arrolar até 8 testemunhas, as quais comparecerão independentemente de intimação.
- B) A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa.
- C) A citação do acusado será feita por meio de carta com aviso de recebimento, devendo ser comprovadamente recebida pelo menos 7 dias antes do interrogatório.
- D) O relatório deverá ser apresentado no prazo de 30 dias, contados da apresentação das alegações finais.
- E) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 5 dias do recebimento da determinação, e concluído no prazo de 180 dias da citação do acusado.

Comentário

A) O presidente e cada acusado poderão arrolar até 8 testemunhas, as quais comparecerão independentemente de intimação.

INCORRETA. O presidente e cada acusado poderão arrolar até 5 (cinco) testemunhas:

Art. 283.

§ 1º - O presidente e cada acusado poderão arrolar até 5 (cinco) testemunhas. (NR)

Ademais, somente as testemunhas arroladas pelo acusado comparecerão independentemente de intimação:

Artigo 287 - As testemunhas arroladas pelo acusado comparecerão à audiência designada independente de notificação.

B) A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa.

CORRETA. Nos termos do art. 286:

Artigo 286 - A testemunha que morar em comarca diversa poderá ser inquirida pela autoridade do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimada a defesa. (NR)

C) A citação do acusado será feita por meio de ~~carta com aviso de recebimento~~, devendo ser comprovadamente recebida pelo menos ~~7 dias antes do interrogatório~~.

INCORRETA. Na verdade, a citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 2 (dois) dias antes do interrogatório:

Art. 278.

[...]

§ 2º - A citação do acusado será feita ~~pessoalmente, no mínimo 2 (dois) dias antes do interrogatório~~, por intermédio do respectivo superior hierárquico, ou diretamente, onde possa ser encontrado.

Prazos referentes ao processo administrativo:

ATO A SER PRATICADO	PRAZO
Instauração por portaria	8 dias improrrogáveis
Conclusão	90 dias
Arrolar testemunhas e requerer provas	03 dias após interrogatório
Citação pessoal do acusado	Mínimo de 2 dias antes do interrogatório
Citação por edital	Mínimo de 10 dias antes do interrogatório
Alegações Finais	7 dias
Apresentação do relatório	10 dias
Proferir julgamento ou determinar diligências	20 dias
Cumprimento das diligências	15 dias, com vista para defesa se manifestar em 5 dias.
Publicação das decisões	8 dias

D) O relatório deverá ser apresentado no prazo de 30 dias, contados da apresentação das alegações finais.

INCORRETA. O prazo é de 10 dias:

Artigo 293 - O relatório deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação das alegações finais. (NR)

E) O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 5 dias do recebimento da determinação, e concluído no prazo de 180 dias da citação do acusado.

INCORRETA. O prazo é de 8 dias:

Artigo 277 - O processo administrativo deverá ser instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias do recebimento da determinação, e concluído no de 90 (noventa) dias da citação do acusado. (NR)

GABARITO B

57 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere que Isaías é servidor público e teve contra si aplicada pena disciplinar. Inconformado com a decisão, decide interpor recurso. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei nº 10.261/68, é correto afirmar que

- A) o recurso deverá ser apresentado à autoridade que deverá julgá-lo, salvo se Isaías desejar que a autoridade que aplicou a pena exerça um juízo de retratação.
- B) na hipótese de a decisão recorrida ser mantida pela autoridade que julgou o recurso, Isaías poderá, a qualquer tempo, apresentar pedido de reconsideração, caso surjam fatos ou circunstâncias ainda não apreciados no processo.
- C) o recurso será apreciado, ainda que incorretamente denominado ou endereçado à autoridade incompetente.
- D) o recurso deverá ser interposto no prazo de 20 dias, a contar da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado.
- E) o recurso terá efeito suspensivo e, na sua elaboração, o recorrente deverá indicar, além do seu nome e qualificação, a exposição das razões de seu inconformismo.

Comentário

A) o recurso deverá ser apresentado à autoridade que deverá julgá-lo, salvo se Isaías desejar que a autoridade que aplicou a pena exerça um juízo de retratação.

INCORRETA. O recurso deve ser apresentado à autoridade que aplicou a pena. Essa autoridade terá o prazo de 10 dias para, motivadamente, manter sua decisão ou reformá-la.

Artigo 312 - Caberá recurso, por uma única vez, da decisão que aplicar penalidade.

[...]

§ 3º - O recurso será apresentado à autoridade que aplicou a pena, que terá o prazo de 10 (dez) dias para, motivadamente, manter sua decisão ou reformá-la.

B) na hipótese de a decisão recorrida ser mantida pela autoridade que julgou o recurso, Isaías poderá, a qualquer tempo, apresentar pedido de reconsideração, caso surjam fatos ou circunstâncias ainda não apreciados no processo.

INCORRETA. Na verdade, no caso de ser mantida a decisão, ela será imediatamente encaminhada a reexame pelo superior hierárquico, não havendo que se falar em pedido de reconsideração:

Artigo 312 - Caberá recurso, por uma única vez, da decisão que aplicar penalidade

[...]

§ 4º - Mantida a decisão, ou reformada parcialmente, **será imediatamente encaminhada a reexame pelo superior hierárquico.**

C) o recurso será apreciado, ainda que incorretamente denominado ou endereçado à autoridade incompetente.

CORRETA. É o que dispõe o § 5º do art. 312:

Artigo 312 - Caberá recurso, por uma única vez, da decisão que aplicar penalidade.

[...]

§ 5º - O recurso será apreciado pela autoridade competente ainda que incorretamente denominado ou endereçado

D) o recurso deverá ser interposto no prazo de 20 dias, a contar da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado.

INCORRETA. O prazo para recorrer é de 30 dias, contados da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado ou da intimação pessoal do servidor, quando for o caso:

Art. 312.

§ 1º - O prazo para recorrer é de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão impugnada no Diário Oficial do Estado ou da intimação pessoal do servidor, quando for o caso. (NR)

E) o recurso terá efeito suspensivo e, na sua elaboração, o recorrente deverá indicar, além do seu nome e qualificação, a exposição das razões de seu inconformismo.

INCORRETA. Pois os recursos não têm efeito suspensivo:

Artigo 314 - Os recursos de que trata esta lei complementar **não têm efeito suspensivo; os que forem providos darão lugar às retificações necessárias, retroagindo seus efeitos à data do ato punitivo.**

GABARITO C

58 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Suponha que uma autoridade administrativa tenha tido conhecimento de fatos que constituem indícios da prática de improbidade. Segundo a Lei no 8.429/92, nessa situação, ela deverá

- A) mandar instaurar o inquérito civil público para a devida apuração.
- B) comunicar a autoridade policial competente para a abertura do inquérito.
- C) oficiar ao Poder Judiciário para as medidas judiciais cabíveis.
- D) representar ao Ministério Público para as providências necessárias.
- E) comunicar ao seu superior hierárquico para aplicação das penalidades cabíveis.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento do art. 7º:

Art. 7º Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.

Representar ao Ministério Público: Representar significa formalmente comunicar ou denunciar os indícios de improbidade ao Ministério Público (MP). A autoridade deve encaminhar as informações e evidências que possui para que o MP tome conhecimento do caso e possa atuar.

Providências Necessárias: Uma vez que o MP recebe a representação, ele deve investigar os indícios de improbidade. Se houver fundamento, o MP pode instaurar um inquérito civil público para apurar os fatos e, eventualmente, propor uma ação judicial para responsabilizar os envolvidos.

GABARITO D

59 – (Simulado Geral. 2023. Vunesp) José cometeu ato de improbidade administrativa que resultou em prejuízo aos cofres do Município. Ajuizada a competente ação por improbidade administrativa, a fim de garantir a integral recomposição do erário, a respectiva legislação permite que seja decretada, sem a oitiva prévia de José,

- A) a indisponibilidade de seus bens, que não poderá incidir sobre qualquer quantia depositada em caderneta de poupança.
- B) a perda de seus bens, incluindo bens móveis, imóveis e depósitos em caderneta de poupança e conta corrente.
- C) a indisponibilidade de seus bens, que poderá incidir sobre a quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança.
- D) a perda de seus bens, incluindo bens móveis, imóveis, exceto sobre depósitos em caderneta de poupança e conta corrente.
- E) a indisponibilidade de seus bens, que poderá incidir sobre a quantia depositada em caderneta de poupança que supere 40 (quarenta) salários mínimos.

Comentário

Essa questão exigiu o conhecimento dos §§ 4º e 13º do art. 16, os quais permitem a decretação, sem oitiva prévia do réu, da indisponibilidade de seus bens, sendo certo que é vedada a decretação da quantia de até 40 (quarenta) salários-mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente:

"Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

(...)

§ 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias.

§ 4º A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.

(...)

§ 13. É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente."

O Artigo 16 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) trata do pedido de indisponibilidade de bens dos réus em ações por improbidade administrativa. Esse artigo foi atualizado pela Lei nº 14.230, de 2021, e contém várias disposições detalhadas sobre como e quando essa medida pode ser aplicada. Vamos analisar cada parágrafo do artigo:

Pedido de Indisponibilidade de Bens: Pode ser feito tanto no início (caráter antecedente) quanto no decorrer (caráter incidente) da ação.

Finalidade: Garantir que os bens dos réus estejam disponíveis para recompor o erário (dinheiro público) ou para devolver o enriquecimento ilícito obtido através de atos de improbidade.

Independência do Pedido: O pedido de indisponibilidade de bens pode ser feito mesmo sem a representação formal ao Ministério Público prevista no Art. 7º.

Bens no Exterior: Inclui a possibilidade de investigar, examinar e bloquear bens, contas bancárias e aplicações financeiras que o indiciado possua no exterior, conforme a legislação e tratados internacionais.

Critérios para Deferimento: O juiz só pode deferir o pedido se houver risco de dano irreparável ou perigo ao resultado útil do processo, e se estiver convencido da probabilidade dos atos de improbidade com base nos elementos apresentados. O réu deve ser ouvido em até 5 dias.

Exceção à Oitiva Prévias: Em casos em que ouvir o réu antes pode comprometer a efetividade da medida ou em outras circunstâncias urgentes justificadas, a indisponibilidade pode ser decretada sem a oitiva prévia.

Limite de Indisponibilidade: A soma dos valores dos bens indisponíveis de todos os réus não pode exceder o valor do dano ou enriquecimento ilícito indicado na petição inicial.

Caução e Substituições: O valor da indisponibilidade pode ser ajustado conforme a estimativa de dano, e o réu pode substituir a indisponibilidade por caução, fiança bancária ou seguro-garantia judicial. Esse valor pode ser readequado durante o processo.

Bens de Terceiros: A indisponibilidade de bens de terceiros só pode ocorrer se for demonstrada sua participação nos atos ilícitos ou, no caso de pessoa jurídica, através da desconsideração da personalidade jurídica conforme a lei processual.

Tutela Provisória de Urgência: As regras de tutela provisória de urgência do Código de Processo Civil (CPC) se aplicam à indisponibilidade de bens, quando cabível.

Recurso: Da decisão sobre a indisponibilidade de bens cabe recurso por agravo de instrumento, conforme o CPC.

Limitação da Indisponibilidade: A indisponibilidade deve focar em garantir o resarcimento do dano ao erário e não pode incluir valores de multas civis ou acréscimos patrimoniais de atividades lícitas.

Prioridade na Indisponibilidade: Prioriza certos tipos de bens (veículos, imóveis, ações, etc.) antes de bloquear contas bancárias, visando garantir a subsistência do réu e a continuidade de suas atividades empresariais.

Consideração dos Efeitos Práticos: O juiz deve considerar os efeitos práticos de sua decisão e evitar medidas que prejudiquem a prestação de serviços públicos.

Proteção de Pequenos Valores: Não se pode decretar a indisponibilidade de valores até 40 salários-mínimos depositados em poupança, outras aplicações financeiras ou conta corrente.

Proteção do Bem de Família: O bem de família do réu não pode ser indisponibilizado, a menos que se comprove que o imóvel foi adquirido com vantagens patrimoniais indevidas.

GABARITO E

NORMAS DA CORREGEDORIA

60 – (Simulado Geral. 2024. Inéditas) A ata da visita correcional será encaminhada à Corregedoria Geral da Justiça no prazo de:

- A) até 02 dias após ser realizada.
- B) até 10 dias após ser realizada.
- C) até 15 dias após ser realizada.
- D) até 30 dias após ser realizada.
- E) até 60 dias após ser realizada.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do § 4º do art. 6º:

Art. 6º

(...)

§ 4º As atas das correições e visitas serão encaminhadas à Corregedoria Geral da Justiça nos prazos que seguem:

I - correição ordinária – até 60 (sessenta) dias após realizada;

II - correição extraordinária ou visita correcional – até 15 (quinze) dias após realizada.

GABARITO C

61 – (Simulado Geral. 2024. Inéditas) No que se refere ao sistema informatizado oficial, é correto afirmar que:

- A) As vítimas identificadas na denúncia ou queixa, e também as testemunhas de processo criminal – sejam estas de acusação, defesa ou comuns –, terão suas qualificações lançadas no sistema informatizado oficial, exceto quando, ao darem conta de coação ou grave ameaça, após deferimento do juiz, pedirem para não haver identificação de seus dados de qualificação e endereço.
- B) Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados serão aplicadas aos feitos de outro juízo.
- C) É autorizado ao funcionário credenciado ceder a respectiva senha ou permitir que outrem, funcionário ou não, use-a para acessar indevidamente o sistema informatizado.
- D) Dispensa-se o cadastramento das cartas precatórias no sistema informatizado.
- E) A extinção do processo, em caso de improcedência total da demanda, por força do acolhimento de impugnação do devedor (art. 1.015, parágrafo único, do CPC) ou em razão da estabilização da tutela (art. 304 do CPC), e a extinção do processo de execução, por força de procedência de embargos de devedor, serão cadastradas no sistema diretamente pelo ofício de justiça assim que as respectivas sentenças forem proferidas.

Comentário

A) As vítimas identificadas na denúncia ou queixa, e também as testemunhas de processo criminal – sejam estas de acusação, defesa ou comuns –, terão suas qualificações lançadas no sistema informatizado oficial, exceto quando, ao darem conta de coação ou grave ameaça, após deferimento do juiz, pedirem para não haver identificação de seus dados de qualificação e endereço.

CORRETA. É o que estabelece o § 3º do art. 55:

Art. 55

(...)

§ 3º As vítimas identificadas na denúncia ou queixa, e também as testemunhas de processo criminal – sejam estas de acusação, defesa ou comuns –, terão suas qualificações lançadas no sistema informatizado oficial, exceto quando, ao darem conta de coação ou grave ameaça, após deferimento do juiz, pedirem para não haver identificação de seus dados de qualificação e endereço.

B) Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados serão aplicadas aos feitos de outro juízo.

INCORRETA. Pois a retificação de seus dados NÃO serão aplicadas aos feitos de outro juízo:

Art. 62. Quando a mesma parte estiver vinculada a processos que tramitam em outros ofícios de justiça, as eventuais retificações de seus dados **não serão aplicadas** aos feitos de outro juízo.

C) **É autorizado** ao funcionário credenciado ceder a respectiva senha ou permitir que outrem, funcionário ou não, use-a para acessar indevidamente o sistema informatizado.

INCORRETA. É vedado!!!

Art. 49

(...)

§ 1º **É vedado** ao funcionário credenciado ceder a respectiva senha ou permitir que outrem, funcionário ou não, use-a para acessar indevidamente o sistema informatizado.

D) **Dispensa-se o cadastramento das cartas precatórias no sistema informatizado.**

INCORRETA. Pois as cartas precatórias serão cadastradas no sistema informatizado seguindo as mesmas regras dos processos comuns, de acordo com o art. 58:

Art. 58. As cartas precatórias **serão cadastradas no sistema informatizado seguindo as mesmas regras dos processos comuns**, consignando-se, ainda, a indicação completa do juízo deprecante, e não apenas da comarca de origem, os nomes das partes, a natureza da ação e a diligência deprecada.

Parágrafo único. As movimentações pertinentes, como a devolução à origem ou o retorno para novas diligências, e respectivas datas, também serão anotadas no sistema.

E) **A extinção do processo, em caso de improcedência total da demanda, por força do acolhimento de impugnação do devedor (art. 1.015, parágrafo único, do CPC) ou em razão da estabilização da tutela (art. 304 do CPC), e a extinção do processo de execução, por força de procedência de embargos de devedor, serão cadastradas no sistema diretamente pelo ofício de justiça assim que as respectivas sentenças forem proferidas.**

INCORRETA. A parte final está errada, pois o cadastro da extinção do processo, nesses casos especificados na alternativa, será feito assim que a sentença transitar em julgado, ou seja, não é quando for proferida:

Art. 59. A extinção do processo, em caso de improcedência total da demanda, por força do acolhimento de impugnação do devedor (art. 1.015, parágrafo único, do CPC) ou em razão da estabilização da tutela (art. 304 do CPC), e a extinção do processo de execução, por força de procedência de embargos de devedor, serão cadastradas no sistema diretamente pelo ofício de justiça assim que as respectivas sentenças transitarem em julgado (ou quando retornarem de superior instância com trânsito em julgado). No mais, a extinção será cadastrada apenas quando encerrado definitivamente o processo, nada restando a ser deliberado ou cumprido pelo ofício de justiça (sentença ou acordo), considerando- se isoladamente, para tanto, a ação principal, a ação declaratória incidental, a oposição, os embargos de devedor (à execução, à execução fiscal, à adjudicação, à alienação ou à arrematação) e os embargos de terceiro.

(Alterado pelo Provimento CG Nº 15/2021)

GABARITO A

62 - (Simulado Geral. 2021. Inéditas) Dispõe o art. 87 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça que, ao receber a petição inicial ou a denúncia, o ofício de justiça providenciará a autuação:

- A) imediatamente.
- B) em 24 (vinte e quatro) horas.
- C) em 48 (quarenta e oito) horas.
- D) assim que possível, levando em consideração a quantidade de trabalho.
- E) em até 10 dias.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do prazo de 24 horas previsto no art. 87:

Art. 87. Ao receber a petição inicial ou a denúncia, o ofício de justiça providenciará, em 24 (vinte e quatro) horas, a autuação, nela afixando a etiqueta que, gerada pelo sistema informatizado e oriunda do distribuidor, atribui número ao processo e traz outros dados relevantes (juízo, natureza do feito, nomes das partes, data etc.).

GABARITO B

63 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) No tocante à consulta e à carga dos autos, é correto afirmar que:

- A) É permitida a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no ofício de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância.
- B) O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de 5 (cinco) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à 1 (um) salário-mínimo.
- C) Os requerimentos de carga rápida dos autos serão recepcionados e atendidos h que formulados até às 20h.
- D) A baixa da carga de autos, constante de relatório eletrônico ou de livro protocolo, far-se-á em até 48 horas do recebimento dos autos em cartório.
- E) O Livro Protocolo de Autos e Papéis em Geral será utilizado quando não for possível a utilização do sistema informatizado, caso em que serão lançados, no livro, a assinatura do destinatário e, nos autos, o termo de carga e recebimento.

Comentário

A) *É permitida a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no ofício de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância.*

INCORRETA. É vedada tal retenção:

Art. 166. *É vedada a retenção do documento de identificação do advogado ou do estagiário de Direito no ofício de justiça, para a finalidade de controle de carga de autos, em qualquer modalidade ou circunstância.*

B) *O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de 5 (cinco) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à 1 (um) salário-mínimo.*

INCORRETA. O prazo é de 3 dias e a multa é de metade do salário-mínimo:

Art. 167. *O advogado deve restituir, no prazo legal, os autos que tiver retirado do ofício de justiça. Se intimado pessoalmente, o advogado não devolver os autos no prazo de 3 (três) dias, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo. (Alterado pelo Provimento CG Nº 11/2017)*

C) *Os requerimentos de carga rápida dos autos serão recepcionados e atendidos desde que formulados até às 20h.*

INCORRETA. Os requerimentos serão recepcionados e atendidos, DESDE QUE FORMULADOS ATÉ 1 HORA ANTES DO TÉRMINO DO EXPEDIENTE FORENSE:

Art. 165. A carga rápida dos autos será concedida pelo escrivão ou o escrevente responsável pelo atendimento, pelo período de uma hora, mediante controle de movimentação física dos autos, conforme formulário a ser preenchido e assinado por advogado ou estagiário de Direito devidamente constituído no processo, ou ainda por pessoa credenciada pelo advogado ou sociedade de advogados, respeitado o seguinte procedimento: (Alterado pelo Provimento CG Nº 65/2016)

I - os requerimentos serão recepcionados e atendidos, desde que formulados até 1 (uma) hora antes do término do expediente forense; (Alterado pelo Provimento CG nº 08/2022)

D) A baixa da carga de autos, constante de relatório eletrônico ou de livro protocolo, far-se-á em até 48 horas do recebimento dos autos em cartório.

INCORRETA. A baixa deve ser feita IMEDIATAMENTE:

Art. 162

(...)

§ 3º A baixa da carga de autos, constante de relatório eletrônico ou de livro protocolo, far-se-á imediatamente, à vista do interessado, sendo-lhe facultada a obtenção de recibo de autos, assinado pelo servidor, em instrumento previamente confeccionado pelo interessado e do qual constarão designação do ofício de justiça ou da seção administrativa, número do processo, tipo de demanda, nome das partes e data da devolução. A cada auto processual corresponderá um recibo e a subscrição pelo servidor não implica reconhecimento da respectiva regularidade interna. (Alterado pelo Provimento CG Nº 39/2019)

E) O Livro Protocolo de Autos e Papéis em Geral será utilizado quando não for possível a utilização do sistema informatizado, caso em que serão lançados, no livro, a assinatura do destinatário e, nos autos, o termo de carga e recebimento.

CORRETA. É o que dispõe o § 1º do art. 162:

Art. 162

(...)

§ 1º O Livro Protocolo de Autos e Papéis em Geral será utilizado quando não for possível a utilização do sistema informatizado, caso em que serão lançados, no livro, a assinatura do destinatário e, nos autos, o termo de carga e recebimento. (Alterado pelo Provimento CG Nº 39/2019)

GABARITO E

64 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) O acesso à integra dos processos digitais que não tramitem sob segredo de justiça a terceiro interessado será franqueado mediante uso de senha pessoal e intransferível, disponibilizada para utilização pelo período:

- A) de 5 dias.
- B) de 1 ano ou até o trânsito em julgado da sentença, o que ocorrer primeiro.
- C) de 24 horas.
- D) de 48 horas.
- E) de 60 dias.

Comentário

Questão exigiu o conhecimento do art. 1.226-A, de seguinte teor:

Art. 1.226-A. O acesso à integra dos processos digitais que não tramitem sob segredo de justiça a terceiro interessado será franqueado mediante uso de senha pessoal e intransferível, disponibilizada para utilização pelo período de 24 (vinte e quatro) horas após a sua emissão. (Aumentado pelo Provimento CG Nº 33/2016)

GABARITO C

ATUALIDADES

65 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) O Congresso do país aprovou, nesta terça-feira (28), a proibição das touradas e de outros espetáculos que envolvem maus-tratos e abusos de animais a partir de 2027, uma decisão histórica em um dos países com maior tradição tauromáquica das Américas.

A notícia acima se refere a qual país?

- A) Colômbia.
- B) Peru.
- C) México.
- D) Argentina.
- E) Chile.

Comentário

Notícias

Congresso da Colômbia aprova proibição de touradas a partir de 2027



28/05/2024 22h00



[Congresso da Colômbia aprova proibição de touradas a partir de 2027 \(uol.com.br\)](https://uol.com.br)

GABARITO A

66 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) O Papa Francisco recebeu em audiência na manhã desta quinta-feira, 23 de maio, o prefeito do Dicastério das Causas dos Santos, Card. Marcello Semeraro. O Pontífice autorizou a publicação de alguns decretos, entre quais consta o reconhecimento do milagre atribuído à intercessão do Beato.

Fiel leigo, nasceu em 3 de maio de 1991 em Londres (Inglaterra) e morreu em 12 de outubro de 2006 em Monza (Itália).

A sua festa, portanto, é celebrada no mesmo dia de Nossa Senhora Aparecida. Aliás, são muitos os fatos na vida do Beato que o ligam ao Brasil, a começar pelo milagre com o qual foi beatificado, verificado em Campo Grande (MS).

A notícia acima se refere a

A) José Allamano.

B) Ambrósio de Milão.

C) São Patrício.

D) John Wesley.

E) Carlo Acutis.

Comentário

Papa reconhece segundo milagre atribuído ao adolescente que muitos católicos chamam de 'padroeiro da internet'

O italiano **Carlo Acutis** usava a rede para divulgar conteúdos cristãos. Morreu em 2016, aos 15 anos, de leucemia. O primeiro milagre atribuído a ele foi a cura de um menino brasileiro de Mato Grosso do Sul, que tinha uma doença genética.

Por Jornal Nacional

23/05/2024 21h13 · Atualizado há um mês

[Papa reconhece segundo milagre atribuído ao adolescente que muitos católicos chamam de 'padroeiro da internet' | Jornal Nacional | G1 \(globo.com\)](#)

GABARITO E

67 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) O governo do país passou a classificar a transexualidade e transtornos de identidade de gênero como doenças mentais.

O documento lista transexualidade, travestismo e transtorno de gênero na infância como enfermidades. O decreto atualiza as regras do Peas (Plano de Seguro de Saúde Essencial), que orienta planos de saúde sobre tratamentos a serem oferecidos na rede pública e privada.

A notícia acima ocorreu

- A) na Hungria.
- B) no Peru.
- C) na Argentina.
- D) na Bielorrússia.
- E) na Turquia.

Comentário

[Internacional](#)

Governo do Peru classifica transexualidade como doença mental

Do UOL, em São Paulo

15/05/2024 13h54  Atualizada em 15/05/2024 13h54



[Governo do Peru classifica transexualidade como doença mental \(uol.com.br\)](#)

GABARITO B

68 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) O Banco Central da Argentina (BCRA) colocou em circulação uma nova cédula, o maior valor emitido até agora.

O país enfrenta uma das maiores inflações do planeta, que atingiu 279% ao ano em março. Com isso, as notas perdem valor e é preciso usar quantidades cada vez maiores de cédulas.

De acordo com a notícia acima, qual é o valor da nova cédula?

- A) 2 mil pesos.
- B) 5 mil pesos.
- C) 30 mil pesos.
- D) 8 mil pesos.
- E) 10 mil pesos.

Comentário

Argentina lança nota de 10 mil pesos, feita na China, que vale R\$ 57

País enfrenta uma das maiores inflações do planeta, que faz o dinheiro perder valor



Detalhe da nova nota de 10.000 pesos da Argentina (Divulgação)



Rafael Balago

Repórter de macroeconomia

Publicado em 7 de maio de 2024 às 13h41.
Última atualização em 7 de maio de 2024 às 14h22.

[Argentina lança nota de 10 mil pesos, feita na China, que vale R\\$ 57 | Exame](#)

GABARITO E

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

69 - (Simulado Geral. Vunesp) Conforme disposto expressamente na Lei nº 13.146/2015, se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nessa Lei, devem

- A) instituir comissão de sindicância para apuração dos fatos e posterior abertura de processo administrativo.
- B) mandar instaurar o inquérito policial para apuração e aplicação das sanções cabíveis.
- C) remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- D) aplicar as sanções e multas previstas na Lei.
- E) instaurar o inquérito civil para apuração dos fatos e, posteriormente, aplicar as sanções previstas na Lei.

Comentário

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

GABARITO C

70 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Destinada a assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) explicita importantes definições para fins de sua aplicação. O artigo 2º da referida lei define a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. São impedimentos de natureza física, mental, intelectual, sensorial e

- A) formalmente tipificados.
- B) de ordem exclusiva.
- C) de longo prazo.
- D) de alcance geral.
- E) notadamente complexos.

Comentário

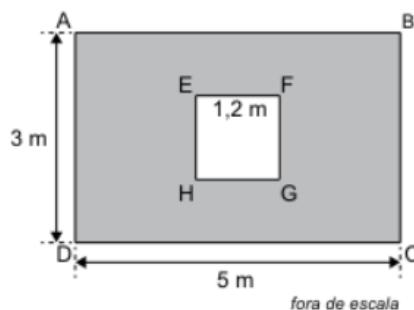
LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

GABARITO C

MATEMÁTICA

71 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em uma parede retangular ABCD, com 3 m de altura por 5 m de largura, foi colocada uma janela quadrada EFGH, conforme mostra a figura.



Sabendo que os lados dessa janela quadrada têm 1,2 m de comprimento e que a parede restante foi pintada, a área pintada da parede é

- A) $12,60 \text{ m}^2$.
- B) $13,80 \text{ m}^2$.
- C) $13,56 \text{ m}^2$.
- D) $14,44 \text{ m}^2$.
- E) $14,66 \text{ m}^2$.

Comentário

Questão que requer a interpretação do enunciado:

Área pintada da parede inteira:

$$5.3 = 15 \text{ m}$$

Área da janela:

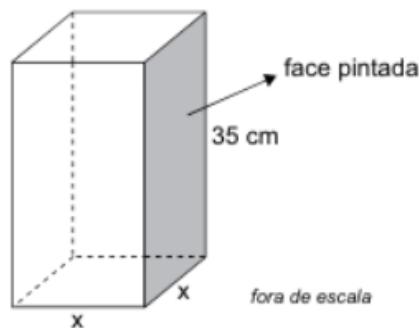
$$1,2.1,2 = 1,44 \text{ m}$$

A área pintada da parede após a colocação da janela corresponde a

$$15 - 1,44 = 13,56 \text{ m}^2$$

GABARITO C

72 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um bloco de madeira, na forma de um prisma reto de base quadrada, tem 35 cm de altura, conforme mostra a figura.

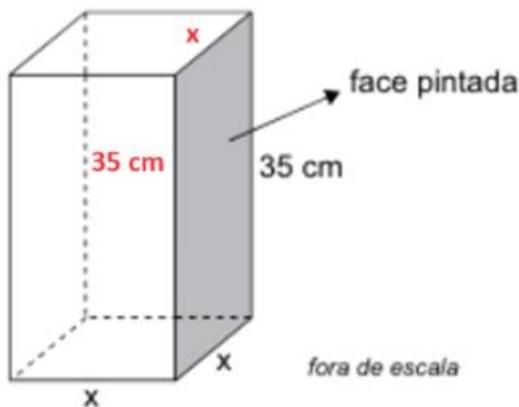


Se o perímetro da face pintada, destacada na figura, é 110 cm, o volume desse bloco é de

- A) 16500 cm³.
- B) 14000 cm³.
- C) 12000 cm³.
- D) 9500 cm³.
- E) 7000 cm³.

Comentário

Sabemos que o perímetro da área pintada corresponde a 100 cm, como estamos diante de um paralelepípedo retângulo os lados serão iguais:



Perímetro = 110 cm:

$$x + x + 35 + 35 = 110$$

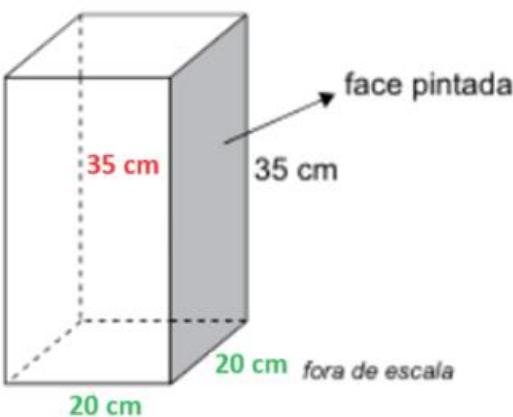
$$2x + 70 = 110$$

$$x = 110 - 70$$

$$x = \frac{40}{2}$$

$$x = 20$$

Agora vamos calcular o volume desse paralelepípedo que corresponde ao produto da altura, largura e comprimento:



$$\text{Volume} = 20 \cdot 20 \cdot 35 = 14000 \text{ cm}^3$$

GABARITO B

73 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A tabela apresenta algumas informações sobre o preço de 5 modelos diferentes de cadeiras.

Modelo	Preço
A	R\$ 340,00
B	R\$ 560,00
C	x
D	R\$ 380,00
E	R\$ 450,00

Sabendo que o preço da cadeira do modelo C é R\$ 10,00 inferior à média aritmética dos preços desses 5 modelos de cadeiras, então, a média aritmética dos preços desses 5 modelos de cadeiras é

- A) R\$ 410,00.
- B) R\$ 420,00.
- C) R\$ 430,00.
- D) R\$ 440,00.
- E) R\$ 450,00.

Comentário

Interpretando o enunciado vamos organizar as informações:

- O preço da cadeira do modelo C é R\$ 10,00 inferior à média aritmética:

$$x = \text{MÉDIA} - 10$$

- A média das cadeiras corresponde a

$$\text{MÉDIA} = \frac{1730+x}{5}$$

- Vamos calcular o preço do modelo C:

$$x = \frac{1730+x}{5} - 10$$

$$5x = 1730 + x - 10$$

$$4x = 1680$$

$$x = \frac{1680}{4}$$

$$x = 420$$

Por fim, a média aritmética dos preços desses 5 modelos de cadeiras é

$$\text{MÉDIA} = \frac{1730+420}{5}$$

$$\text{MÉDIA} = \frac{2150}{5} = 430$$

GABARITO C

74 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Para preparar um determinado tipo de arranjo de flores, uma floricultura leva 23 minutos. Mantendo sempre essas condições, o tempo necessário para essa floricultura preparar 30 desses arranjos será de

- A) 12 horas e 10 minutos.
- B) 12 horas e 5 minutos.
- C) 11 horas e 50 minutos.
- D) 11 horas e 40 minutos.
- E) 11 horas e 30 minutos.

Comentário

Vamos calcular o tempo gasto em minutos:

$$30 \times 23 = 690 \text{ minutos}$$

Vamos converter a unidade de medida:

$$\begin{array}{r}
 690 \quad | 60 \\
 - 60 \quad \quad | 11 \\
 \hline
 90 \\
 - 60 \\
 \hline
 30
 \end{array}$$

Mantendo sempre essas condições, o tempo necessário para essa floricultura preparar 30 desses arranjos será de **11 horas e 30 minutos**.

GABARITO E

75 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em um jogo beneficente de futebol, estavam presentes 5400 pessoas, entre adultos e crianças, de modo que a razão do número de crianças para o número de adultos era 2/7. Sabendo que somente os adultos pagaram ingressos para o jogo e que cada ingresso custava R\$ 50,00, o valor arrecadado com a venda desses ingressos foi

- A) R\$ 220.000,00.
- B) R\$ 210.000,00.
- C) R\$ 200.000,00.
- D) R\$ 190.000,00.
- E) R\$ 180.000,00.

Comentário

Vamos organizar as informações do enunciado:

Primeira equação:

$$A + C = 5400$$

A razão do número de crianças para o número de adultos era 2/7

$$\frac{C}{A} = \frac{2}{7}$$

Como a questão informa que apenas os adultos pagavam ingressos, vamos isolar a incógnita C (crianças) e resolver:

$$\frac{C}{A} = \frac{2}{7}$$

$$C = \frac{2A}{7}$$

Primeira equação:

$$A + C = 5400$$

$$A + \frac{2A}{7} = 5400$$

$$7A + 2A = 37800$$

$$9A = 37800$$

$$A = \frac{37800}{9}$$

$$A = 4200$$

Descobrimos o número de adultos presentes no jogo benéfico de futebol, agora podemos calcular o valor arrecadado com a venda desses ingressos foi

$$4200 \times 50 = \boxed{R\$210.000,00}$$

GABARITO B

76 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A frota de veículos de uma empresa é formada por 20 carros, sendo 40% deles da cor branca e os demais da cor prata. Sabendo que 25% dos carros da cor branca e 50% dos carros da cor prata têm o logotipo da empresa pintado nas portas, então, em relação aos 20 carros da frota, aqueles que têm o logotipo pintado nas portas representam

- A) 75%.
- B) 60%.
- C) 55%.
- D) 40%.
- E) 35%.

Comentário

Vamos reescrevendo e resolvendo as informações do enunciado:

TOTAL DE 20 CARROS	
COR BRANCA 40% de 20 = 0,4.20 = 8	COR PRATA 20 - 8 = 12

Sabendo que 25% dos carros da cor branca e 50% dos carros da cor prata têm o logotipo da empresa pintado nas portas

LOGOTIPO DA EMPRESA PINTADO NAS PORTAS	
COR BRANCA 25% de 8 = 0,25.8 = 2	COR PRATA 50% de 12 = 0,5.12 = 6
TOTAL = 2 + 6 = 8	

Em relação aos 20 carros da frota, aqueles que têm o logotipo pintado nas portas representam

20	100%
8	x

$$20 \cdot x = 100 \cdot 8$$

$$20x = 800$$

$$x = \frac{800}{20}$$

$$x = 40\%$$

GABARITO D

INFORMÁTICA

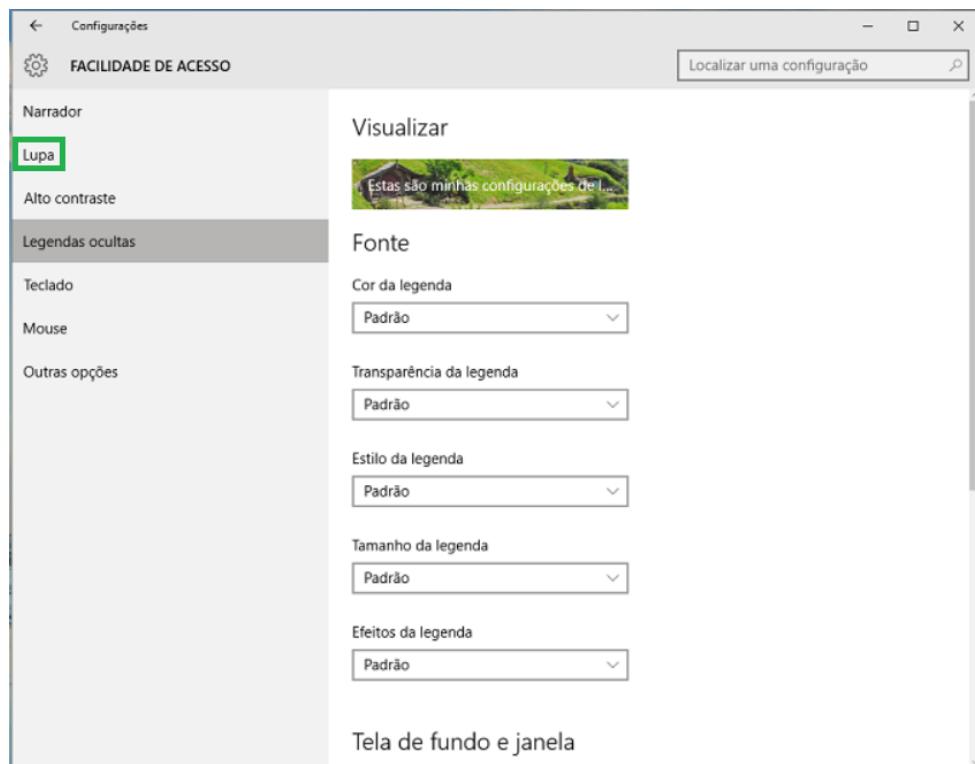
77 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Um usuário, ao abrir o menu Iniciar do MS-Windows 10, em sua configuração original, identifica algumas pastas com aplicativos padrão. Na pasta Facilidade de Acesso, um dos aplicativos é

- A) Serviços de Acessibilidade.
- B) Ferramenta de Captura.
- C) Ampliador.
- D) Visualizador.
- E) Lupa.

Comentário

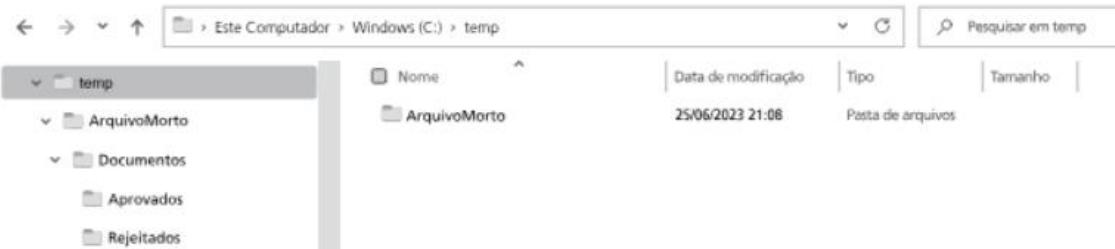
E) Lupa

CORRETA.



GABARITO E

78 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Tem-se a seguinte estrutura de pastas, exibida no Explorador de Arquivos do Windows 10, ambos em sua configuração original, com a pasta C:\TEMP selecionada:



Um usuário clicou com o botão principal do mouse na pasta Rejeitados, na parte lateral esquerda da tela, exibindo assim a seguinte imagem:



Assinale a alternativa que indica, a partir da imagem anterior, qual pasta será exibida caso o usuário clique no ícone Voltar, representado pela seta para a esquerda e destacado com um círculo na imagem anterior.

- A) C:\
- B) C:\temp
- C) C:\temp\ArquivoMorto
- D) C:\temp\ArquivoMorto\Documentos
- E) C:\temp\ArquivoMorto\Documentos\Aprovados

Comentário

B) C:\temp

CORRETO. Pois, o usuário clicou em voltar, logo, retornou para o contido na primeira imagem.

GABARITO B

79 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Em um documento em branco, criado no Microsoft Word 2016, em sua configuração-padrão, sem querer formatação, um usuário pretende escrever a frase Prefeitura de Santo André. Para isso, começou digitando Pref e, logo em seguida, ativou a formatação em negrito, para então terminar de digitar eitura de Santo André. Ficará em negrito

- A) todo o texto Prefeitura de Santo André.
- B) o texto de Santo André, apenas.
- C) o texto eitura de Santo André, apenas.
- D) a palavra Prefeitura, apenas.
- E) o texto eitura, apenas.

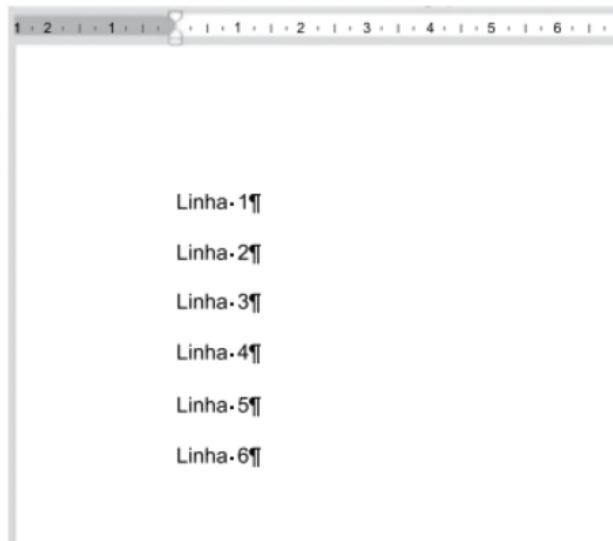
Comentário

C) o texto eitura de Santo André, apenas.

CORRETO. Pois o que o usuário digitou antes de selecionar a formatação negrito não será alterado, mas sim, o que foi digitado após a ativação da formatação.

GABARITO C

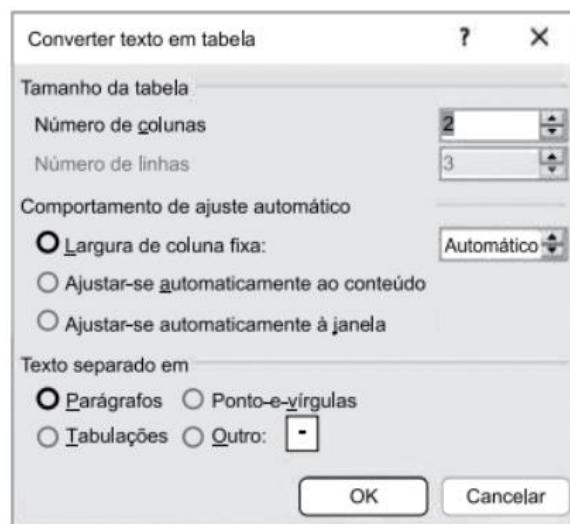
80 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Tem-se o seguinte documento, criado no Microsoft Word 2016, em sua configuração-padrão, com as marcas de parágrafo ativadas.



Um usuário selecionou todo o texto, e selecionou a opção Converter Texto em Tabela... a partir do ícone Tabela, grupo Tabelas, guia Inserir, conforme imagem a seguir.



Finalmente, configurou a janela Converter texto em tabela para ser 2 colunas e 3 linhas, conforme imagem a seguir.



Assinale a alternativa com o resultado correto dessa ação, mostrado sem as marcas de parágrafo.

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	

Linha 4

Linha 5

A) Linha 6

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	

B)

Linha 1	
Linha 2	
Linha 3	
Linha 4	
Linha 5	
Linha 6	

C)

Linha 1	Linha 2
Linha 3	Linha 4
Linha 5	Linha 6

D)

Linha 1

Linha 2

Linha 3

Linha 4	
Linha 5	
Linha 6	

E)

Comentário

Linha 1	Linha 2
Linha 3	Linha 4
Linha 5	Linha 6

CORRETA.

Converter Texto em Tabela

Divida uma única coluna de texto em várias colunas.

Por exemplo, você pode separar uma coluna de nomes completos em colunas separadas de nome e sobrenome.

Você pode escolher como dividi-la: largura fixa ou divisão em cada vírgula, ponto ou outro caractere.

 [Dê-me mais informações](#)

GABARITO D

81 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) A planilha a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	Ano	Tipo	Quantidade
2	2020	Surdez	2
3	2020	Visão	3
4	2021	Visão	4
5	2021	Surdez	2
6	2022	Visão	3
7			
8	Total 2021		6

Na planilha, cada linha contém um ano, um tipo de atendimento educacional especializado prestado e uma quantidade de atendimentos realizados no respectivo ano para o respectivo tipo.

Na célula C8 foi adicionada uma fórmula que retornou o total de atendimentos, independentemente do tipo, realizados no ano de 2021.

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta, adicionada na célula C8, conforme o enunciado e os valores exibidos na imagem.

- A) =SE(A2:A6;2021;CONT)
- B) =CONT.SE(A2:A6;2021)
- C) =SE(A2:A6;2021;SOMA)
- D) =SOMASES(C2:C6;A2:A6;2021)
- E) =SOMA(A2:A6;SE;2021)

Comentário

A função SOMASES, uma das funções de matemática e trigonometria, adiciona todos os seus argumentos que atendem a vários critérios. Por exemplo, você usaria SOMASES para somar o número de varejistas no país/região que (1) residem em um único CEP e (2) cujos lucros excedem um valor específico em dólar.

[Função SOMASES - Suporte da Microsoft](#)

Vamos as alternativas:

A) =SE(A2:A6;2021;CONT)

INCORRETA. Fórmula com erro, visto que o argumento precedente deve ser um teste ao invés de um intervalo.

B) =CONT.SE(A2:A6;2021)

INCORRETA. Esta fórmula retorna a quantidade de vezes que aparece um valor igual a 2021 no intervalo A2 a A6, o que não corresponde ao número total de atendimentos: para chegar a esse valor, precisamos somar os atendimentos de diferentes tipos que se encontram em 2021.

C) =SE(A2:A6;2021;SOMA)

INCORRETA. Fórmula com erro, visto que o argumento precedente deve ser um teste ao invés de um intervalo.

D) =SOMASES(C2:C6;A2:A6;2021)

CORRETA. Assim, o requisito do enunciado será cumprido: as células do intervalo C2 a C6 serão agregadas, quando o ano for 2021 (o conteúdo de A2 a A6), conforme exigido.

- intervalo_soma: **C2:C6**
- intervalo_critérios1: **A2:A6**
- critérios1: **2021**

E) =SOMA(A2:A6;SE;2021)

INCORRETA. Fórmula com erro, visto que o argumento “SE” não será valido para a função SOMA.

GABARITO D

82 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um assistente social preparou, por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração original, uma planilha para contabilizar as intervenções realizadas por ano, conforme a imagem a seguir.

	A	B
1	Ano	Intervenções
2	2020	80
3	2021	60
4	2022	76
5		
6	Média	72

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula aplicada na célula B6, que corresponde ao valor exibido na imagem.

- A) =MÉDIA(B2;B6)
- B) =MÉDIA(B4;B6)
- C) =MÉDIA(B2+B3+B4)
- D) =MÉDIA(B2;B4)
- E) =MÉDIA(B2:B4)

Comentário

E) =MÉDIA(B2:B4)

CORRETA. Retorna a média aritmética dos argumentos. Por exemplo, se intervalo A1:A20 contiver números, a fórmula =MÉDIA(A1:A20) retornará a média desses números.

[Função MÉDIA - Suporte da Microsoft](#)

GABARITO E

83 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Considere as características de uma mensagem de correio eletrônico, preparada no Microsoft Outlook 2016, em sua configuração original:

De: Paulo Para: Joana

Cc: Andreia

Cco: Ricardo

Assunto: Renato

Após Paulo clicar em enviar, a mensagem foi gravada e permaneceu na pasta Caixa de Saída do computador de Paulo.

Quanto ao recebimento da mensagem, é correto afirmar que

- A) nenhum dos usuários recebeu.
- B) apenas Joana recebeu.
- C) apenas Joana e Andreia receberam.
- D) apenas Joana, Andreia e Ricardo receberam.
- E) Joana, Andreia, Ricardo e Renato receberam.

Comentário

A) *nenhum dos usuários recebeu.*

CORRETA. A Caixa de saída é uma pasta temporária que armazena seus e-mails enviados caso haja problemas na entrega da mensagem até que possam ser enviados. Exclua o e-mail ou tente corrigir o problema que está impedindo o envio do e-mail.

GABARITO A

84 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Paulo redigiu uma mensagem de correio eletrônico usando o Microsoft Outlook 2016, em sua configuração padrão, para Rafaela, Antônio e Carlos. Rafaela, ao receber, clicou em Responder a todos e, sem alterar os destinatários na mensagem preparada automaticamente pelo Outlook, clicou em Enviar. Antônio e Carlos fizeram exatamente o mesmo. No final, Paulo recebeu 3 respostas. Rafaela recebeu 2 respostas apenas. Antônio recebeu 2 respostas apenas. Carlos não recebeu nenhuma resposta. Considerando que todos enviaram e receberam as mensagens com sucesso, isso significa que

- A) Carlos estava no email original de Paulo no campo Cco.
- B) Antônio estava no email original de Paulo no campo Cco.
- C) Carlos estava no email original de Paulo no campo Cc.
- D) Rafaela estava no email original de Paulo no campo Cco.
- E) Carlos estava no email original de Paulo no campo Para.

Comentário

A) Carlos estava no email original de Paulo no campo Cco.

CORRETA. Se Carlos não recebeu resposta, mas todas as mensagens foram enviadas com sucesso, significa que estava no campo CCO do e-mail original de Paulo.

Portanto, esta é a opção correta porque Carlos não recebe respostas de outras pessoas quando foi utilizado "Responder a todos".

Para, Cc e Cco: diferenças e quando usar: Para, Cc e Cco são três opções para destinatário de um e-mail. A principal diferença está em quem consegue ver os endereços de quem mais recebeu a mensagem.

- Para: é o destinatário original do e-mail. A mensagem pode ser enviada para mais de um destinatário, e todos dessa lista saberão quem recebeu o e-mail.
- Cc: sigla para o termo "com cópia". Geralmente, é enviado para quem é interessado, mas não é o destinatário principal do e-mail. Todos que recebem essa cópia conseguem ver o endereço de quem mais a recebeu.
- Cco: sigla para "cópia oculta". Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste.

	Para	Cc	Cco
Quando é usado	Para enviar ao destinatário original.	Enviado para algum interessado, mas que não é o destinatário principal.	Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu.
Quem vê os destinatários	Todos que recebem esse e-mail conseguem ver quem mais o recebeu.	Todos conseguem ver.	Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta.
Em inglês	To.	Vem do termo em inglês "carbon copy" ou "courtesy copy".	No inglês é usado o termo bcc: "blind carbon copy".

[Para, Cc e Cco: diferenças e quando usar - Enciclopédia Significados](#)

GABARITO A

85 - (Simulado Geral. 2024. Vunesp) Tem-se a seguinte imagem, exibida parcialmente, com os resultados de uma pesquisa realizada no buscador Google:

The screenshot shows three search results from Google:

- santoandre.sp.gov.br**
https://www.santoandre.sp.gov.br/Alvara/X... [PDF] |
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. TERMO DE COMPROMISSO-DETALHE DE CALÇADA / HIS / HMP / OBRAS PÚBLICAS. SECRETARIA DE HABITAÇÃO E...
1 página
- cmsandre-sp.gov.br**
http://www4.cmsandre.sp.gov.br/arquivo/ [PDF] |
PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ
PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. REVISÃO DA LUOPS. ANEXO 1.3. PERÍMETRO DA ÁREA DO EIXO TAMANDUATÉ| escala: 1:12.500. Dezembro / 2016 folha única. LEGENDA
- educaon.com.br**
http://santoandre.educaon.com.br/2020/10/ [PDF] |
PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ
PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL. Orientação Normativa – DEIF/SE – Ensino Remoto

Assinale a alternativa que indica o termo que foi utilizado para que fossem exibidos os resultados apresentados e que filtrou também por arquivos PDF.

- A) prefeitura de santo andre web:PDF
- B) "prefeitura de santo andre" find:PDF
- C) prefeitura de santo andre -PDF
- D) prefeitura de santo andre filetype:PDF
- E) prefeitura de santo andre -municipal definition:PDF

Comentário

D) prefeitura de santo andre filetype:PDF

CORRETA. Você pode usar o operador filetype: na Pesquisa Google para limitar os resultados a um tipo ou extensão de arquivo específicos. Por exemplo, filetype:rtf galway vai pesquisar arquivos RTF e URLs que terminam em .rtf com o termo "galway" no conteúdo.

Tipos de arquivos indexáveis pelo Google | Central da Pesquisa Google | Documentação | Google for Developers

GABARITO D

86 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Sobre conceitos de URL, assinale a alternativa com o número da porta padrão para o protocolo HTTPS.

- A) 0.
- B) 443.
- C) 80.
- D) 8080.
- E) 21.

Comentário

B) 443.

CORRETA. Há 65.535 números de portas possíveis, embora nem todas sejam de uso comum. Algumas das portas mais utilizadas, juntamente com o protocolo de rede associado a elas, são:

Portas 20 e 21:	Protocolo de Transferência de Arquivos (FTP). O FTP se destina à transferência de arquivos entre um cliente e um servidor.
-----------------	--

Porta 22:	Secure Shell (SSH). O SSH é um dos muitos protocolos de tunelamento que criam conexões de rede seguras.
Porta 25:	Historicamente, Simple Mail Transfer Protocol (SMTP). O SMTP é usado para e-mail.
Porta 53:	Domain Name System (DNS). DNS é um processo essencial para a internet moderna; ele combina nomes de domínio legíveis por seres humanos com endereços de IP legíveis por máquinas, permitindo que os usuários carreguem sites e aplicativos sem precisar memorizar uma longa lista de endereços de IP.
Porta 80:	Protocolo de Transferência de Hipertexto (HTTP). O HTTP é o protocolo que torna a internet possível.
Porta 123:	Protocolo de Tempo de Rede (NTP). O NTP permite a sincronização entre os relógios de computador, um processo essencial para a criptografia.
Porta 179:	Border Gateway Protocol (BGP). O BGP é essencial para estabelecer rotas eficientes entre as grandes redes que compõem a internet (essas grandes redes são chamadas de sistemas autônomos). Os sistemas autônomos utilizam o BGP para transmitir os endereços de IP que controlam.
Porta 443:	HTTP Seguro (HTTPS). HTTPS é a versão segura e criptografada do HTTP. Todo o tráfego web HTTPS é encaminhado para a porta 443. Serviços de rede que usam HTTPS para criptografia, como o DNS sobre HTTPS, também se conectam a essa porta.
Porta 500:	Protocolo ISAKMP (Internet Security Association and Key Management Protocol - ISAKMP), que faz parte do processo de configuração de conexões de IPsec seguras.
Porta 587:	SMTP moderno e seguro que usa criptografia.
Porta 3389:	Protocolo de Desktop Remoto (RDP). O RDP permite que os usuários se conectem remotamente a seus computadores desktop a partir de outro dispositivo.

[Protocolos de rede](#) | [Portas de rede](#) | [Cloudflare](#)

GABARITO B

87 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Tem-se uma imagem parcial de uma reunião criada e em andamento no Microsoft Teams, em sua configuração padrão, a partir do computador de João.



A seguir, tem-se uma imagem, também parcial, dos participantes dessa reunião.

Participantes ... X

Convidar alguém ou discar um número 🔍

🔗 **Compartilhar convite**

▼ Nesta reunião (3)

	Audi Kapoor	1 ● ●
	Aaron Baxter	2 ● ●
	Daniela Madera Organizador	● ●

▼ Outros convidados (14)

	Babar Shames Aceito
	Beth Davis Aceito
	Bruno Gues Provisório
	Bergama de Agosto Provisório
Ab	

Assinale a alternativa que indica quais participantes irão conseguir ouvir João.

- A) Aaron Baxter e Daniela Madera, apenas.
 - B) Aaron Baxter, apenas.
 - C) Audi Kapoor, Aaron Baxter e Daniela Madera, apenas.
 - D) Nenhum participante.
 - E) Aaron Baxter, Daniela Madera e os outros 14 convidados, apenas.

Comentário

D) Nenhum participante.

CORRETA. Pois o microfone de João está desabilitado.



GABARITO D

88 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) O aplicativo MS-Teams, em sua configuração padrão, está sendo utilizado para a realização de uma videoconferência entre os membros de uma equipe de trabalho. Assinale a alternativa que indica, respectivamente, as funções dos botões reproduzidos a seguir, sabendo que esses estão disponíveis na tela daquele aplicativo durante sua utilização.



- A) (I) Acionar a câmera e (II) Selecionar plano de fundo.
 - B) (I) Apresentar conteúdo e (II) Mostrar conversa do Chat.
 - C) (I) Ativar o microfone e (II) Pedir para comentar.
 - D) (I) Entrar na conversa e (II) Mostrar os participantes.
 - E) (I) Encerrar a reunião e (II) Gravar a videoconferência.

Comentário

 (I)	APRESENTAR CONTEÚDO
 (II)	MOSTRAR CONVERSA DO CHAT

GABARITO B

89 - (Simulado Geral. 2022. Cebraspe/Cespe) O nome da plataforma da Microsoft destinada a desenvolvimento, execução e gerenciamento de aplicativos para nuvem é

- A) Azure.
- B) iCloud.
- C) OneDrive.
- D) PlayStore.
- E) Google Drive.

Comentário

A) Azure.

CORRETA. A plataforma de nuvem do **Azure** consiste em mais de 200 produtos e serviços de nuvem projetados para ajudar você a dar vida às novas soluções para resolver os desafios atuais e criar o futuro. **Crie, execute e gerencie aplicativos em diversas nuvens**, no local e na borda, com as ferramentas e estruturas de sua preferência.

[O que é Azure: Serviços em Nuvem da Microsoft | Microsoft Azure](#)

B) iCloud.

INCORRETA. É o serviço da Apple na nuvem oferecido para usuários do iOS. Eles podem fazer backup de seus dados e armazená-los diretamente do próprio iDevice, para que estejam acessíveis, via iCloud.com, de qualquer lugar, em qualquer outro aparelho que tenha conexão à Internet, como um PC com Windows ou Mac OS.

C) OneDrive.

INCORRETA. O OneDrive permite que você armazene seus arquivos pessoais em um único lugar, compartilhe-os com outras pessoas e acesse-os em qualquer dispositivo conectado à Internet.

D) PlayStore.

INCORRETA. A Google Play Store é a loja virtual do Google para celulares e tablets com o sistema Android. Nela, é possível baixar todos os aplicativos destinados à plataforma, assim como fazer o download de filmes, jogos, músicas e livros.

E) Google Drive.

INCORRETA. Com o Google Drive, você pode armazenar seus arquivos com segurança e abri-los ou editá-los em qualquer dispositivo. Os arquivos criados com o Google apps são abertos no navegador ou no app para dispositivos móveis. Outros tipos de arquivo na sua pasta do Drive são abertos nos apps correspondentes.

GABARITO A

90 - (Simulado Geral. 2024. Inéditas) De acordo com os planos de armazenamento em nuvem (Onedrive), é correto afirmar que

- A) O recurso de armazenamento da Microsoft está incluído integralmente em todos os tipos de assinatura.
- B) Os aplicativos de produtividade poderosos estão incluídos em todos os tipos de assinatura.
- C) O recurso de segurança avançada da Microsoft está incluído parcialmente na modalidade Grátis (Microsoft 365).
- D) A digitalização multipágina está inclusa em todos os tipos de assinatura.
- E) As pastas offline estão incluídas em todos os tipos de assinatura.

Comentário

Os ícones de marca de seleção parcial indicam que um recurso está parcialmente incluído

Os ícones de marca de seleção indicam que um recurso está incluído

[Expandir tudo](#) | [Recolher tudo](#)

	O Copilot Pro está disponível como um complemento. ²	O Copilot Pro está disponível como um complemento. ²	Novos recursos de segurança	Microsoft 365
Microsoft 365 Family	R\$ 449,00 /ano	Compre agora	Microsoft 365 Personal	R\$ 359,00 /ano
Microsoft 365 Personal	Compre agora	Microsoft 365 Basic	R\$ 119,00 /ano	Compre agora
Microsoft 365 Basic		Microsoft 365	Grátis	Inscrir-se gratuitamente

Entre em sua conta Microsoft >

✓ Os ícones de marca de seleção parcial indicam que um recurso está parcialmente incluído

✓ Os ícones de marca de seleção indicam que um recurso está incluído

Expandir tudo | Recolher tudo

✓ Armazenamento da Microsoft

✓ Aplicativos de produtividade poderosos

✓ Segurança avançada

✓ Ferramentas de produtividade

Digitalização multipágina
Use o telefone para digitalizar e salvar várias páginas de documentos impressos, recibos, cartões de visita ou anotações em quadros de comunicações

✓

✓

✓

✓

✓

Pastas offline
Acesse pastas inteiras em seus dispositivos móveis sem estar online

✓

✓

✓

✓

✓

[Planos e preços de armazenamento em nuvem \(microsoft.com\)](#)

GABARITO C

RACIOCÍNIO LÓGICO

91 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Uma senha de seis dígitos, todos numéricos, corresponde ao 10º elemento da seguinte sequência numérica:

2, 11, 47, 191, 767, 3 071, ...

Considerando-se que a senha seja **mpqxyz**, em que **m, p, q, x, y, z** representam os algarismos dessa senha, o número que representa **y** é

- A) 5.
- B) 7.
- C) 9.
- D) 3.
- E) 1.

Comentário

Vamos organizar as informações para que possamos encontrar o padrão:

1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
2	11	47	191	767	3071

Abaixo em vermelho separamos a diferença do primeiro para segundo, até a sexta colocação onde percebemos que existe um padrão de **multiplicação (4 vezes)**:

9	x 4	36
36	x 4	144
144	x 4	576
576	x 4	2304
2304	x 4	9216
9216	x 4	36864
36864	x 4	147456
147456	x 4	589824
589824		

1º	2	+ 9	11
2º	11	+ 36	47
3º	47	+ 144	191
4º	191	+ 576	767
5º	767	+ 2304	3071
6º	3071	+ 9216	12287
7º	12287	+ 36864	49151
8º	49151	+ 147456	196607
9º	196607	+ 589824	786431
10º	786431		

Considerando-se que a senha seja **mpqxyz**, em que **m, p, q, x, y, z** representam os algarismos dessa senha, o número que representa **y** é

m	p	q	x	y	z
7	8	6	4	3	1

GABARITO D

92 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere a seguinte afirmação: "Existe, pelo menos, um candidato que, se ele não dormiu bem à noite, então não foi aprovado no concurso."

Uma negação lógica para a afirmação apresentada é:

- A) Não existe candidato que não dormiu bem à noite e foi aprovado no concurso.
- B) Existe candidato que, se foi aprovado no concurso, então dormiu bem à noite.
- C) Existe mais de um candidato que, se ele não dormiu bem à noite, então não foi aprovado no concurso.
- D) Todos os candidatos dormiram bem à noite e foram aprovados no concurso.
- E) Todos os candidatos não dormiram bem à noite e foram aprovados no concurso.

Comentário

Existe, pelo menos, um candidato que, **se** ele não dormiu bem à noite, **então** não foi aprovado no concurso.

Estamos diante de uma proposição composta iniciando com um **quantificador existencial** que sua negação se dará através de um quantificador universal.

Negação de todo, algum e nenhum

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
Todo... é...	Algum... não é... Pelo menos um... não é... Existe... que não é...
Nenhum... é...	Algum... é... Pelo menos um... é... Existe... que é...

Adiante, a proposição revela uma condicional que sua negação se dará mantendo a primeira parte e negando a segunda parte e substitui o conectivo pela **conjunção ("e")**:

MNEMÔNICO MANÉ:

se ele não dormiu bem à noite, **então** não foi aprovado no concurso

Aplicando as regras, temos:

Todos os candidatos não dormiram bem à noite **e** foram aprovados no concurso.

GABARITO E

93 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- I. Se o evento é hoje, então descansei ontem.
- II. O evento não é hoje ou amanhã vou descansar.
- III. Ou estudo hoje ou não descansarei amanhã.
- IV. Não descansarei amanhã.

Uma conclusão verdadeira que se pode extrair das informações apresentadas é:

- A) O evento é hoje.
- B) Descansei ontem.
- C) Não estudo hoje.
- D) Não descansei hoje.
- E) Estudo hoje.

Comentário

Interpretando o enunciado vale destacar inicialmente que todas as afirmações são consideradas verdadeiras:

IV. Não descansarei amanhã. = V

III. Ou estudo hoje ou não descansarei amanhã. = V

Estamos diante de uma disjunção exclusiva onde sabemos que o **consequente é verdadeiro**, logo para ser necessário que **o antecedente seja falso** para que a afirmativa seja verdadeira:

p	q	$p \vee q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F



II. O evento não é hoje **ou** amanhã vou descansar. = V

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva** onde sabemos que o **consequente é falso**, logo será necessário que o **antecedente seja verdadeiro** para que a afirmativa seja verdadeira:

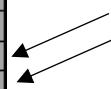
p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



I. **Se** o evento é hoje, **então** descansei ontem. = V

Estamos diante de uma condicional onde sabemos que o **antecedente é falso** e o **condicional** poderá ser verdadeiro ou falso, pois as duas possibilidades permitem que a afirmativa seja verdadeira:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



Concluímos que:

A) O evento é hoje.

FALSO.

B) Descansei ontem.

INCONCLUSIVO, pois não tivemos informações suficientes para conclusão.

C) Não estudo hoje.

VERDADEIRA.

D) Não descansei hoje.

INCONCLUSIVO, pois não tivemos informações suficientes.

E) Estudo hoje.

FALSO.

GABARITO C

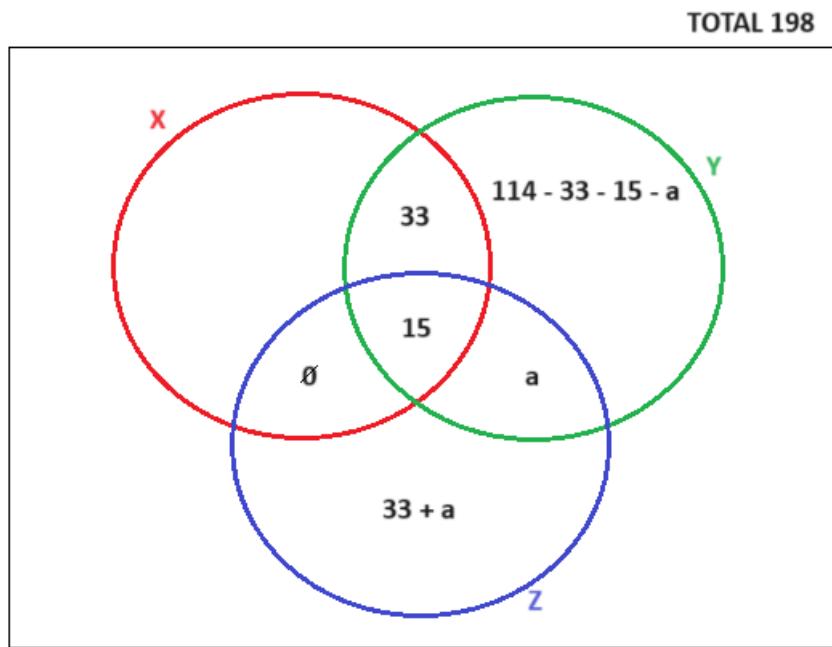
94 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Um clube do livro é formado por 198 pessoas. Semana passada foram sugeridos três livros para leitura, que serão designados por X, Y e Z. Todos os membros do clube leram pelo menos um dos livros, sendo que 15 deles leram os três. Quem leu o livro X também leu o livro Y. O número de membros que leu apenas o livro Z é igual ao total de membros que leram exatamente dois títulos. Sabendo que 48 pessoas leram o livro X e 114 pessoas leram o livro Y, o número de pessoas que leu apenas o livro Y foi

- A) 16.
- B) 15.
- C) 17.
- D) 18.
- E) 19.

Comentário

Resolução através dos Diagramas de Venn:

- Todos os membros do clube leram pelo menos um dos livros, sendo que 15 deles leram os três;
- Quem leu o livro X também leu o livro Y, logo não teremos pessoas na interseção x e z;
- Sabendo que 48 pessoas leram o livro X, isto é, $48 - 15 = 33$;
- Não tivemos informações em relação as pessoas que lerão os dois títulos ao mesmo tempo (y e z) então vamos considerar que a quantidade seja "a";
- O número de membros que leu apenas o livro Z é igual ao total de membros que leram exatamente dois títulos (X e Y) e também Y e Z representados por "a", ou seja, $33 + a$;
- 114 pessoas leram o livro Y, isto é, $114 - 33 - 15 - a$;
- Vale destacar que o enunciado foi claro ao informar que todas as pessoas leram pelos menos um livro.



Organizando os dados vamos calcular:

$$114 - 33 - 15 - a + 33 + 15 + a + 33 + a = 198$$

$$114 + 33 + a = 198$$

$$147 + a = 198$$

$$a = 198 - 147$$

$$a = 51$$

O número de pessoas que leu apenas o livro Y foi

$$114 - 33 - 15 - 51 = 15$$

GABARITO B

95 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Seja a sequência 21035, 12053, 35021, 53012, 21135, 12153, ..., de acordo com o seu padrão de construção, o 40º, 41º e 42º termos são, respectivamente, 53912, 211035 e 121053. O 111º termo dessa sequência é

A) 352621.

B) 532712.

C) 122553.

D) 352721.

E) 212635.

Comentário

Vamos encontrar o padrão da sequência:

1ª Sequência:

- 4 (quatro) sequências de 5 (cinco) termos;
- O **número do meio** inicia com zero;
- De uma sequência para outra inverte-se a ordem dos **dois primeiros** e **dois últimos** termos:

01º	02º	03º	04º	05º
2	1	0	3	5

06º	07º	08º	09º	10º
1	2	0	5	3

11º	12º	13º	14º	15º
3	5	0	2	1

16º	17º	18º	19º	20º
5	3	0	1	2

2ª Sequência:

21º	22º	23º	24º	25º
2	1	1	3	5

26º	27º	28º	29º	30º
1	2	1	5	3

31º	32º	33º	34º	35º
3	5	1	2	1

36º	37º	38º	39º	40º
5	3	1	1	2

O 111º termo dessa sequência é

$$\begin{array}{r}
 111 \longdiv{4} \\
 -8 \quad 27 \\
 \hline
 31 \\
 -28 \\
 \hline
 3
 \end{array}$$

Podemos concluir que tivemos 27 sequências completas restando 3 termos, temos que observar que as sequências iniciaram com zero no número do meio, logo, na sequência 28 o número do meio será 27.

28ª Sequência:

108º	109º	110º	111º	112º
3	5	27	2	1

GABARITO D

96 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) A contrapositiva da proposição “Se todos colaboraram, então a casa ficou arrumada e o chão não ficou sujo” é a proposição:

- A) Se pelo menos uma pessoa não colaborou, então a casa não ficou arrumada ou o chão ficou sujo.
- B) Se a casa não ficou arrumada ou o chão não ficou sujo, então pelo menos uma pessoa não colaborou.
- C) Todos colaboraram ou a casa ficou arrumada e o chão não ficou sujo.
- D) Alguém não colaborou e a casa ficou arrumada e o chão não ficou sujo.
- E) Se a casa não ficou arrumada ou o chão ficou sujo, então pelo menos uma pessoa não colaborou.

Comentário

Inicialmente vamos organizar as informações da proposição:

Se todos colaboraram, **então** a casa ficou arrumada **e** o chão não ficou sujo = $p \rightarrow (q \wedge r)$

p = **todos** colaboraram

q = a casa ficou arrumada

r = o chão não ficou sujo

A contrapositiva da questão será formada negando ambos os termos e invertendo a direção da inferência, isto é,

$$\sim(q \wedge r) \rightarrow \sim p$$

ATENÇÃO 1! No antecedente estamos diante de uma **conjunção** negativa que será substituída pela **disjunção inclusiva**:

$$(\sim q \vee \sim r) \rightarrow \sim p$$

ATENÇÃO 2! Na proposição “ p ” estamos diante de um **quantificador universal** que sua negação será através de um **quantificador existencial**:

Negação de todo, algum e nenhum

PROPOSIÇÃO	NEGAÇÃO
Todo... é...	Algum... não é... Pelo menos um... não é... Existe... que não é...
Nenhum... é...	Algum... é... Pelo menos um... é... Existe... que é...

Podemos concluir que:

Se a casa não ficou arrumada **ou** o chão ficou sujo, **então pelo menos uma** pessoa **não** colaborou.

GABARITO E

97 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere as afirmações e o respectivo valor lógico atribuído a cada uma.

- I. Rodnei é escrivão e Francisco é investigador. FALSIDADE.
- II. Carmem é delegada ou Douglas é médico legista. VERDADE.
- III. Se Marilena é perita criminal, então Letícia é fotógrafa. VERDADE.
- IV. Se Elaine não é papiloscopista, então Douglas não é médico legista. VERDADE.
- V. Marilena é perita criminal e Rodnei é escrivão. VERDADE.
- VI. Carmem é delegada. FALSIDADE.

A partir dessas informações, é uma verdade lógica:

- A) se Letícia não é fotógrafa, então Ródnei não é escrivão.
- B) Carmen é delegada ou Marilena não é perita criminal.
- C) Douglas não é médico legista e Marilena é perita criminal.
- D) se Carmen não é delegada, então Francisco é investigador.
- E) Elaine não é papiloscopista e Letícia é fotógrafa.

Comentário

VI. Carmem é delegada. FALSIDADE

V. Marilena é perita criminal e Rodnei é escrivão. VERDADE

Estamos diante de uma **conjunção** verdadeira que para isso tanto o antecedente como o consequente devem ser verdadeiros:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



I. Rodnei é escrivão e Francisco é investigador. FALSIDADE

Estamos diante de uma **conjunção** falsa, em que sabemos que o antecedente é verdadeiro, logo, o consequente necessariamente será falso.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



II. Carmem é delegada ou Douglas é médico legista. VERDADE

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva** verdadeira, em que sabemos que o antecedente é falso, logo, o consequente necessariamente será verdadeiro.

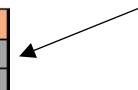
p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



III. **Se Marilena é perita criminal, então Letícia é fotógrafo. VERDADE**

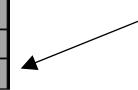
Estamos diante de uma **condicional** verdadeira, em que sabemos que o antecedente é verdadeiro, logo, o consequente necessariamente será verdadeiro.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



IV. **Se Elaine não é papiloscopista, então Douglas não é médico legista. VERDADE**

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



Estamos diante de uma **condicional** verdadeira, em que sabemos que o antecedente é falso, logo, o consequente necessariamente será falso.

Vamos analisar as alternativas:

A) **se Letícia não é fotógrafo, então Ródnei não é escrivão = V**

Estamos diante de uma **condicional** verdadeira, pois o antecedente e o consequente são falsos:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



B) Carmen é delegada **ou** Marilena não é perita criminal = F

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva** falsa, pois o antecedente é falso e o consequente falso.

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



C) Douglas não é médico legista **e** Marilena é perita criminal = F

Estamos diante de uma **conjunção** falsa, pois o antecedente é falso e o consequente verdadeiro:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



D) **se** Carmen não é delegada, **então** Francisco é investigador = F

Estamos diante de uma **condicional** falsa, pois o antecedente é verdadeiro e o consequente é falso:

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



E) Elaine não é papiloscopista **e** Letícia é fotógrafa = F

Estamos diante de uma **conjunção** falsa, pois o antecedente é falso e o consequente verdadeiro:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



GABARITO A

98 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Considere a afirmação:

Se as provas são convincentes, então o suspeito é culpado e não ganha liberdade.

Uma afirmação que é logicamente equivalente a essa está contida na alternativa

- A) as provas são convincentes e o suspeito é culpado ou não ganha liberdade.
- B) as provas são convincentes ou o suspeito é culpado e não ganha liberdade.
- C) se as provas não são convincentes, então o suspeito não é culpado e ganha liberdade.
- D) se o suspeito é culpado e não ganha liberdade, então as provas são convincentes.
- E) se o suspeito não é culpado ou ganha liberdade, então as provas não são convincentes.

Comentário

Vamos organizar as informações do enunciado:

Se as provas são convincentes, **então** o suspeito é culpado **e** não ganha liberdade = $p \rightarrow (q \wedge \neg r)$

p = as provas são convincentes

q = o suspeito é culpado

r = não ganha liberdade

EQUIVALÊNCIAS DO CONDICIONAL “SE... ENTÃO”	
Nega antecedente e consequente invertendo a ordem	$p \rightarrow q = \sim q \rightarrow \sim p$
Nega o antecedente substitui o conectivo pela disjunção inclusiva e mantém o consequente	$p \rightarrow q = \sim p \vee q$

Agora, vamos aplicar as possibilidades de equivalência do **condicional** lembrando que no consequente temos uma **conjunção**:

1ª Possibilidade: **Se** o suspeito não é culpado **ou** ganha liberdade, **então** as provas não são convincentes = $\sim q \vee \sim r \rightarrow \sim p$

Encontramos nossa resposta através da primeira possibilidade, mas abaixo segue a resposta utilizando a segunda possibilidade:

2ª Possibilidade: As provas não são convincentes **ou** o suspeito é culpado **e** não ganha liberdade = $\sim p \vee q \wedge r$

GABARITO E

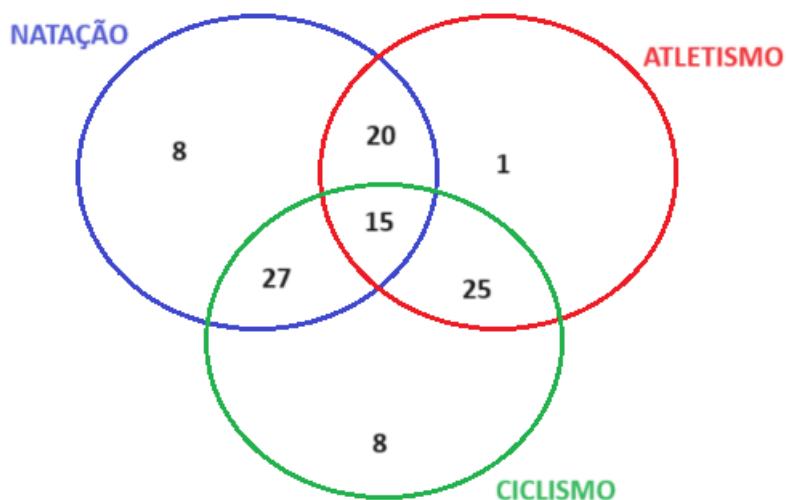
99 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Sobre um grupo de atletas sabe-se que 15 praticam natação, atletismo e ciclismo, 20 praticam somente natação e atletismo, 27 praticam somente natação e ciclismo, e 25 praticam somente atletismo e ciclismo. Se 70 atletas desse grupo praticam natação, 61 praticam atletismo, e 75 praticam ciclismo, então é verdade que, das alternativas a seguir, a que contém a porcentagem que mais se aproxima da relação entre o número de atletas que praticam um único esporte o número total de atletas desse grupo é

- A) 12%.
- B) 18%.
- C) 20%.
- D) 16%.
- E) 14%.

Comentário

Resolução através dos Diagramas de Venn:

- 15 praticam natação, atletismo e ciclismo;
- 20 praticam somente natação e atletismo;
- 27 praticam somente natação e ciclismo;
- 25 praticam somente atletismo e ciclismo;
- Se 70 atletas desse grupo praticam natação ($70 - 27 - 15 - 25 = 8$);
- 61 praticam atletismo ($61 - 20 - 15 - 25 = 1$);
- 75 praticam ciclismo ($75 - 27 - 15 - 25 = 8$);



Número de atletas que praticam um único esporte e o número total de atletas desse grupo é

- Praticam apenas um esporte: $8 + 1 + 8 = 17$
- Número total de atletas: $8 + 20 + 15 + 27 + 1 + 25 + 8 = 104$

A porcentagem que mais se aproxima da relação acima

$$\frac{17}{104} \cdot 100$$

$$\frac{1700}{104} = 16,3 \%$$

GABARITO D

100 - (Simulado Geral. 2023. Vunesp) Fernanda, Geraldo e Janice são escrivães e moram em zonas diferentes da cidade: Oeste, Norte e Sul, não necessariamente nessa ordem. As idades deles são 35, 40 e 50 anos, também não necessariamente nessa ordem. O que é sabido é que a pessoa que mora na zona Oeste é o Geraldo, que Janice tem 50 anos, e que a pessoa que tem 35 anos mora na zona Norte. Com essas informações, é logicamente verdadeiro que

- A) Fernanda mora na zona Norte e Janice mora na zona Oeste.
- B) a diferença de idade entre Geraldo e Fernanda é de 10 anos.
- C) ou Geraldo tem 35 anos ou Fernanda mora na zona Norte.
- D) Janice não tem 50 anos ou Fernanda não tem 35 anos.
- E) se Geraldo tem 40 anos, então Janice mora na zona Norte.

Comentário

Vamos organizar as informações do enunciado:

- a pessoa que mora na zona Oeste é o Geraldo;
- Janice tem 50 anos;
- a pessoa que tem 35 anos mora na zona Norte, logo, não poderá ser Geraldo, pois mesmo mora na zona Oeste, isto é, Geraldo tem 40 anos;
- Descobrimos que Fernanda tem 35 anos e consequentemente mora na zona Norte;
- Por fim, Janice mora na zona Sul.

	ZONA			IDADE		
FERNANDA	OESTE	NORTE	SUL	35	40	50
GERALDO	OESTE	NORTE	SUL	35	40	50
JANICE	OESTE	NORTE	SUL	35	40	50

Vamos analisar as alternativas:

- A) Fernanda mora na zona Norte e Janice mora na zona Oeste = F

Estamos diante de uma **conjunção** falsa, pois o antecedente é verdadeiro e consequente é falso:

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F



B) a diferença de idade entre Geraldo e Fernanda é de 10 anos. = F

$$40 - 35 = 5 \text{ anos}$$

C) ou Geraldo tem 35 anos ou Fernanda mora na zona Norte = V

Estamos diante de uma **disjunção exclusiva** verdadeira, pois o antecedente é falso e o consequente verdadeiro:

p	q	$p \vee q$
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F



D) Janice não tem 50 anos ou Fernanda não tem 35 anos = F

Estamos diante de uma **disjunção inclusiva** falsa, pois o antecedente e o consequente são falsos:

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F



E) se Geraldo tem 40 anos, então Janice mora na zona Norte = F

Estamos diante de uma **condicional** falsa, pois o antecedente é verdadeiro e o consequente falso.

p	q	$p \rightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V



GABARITO C

GABARITO

1A	2C	3B	4B	5D	6E	7D	8D	9B	10B
11E	12B	13A	14C	15E	16A	17B	18C	19D	20A
21D	22E	23B	24E	25A	26B	27D	28A	29B	30A
31B	32E	33A	34C	35E	36A	37C	38D	39D	40C
41A	42C	43A	44A	45C	46E	47A	48C	49A	50D
51C	52B	53E	54A	55E	56B	57C	58D	59E	60C
61A	62B	63E	64C	65A	66E	67B	68E	69C	70C
71C	72B	73C	74E	75B	76D	77E	78B	79C	80D
81D	82E	83A	84A	85D	86B	87D	88B	89A	90C
91D	92E	93C	94B	95D	96E	97A	98E	99D	100C